

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

REYCILANE CARVALHO CHADUD

**O TRABALHO DOS SOCORRISTAS BOMBEIROS
MILITARES: A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO
SOCIAL E DA NECESSIDADE**

**GOIÂNIA
2013**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

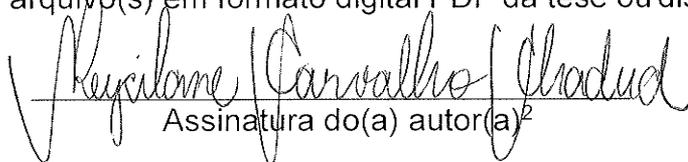
Nome completo do autor: Reycilane Carvalho Chadud

Título do trabalho: **O TRABALHO DOS SOCORRISTAS BOMBEIROS MILITARES:
A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL E DA NECESSIDADE**

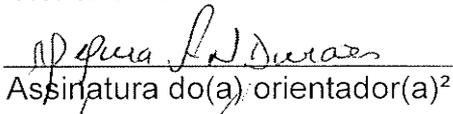
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 19 / 10 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

REYCILANE CARVALHO CHADUD

**O TRABALHO DOS SOCORRISTAS BOMBEIROS
MILITARES: A EXPERIÊNCIA DO RECONHECIMENTO
SOCIAL E DA NECESSIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Orientador: Prof. Dra. Telma Ferreira
Nascimento Durães**

**GOIÂNIA
2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

CHADUD, Reycilane C.

O Trabalho dos Socorristas Bombeiros Militares [manuscrito] : A experiência do reconhecimento social e da necessidade / Reycilane C. CHADUD,. - 2013.

xii, 197 f.: il.

Orientador: Prof. Telma Ferreira Nascimento Duraes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2013.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, gráfico, tabelas.

1. trabalho,. 2. bombeiros de resgate,. 3. identidade . 4. representação social. I. Ferreira Nascimento Duraes, Telma , orient. II. Título.

CDU 316



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

REYCILANE CARVALHO CHADUD

Aos cinco dias de março de 2013, às 13 horas e 30 minutos, na Sala 29 da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **REYCILANE CARVALHO CHADUD**, intitulada *O Socorrista de Resgate e o Reconhecimento da Profissão de Bombeiros*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 003/2013-FCS, de 25 de fevereiro de 2013, pelos seguintes Professores Doutores: Telma Ferreira Nascimento Duraes (Presidente/UFG), Maria Lucia Vannuchi (UFU) e Cleito Pereira dos Santos (UFG) – Suplente: Lucineia Scremin Martins (UFG). A candidata apresentou o trabalho, as examinadores a arguíram e ela respondeu as arguições. Às 16 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dra. Telma Ferreira Nascimento Duraes

Telma Ferreira Nascimento Duraes

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dra. Maria Lucia Vannuchi

Maria Lucia Vannuchi

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Dr. Cleito Pereira dos Santos

Cleito Pereira dos Santos

Resultado Final

aprovada. Devido portanto, realizar mudança do título da dissertação para o descrito abaixo.

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano

O trabalho dos socorristas bombeiros militares: A experiência do reconhecimento social e da necessidade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, meu companheiro de todos os segundos, a minha mãe Evany, que me ensinou a importância dos estudos, sendo minha companheira de muitas madrugadas, e a meu esposo Nain.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido o dom inestimável da vida.

À minha orientadora, Professora Telma Ferreira Nascimento, que me concedeu o privilégio de continuar um sonho, de receber carinho e amizade no período de orientação, mostrando a mim que um orientador é mais que alguém com quem discutimos teoria ou construções de objetos. Construimos respeito, consideração e afeto. Obrigada pelo incentivo constante, por sempre me escutar, por me incentivar a despertar dentro de mim uma “professora” adormecida e com potencial. Muito obrigada pelas produtivas orientações, pela generosidade, pela confiança, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e composição desta dissertação.

À minha mãe, exemplo de vida para mim, pela imensa dedicação, amor e compreensão que me acompanhou, até mesmo depois de casada, em minha casa, sempre cuidando de mim e me abençoando.

Ao meu esposo Nain, com quem eu aprendi muito nesses anos de casamento, que se revelou a cada ano o que é ser companheiro, sincero e fiel, acreditou em mim, em minhas intenções, me conhecendo mais que qualquer outra pessoa que encontrei na vida, depois de minha mãe. Agradeço ainda, pela compreensão e paciência que teve durante os meses em que me ausentei de nosso lar, nas viagens à UNICAMP.

A todos os trabalhadores da Universidade Federal de Goiás, pelo carinho e dedicação a mim direcionados.

A todos os professores de minha vida estudantil: Colégio Couto Magalhães, SESI da Jayara, Colégio Estadual Frei João Batista, Cursinho Municipal da cidade de Anápolis e principalmente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por acreditarem em alunos como eu, que perseguem sonhos e acreditam em mudanças sociais, contribuindo todos como exemplo para minha formação.

Aos professores Marta Rovey, Revalino Freitas, Francisco Rabelo, Dalva Maria, Jordão Horta Nunes pelas valiosas contribuições em minha maneira de ser e pensar sociologicamente.

Ao Pr. Lindomar e Pra. Vilselene, pelo ombro amigo e por sempre me impulsionarem a ser mais do que eu sou, como pessoa, mulher e estudante.

Aos professores e colaboradores da Unicamp, sobretudo Ângela Araújo, Waldir Quadros, Paulo Baltar e Dari Krein, que me possibilitaram um enriquecimento imenso na maneira de pensar meu objeto de estudo durante os meses que tive a feliz oportunidade de estar nesta universidade.

A Capes, pela concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou minha dedicação à formação e à pesquisa, esta atitude da Capes representou um incentivo ímpar para aqueles que trabalham e tem interesse em realizar pesquisas em suas respectivas áreas, expressando também uma forma de valorização do mérito daqueles que se dedicam com esforço a propor projetos de pesquisa e assumir compromissos, como pesquisadores, com vários setores de pesquisa ainda pouco elucidados no campo acadêmico.

Ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, Coronel Carlos Helbingen Júnior e aos Comandantes do 2º Grupamento de Bombeiros de São Paulo, Coronel Ferraz, Major Miranda pelo auxílio à pesquisa e apoio nas horas de maior necessidade. Sem esquecer também de todos que me ajudaram em Campinas, do Comando de Polícia do Interior, do Coronel Lincoln, do pessoal da cozinha, das Soldados PM Waldelice e Adriana, o meu muito obrigada.

Aos trabalhadores do Resgate de Goiás e do Segundo Grupamento de Bombeiros de São Paulo, por todas as vidas que salvam diariamente. Pelo compromisso com a sociedade, pelo amor, pelo carinho que desempenham suas funções e sem os quais esta dissertação não poderia ter sido concluída, e pelos quais, tenho uma imensa admiração e respeito.

EPÍGRAFE

*“As pessoas têm direito à
igualdade sempre que a
diferença as torna
inferiores, mas têm direito
à diferença sempre que a
igualdade ameaçar suas
identidades”*

Sousa Santos

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as representações dos trabalhadores inseridos nas atividades de resgate bombeiro militar. Tal objetivo se justifica tanto pela necessidade social dessa tarefa junto à comunidade, quanto pela intensa aceitação pública, mesmo diante das novas estruturas do mundo do trabalho. O estudo foi feito em quartéis das cidades de Goiânia-GO e São Paulo-SP. O pressuposto inicial de pesquisa era que a motivação para a atividade de bombeiros dar-se-ia, sobretudo no pronto-socorrismo, por motivações vocacionais já orquestradas por seus trabalhadores antes mesmo da inserção no trabalho. Isso caracterizaria a representação tão positiva da profissão, principalmente depois de alguns anos de efetivo trabalho. A dissertação tem como ponto de partida algumas observações sobre as transformações ocorridas no país, no ambiente interno de trabalho dos quartéis com a inserção desse tipo de serviço à sociedade, bem como sobre o debate em torno do conceito de identidade profissional, risco e representação social heróica que o trabalho de resgate tem acumulado em suas iniciativas de trabalho, principalmente nos dois Estados em questão. A análise da identidade parte de algumas contribuições teóricas que concebem a representação social e a identidade profissional como fruto dos processos cotidianos da sociedade e do seu fundo social de conhecimento sobre a atividade de socorristas. A partir das entrevistas com os trabalhadores, buscou-se construir uma caracterização dos socorristas, bem como suas percepções e assimilações diante do trabalho, tanto antes de sua inserção, quanto suas propensões em relação ao futuro e a Instituição. Os dados analisados assinalam diferenças significativas no que diz respeito às intenções e também nas motivações de ingresso na profissão nas duas cidades, bem como do perfil educacional e faixa etária. A pesquisa aponta uma diferença significativa, advinda da posse educacional, fator de diferença em maior e menor grau do envolvimento com o trabalho como fonte primária de vocação. Além disso, foi possível perceber uma diferenciação na forma como se encara a identidade de socorrista dentro e fora do quartel, que favorecem para fornecer subsídios à questão de “ser” e “estar bombeiro”, na qualidade de possíveis casos de aversão à atividade, fruto das relações laborais de desgaste psicológico e físico, que mais concorrem para a formação de sua identidade coletiva.

Palavras- Chave: trabalho, bombeiros de resgate, identidade e representação social.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the representations of workers participated in the activities of military rescue firefighter. This goal is justified by both the social need in the community for this task, as the intense public acceptance, even before the new structuring of the working world. The study was done in barracks in the cities of Goiânia-GO and São Paulo-SP. The initial assumption was that the research motivation for the activity of firefighters, it would give especially in emergency first aid for vocational motivations already orchestrated by his workers even before the inclusion in the workplace. This would characterize as positive representation of the profession, especially after a few years of effective work. The dissertation has as its starting point some observations on the changes in the country, the internal work environment of the barracks with the inclusion of this type of service to society, as well as the debate around the concept of professional identity, representation and social risk heroic rescue work that has accumulated in their work initiatives, mainly in the States concerned. The analysis part of the identity of some theoretical contributions that conceive social representation and professional identity as a result of the everyday processes of society and its social fund of knowledge about the activity of rescuers. From the interviews with workers, sought to build a characterization of rescuers, as well as their perceptions and assimilation toward work, both before its insertion, as their propensities for the future and the Institution. The analyzed data indicate significant differences with regard to the intentions and also the motivations of entry into the profession in the two cities, as well as the educational profile and age. The survey found a significant difference, arising from the possession educational factor difference in the highest and lowest degree of involvement with work as a primary source of vocation. Furthermore, it was possible to notice a difference in the way it views the identity of rescuers inside and outside the barracks, to provide subsidies that favor the question of "being" and "being a firefighter," as possible cases of aversion to activity, fruit of labor relations of psychological strain and physical, that most contribute to the formation of a collective identity.

Keywords: work, rescue firefighters, identity and social representation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2º GB – SEGUNDO GRUPAMENTO DE BOMBEIROS DA CIDADE DE SÃO PAULO

BSE – BATALHÃO DE SALVAMENTO EM EMERGÊNCIA DA CIDADE DE GOIÂNIA

CAIS – CENTRO DE ATENDIMENTO IMEDIATO À SAÚDE

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CBMGO – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

CBPMSP – CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

HUGO – HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE GOIÂNIA

PCC – PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

PEC – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PPGS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PROCAD - PROJETO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

SAMU – SISTEMA DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA

SIAE – SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIAS

UFG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UR – UNIDADE DE RESGATE

USA – UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROCEDIMENTOS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	17

CAPÍTULO 1- IDENTIDADES E TRABALHO: UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS ATIVIDADES LABORAIS DOS BOMBEIROS SOCORRISTAS

1.1 A história da ocupação de bombeiros.....	27
1.1.1 O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo.....	32
1.1.2 O Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.....	35
1.2 A construção das identidades nas sociedades modernas: vivemos em uma sociedade de risco?.....	37
1.3 A vivência cotidiana do risco como fonte de apoio às construções identitárias.....	45
1.4 Socialização e identidade: homens comuns como formadores de realidades.....	51
1.4.1 O compartilhamento pela relação face a face.....	52
1.5 A profissão como primeira instância de identidade.....	62
1.6 A identidade profissional como construção social.....	67

CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DE TRABALHO DO MILITAR SOCORRISTA: UMA REFORMULAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1990

2.1 A mudança no perfil educacional dos bombeiros.....	76
2.2 Mudanças nas interpretações sociais e individuais dos socorristas.....	87
2.3 Os tipos de “bombeiros socorristas”.....	94
2.4 Direitos trabalhistas: a experiência recente dos socorristas.....	100
2.5 A ampliação da aceitação pública pelo volume de ocorrências.....	103
2.6 Carga horária, condições de trabalho, infraestrutura e saúde.....	110

CAPÍTULO 3 - UMA CONFIGURAÇÃO DA REALIDADE DO TRABALHO DO BOMBEIRO MILITAR SOCORRISTA: A FALA DOS TRABALHADORES

3.1 A construção de um objeto social.....	124
3.1.1 Sobre o pensado.....	131
3.2 As vivências da jornada de trabalho.....	133
3.2.1 A escala de serviço.....	143
3.2.2 A visão das “BFem’s”.....	148
3.3 As Ocorrências.....	156
3.4 Os predicados dos socorristas goianos e paulistas.....	160
3.5 O trabalho e suas prerrogativas de execução.....	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
ANEXOS.....	196

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é um estudo aproximativo realizado entre os trabalhadores militares socorristas de Goiânia (GO) e São Paulo (SP). Os socorristas são uma especialidade do trabalho de bombeiros que realiza o serviço de resgate público em nível estadual no Brasil, desde o final dos anos 1980. Desde essa época as identidades sociais, principalmente militares de serviços estaduais de bombeiros, começaram a desenvolver novas formas de prestação de serviço à população e conseqüentemente de representação profissional.

Partindo desse pressuposto histórico de representação social da profissão de bombeiros e de uma possibilidade de mudança na maneira de perceber essa representação, de uma atividade de incêndio a uma atividade de socorrismo, a hipótese em discussão neste trabalho de dissertação é que: não existe uma correspondência entre a forma como a sociedade significa o trabalho do bombeiro militar socorrista, com a forma como ele mesmo se vê como profissional, como ele se identifica. A sociedade em geral e especialmente as crianças veem os bombeiros como heróis. Pessoas de grande coragem, valentes e que provocam admiração. Mas, todas essas representações sociais são diversas daquelas enfatizadas pelos socorristas. Estes se veem como seres humanos normais, que apenas recebem um treinamento específico para a execução do trabalho de resgate e como recompensa, percebem sua remuneração salarial.

Desta parte, resolvemos configurar como problema central de estudo, se de fato existe uma correspondência entre a representação social do socorrista de resgate como herói e aquela percebida profissionalmente por ele mesmo. Decorre deste estudo também alguns objetivos específicos como mostrar a realidade do trabalho desempenhado por esses profissionais, explicitar características de sua técnica de trabalho, as condições que se dão este trabalho, as perspectivas que os profissionais têm em relação à instituição de bombeiros, o sentimento que o socorrista tem com seu trabalho, sua perspectiva em relação à vida profissional, sua jornada de trabalho, sua

percepção sobre alguns direitos e sua trajetória de vida ocupacional até o desenvolvimento do serviço de resgate.

Como a produção científica nacional sobre o tema é ainda incipiente, e os poucos estudos feitos na última década tem em si um caráter de “revelação” e denúncia da existência de negatividades em torno do sentido do trabalho para quem o executa (TOASSI, 2008), observar qual sentimento que os trabalhadores bombeiros socorristas tem em relação ao trabalho que fazem e confrontá-lo ao reconhecimento profissional enfatizado, especialmente, pela mídia, é parte imprescindível para a pesquisa no campo da sociologia do trabalho.

Levando em conta esta perspectiva sociológica, a pesquisa de campo desenvolveu-se com base qualitativa utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, onde usaram para a designação dos entrevistados, nomes de técnicas de trabalho ou equipamentos utilizados por eles nos atendimentos de resgate. A pesquisa teve como ponto de partida, parte do estudo realizado em trabalho de conclusão de bacharel em Ciências Sociais do ano de 2009¹ pela autora, que com o advento do mestrado incrementou estudo aproximativo com os socorristas de resgate da cidade de São Paulo (SP)² para tentar entender possíveis diferenciações na atividade de trabalho de resgate a nível interestadual. A pesquisadora que também, é socorrista em Goiás há onze anos, perscrutou sua indagação a partir da própria vivência do trabalho e pela experiência na vida particular da forte identidade social concebida a partir da profissão.

A pesquisa é de cunho qualitativo, ainda que se recorra a alguns dados quantitativos sobre a realidade dos dois grupos de resgate oriundos de fonte

¹ trabalho monográfico intitulado: O socorrista de resgate e o reconhecimento social: dilemas na profissão de bombeiros realizado pela orientação do Dr. Jordão Horta Nunes, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

² A pesquisa realizada em São Paulo foi efetuada com o auxílio do Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD) Novas Fronteiras, financiado pela Capes numa parceria entre a UFG e Unicamp. O projeto partiu de uma iniciativa da linha de pesquisa "Trabalho, emprego e sindicatos", do PPGS e do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho, ambos da UFG. O principal objetivo dessa cooperação acadêmica é viabilizar a consolidação do PPGS aprimorando a formação de alunos e docentes do Programa mediante a realização de missões de estudo e docência/pesquisa na instituição Unicamp, com a realização de estudos comparativos, aproveitando projetos de pesquisa ou orientações de mestrado ou doutorado em andamento ou a serem propostos pelas duas equipes durante a vigência do Procad que termina em dezembro de 2013, tendo como eixos de estudo o trabalho, o gênero e a participação.

secundária ou das instituições pesquisadas. Foram examinados três quartéis de resgate: um na cidade de Goiânia, Batalhão de Salvamento em Emergência (BSE) sendo este o único existente; e dois na cidade de São Paulo, sendo os dois situados na região Norte e vinculados ao Segundo Grupamento de Bombeiros. No período de observação utilizou-se como estratégia a observação participante (FLICK, 2008) efetuada nas ocorrências e vivências cotidianas dos quartéis, como interações de conversas exploratórias em áreas de convivências, alojamentos femininos e refeitórios.

Os recursos teóricos usados procederam da análise sobre o tipo de sociedade em que vivemos a partir do risco (BECK, 2010) e da eminência de profissionais tidos como capacitados tecnicamente para absorver as problemáticas a que estão configurados como profissionais, nesta parte propicia-se a aceitação pública dos socorristas referenciada a partir dos riscos que eles correm próprios da especificidade do trabalho e da sociedade de risco em que vivemos. No caso específico do Brasil (MARTINS, 2008), isso concatena para que, numa sociedade individualista, profissões que desempenhem atividades “altruístas” sejam representadas com mais positividade que outras, por também terem a capacidade técnica de gerenciar riscos, as quais as demais pessoas não têm capacidade técnica para enfrentá-los.

Nesse aspecto, apresenta-se uma discussão em torno de uma mudança nas representações identitárias da profissão de bombeiros, descaracterizando a anteriormente presumida na socialização primária (herói) e aquela que agora os profissionais passam a perceber, quando ensejados na socialização secundária do trabalho (BERGER; LUCKMANN, 1973) de bombeiros. É a proeminência de uma desconstrução da identidade vocacional da atividade de bombeiros que, com as contribuições de Claude Dubar (2005) sobre a importância da socialização secundária, permite observar novas formas de identidade social desse trabalho a partir das falas de seus profissionais.

Para tanto a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se sobre o processo histórico da ocupação; a construção das identidades nas sociedades modernas; o risco como fonte de apoio à

construção social identitária e a identidade profissional como construção social. Nesta parte procurou-se evidenciar a passagem de uma caracterização de um bombeiro que lida com o fogo, para um bombeiro que é especialista no tratamento de acidentados. Tratou-se ainda de dar ênfase as diferenciações observadas entre a instituição goiana e paulista.

No capítulo dois, procurou-se analisar mudanças na posição social da categoria dos bombeiros sobrevividas com os anos 1990, desde o perfil educacional, à própria relação de classe social, demonstrando uma mudança no perfil dos proponentes a esse campo de trabalho nos últimos anos. Efetuou-se a partir dessas evidências uma discussão em torno do que é “ser bombeiro” e “sentir-se bombeiro”, e como o reconhecimento da profissão enfatizado pela mídia permeia essas concepções.

O capítulo três inicia-se com a apresentação performática de construção do objeto adotada para o desenvolvimento da pesquisa e os resultados das investigações realizadas no campo, expondo as análises dos dados. Neste capítulo, trabalha-se a relação da pesquisadora com seu objeto de pesquisa, e o próprio discurso feminino sobre tal perspectiva, considerando que a mesma se constitui também como sujeito, além de trazer reflexões sobre a jornada de trabalho dos socorristas e a influência desta, no desempenho de suas funções.

Os dados coletados nas observações e entrevistas foram catalogados a partir da utilização do aplicativo Atlas.ti e a análise dos mesmos foi realizada a partir das narrativas oferecidas pelos sujeitos da pesquisa. Os dados foram descritos separadamente, Goiás e São Paulo, e as relevâncias experimentadas foram expostas sequencialmente considerando as indagações colocadas pelo roteiro de entrevista.

A dissertação traz também as considerações finais do trabalho confrontadas ao referencial teórico proposto e à hipótese de discussão, bem como as referências bibliográficas e alguns anexos.

PROCEDIMENTOS E PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A pesquisa de campo foi realizada nas cidades de Goiânia-Go e São Paulo-SP, sendo bastante proveitosa, pois, permitiu uma análise aproximativa entre dois municípios diferentes em aspectos estruturais e conjunturais, mas que semelhantemente possuem frotas de carros e motos significantes para o exercício do trabalho de resgate do Corpo de Bombeiros.

Existem nos dois lócus de pesquisa diferentes posicionamentos quanto à administração de seus comandos e também à gerência de seus órgãos. Em Goiás temos um comando institucional do Corpo de Bombeiros desmembrado da Polícia Militar, situação que não se verifica em São Paulo, pois lá, tanto Polícia Militar como Corpo de Bombeiros estão submetidos a um mesmo comando institucional. Assim, os serviços de bombeiros são tidos em São Paulo como uma ramificação especializada da Polícia Militar.

A pesquisa trabalha preferencialmente com a análise qualitativa, justificando tal preferência, pela facilidade com que essa abordagem apresenta para enfatizar as diferenciações subjetivas em torno do sentimento que os socorristas têm em relação ao trabalho, como fonte primária e secundária de identificação, e os aspectos sociais que dele derivam na vivência fora do trabalho, em relação às outras instituições, e a própria sociedade.

Para reiterar tal proposta, a estratégia metodológica foi observação e/ou observação participante, sendo realizadas de maneira conjunta ou intermitente em todo processo investigatório, já que para Flick (2008), a colocação enfática do funcionamento das relações com o objeto, de todos os sentidos que dele partem e são admitidos por ele, são necessários para entender e realizar um conhecimento adequado, claro e concreto sobre o mesmo.

A parte de coleta de informações sobre os sujeitos de pesquisa foi realizada primeiramente pela aplicação de um formulário com o objetivo de caracterizar o perfil social dos trabalhadores no que tange a idade, sexo, escolaridade, bens, e posição social (referência dada segundo a convicção do informante). A renda foi pautada no levantamento de dados oferecido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública que difunde semestralmente as informações salariais por posto e graduação dos militares em cada estado.

O trabalho é inteiramente condicionado pela efetividade da amostragem teórica, que leva em consideração unidades de pesquisa que remetam importância em um cenário social, e sejam mais significativas para o entendimento do evento. Dessa forma, apontando-se as cidades de São Paulo e Goiânia como focos de pesquisa porque nelas concentram-se as duas maiores frotas de motociclistas do país e, são esses mesmos dados a partir das estatísticas de acidentes motociclísticos, responsáveis em torno de 85% (oitenta e cinco por cento) das ocorrências³ de bombeiros realizadas nos respectivos estados.

Existiu também, na medida do possível, a preocupação em assegurar uma homogeneidade dos proponentes à pesquisa, focalizando em torno da experiência profissional prévia, de pelo menos dois anos de atuação somente no resgate e pela posição hierárquica de praça (soldados, cabos, sargentos), categoria que pela separação interna de afazeres militares se encontram no *Hall* de praticantes de “ações braçais” e não de trabalhadores que executam “ações de comando” como o caso dos oficiais.

Neste aspecto intelectual, houve também um marco heterônimo entre os dois polos de pesquisa, onde Goiânia (GO) aparece como representante de um número reduzido de Corpos de Bombeiros que requisita para a inserção na carreira de praça a graduação em nível superior. Em São Paulo (SP), esta prerrogativa não é imposta aos proponentes a ingresso na carreira militar, somente o nível médio.

Para o melhor entendimento destas diferenças entre os lócus de pesquisa, as entrevistas foram de fundamental importância, pois constituíram instâncias de compreensão da interação social dos participantes e a realidade de cada contexto. Além do objetivo de obter informações, essa técnica ofereceu caminhos para que o informante alcançasse a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo, assim, a investigação (HAGUETTE 2001). Focalizou-se assim, os relatos individuais favorecendo o

³ Dados oriundos dos respectivos comandos gerais da Polícia Militar de São Paulo e de Goiás nos últimos anos, base relacional que aponta como base de dados propícia para entender em uma visão ampla a importância dos trabalhos de resgate à população e da identidade que a profissão tem quando comparada as relações de perigo. Disponível em: <http://www.ccb.policiamilitar.sp.gov.br> e www.bombeiros.go.gov.br

interrogar sociológico, com o uso da estratégia de delimitação do foco com o uso da entrevista semi-estruturada (FLICK, 2008).

Assim, de acordo com as recomendações de Goldenberg (2000), o roteiro anteriormente construído, foi cingido de acordo com os objetivos da pesquisa e dos pressupostos teóricos utilizados como norte para o exercício da investigação. Os registros das falas foram realizados com o auxílio de um gravador digital, respeitando todas as exigências contempladas pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, mediante autorização do entrevistado, a fim de assegurar a integridade das informações concedidas. Ao entrevistado maior de 18 anos, foi exposto o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexo), onde se estabelece que o conteúdo das entrevistas possua caráter sigiloso e confidencial.

A análise do material obtido em Goiás foi deixada em espera, até que se realizassem toda a coleta de material em São Paulo, e também todo o trabalho de campo, incluindo a observação participante. A utilização de 15 entrevistas do total de 20 feitas em Goiás respeitou a aprovação do referido sujeito de pesquisa via reautorização do uso de fala, cedido por cada entrevistado à pesquisadora, considerando as opiniões atuais com as já cedidas anteriormente. Assim, cinco entrevistados do total de vinte de Goiás não se propuseram ou não concordaram mais com as opiniões ressaltadas nas entrevistas, não vindo a ocorrer sua utilização nas análises. Houve também um segundo fator de impossibilidade de utilização: o fato de alguns não estarem mais trabalhando no resgate. Tal recorte de amostragem em Goiás não inviabilizou a realidade do tema proposto na investigação, pois, promoveu apenas um redimensionamento dos “pensamentos sociais” que esses socorristas têm por parte da sociedade e aqueles que eles mesmos têm de si, contrafactuando ainda mais a análise com os dados obtidos em São Paulo.

A escolha dos indivíduos a serem pesquisados levou em consideração a ideia de amostragem teórica. Essa amostragem, diferente da probabilística ou aleatória, tem por objetivo escolher as unidades mais significativas para o desenvolvimento do tema em estudo. Desse modo, foram convidados para as entrevistas os associados mais antigos no grupo. Tal critério se justifica pelo fato de que quanto maior o tempo que o indivíduo trabalha no empreendimento

melhor será a possibilidade de identificar os aspectos subjetivos decorrentes de seu trabalho, suas relações intersubjetivas e o que acontece com suas posições identitárias, aspectos esses, que traduzem o objetivo principal da pesquisa.

Existiu também, na medida do possível, a preocupação em assegurar a heterogeneidade dos convidados para entrevista no que tange a idade, estado civil e experiência profissional prévia, que no caso de São Paulo foi mais explícito com a utilização do método *snowball* (BECKER, 1993), conseguindo realizar com sucesso tal construção de informações sobre os sujeitos e maior interação entre a pesquisadora e os entrevistados.

O processo de análise dos resultados desta pesquisa foi influenciado pela metodologia adotada na pesquisa de Ana Claudia Moreira Cardoso, em sua tese: “TEMPOS DE TRABALHO, TEMPOS DE NÃO TRABALHO disputas em torno da jornada do trabalhador”, realizada no ano de 2008, onde estudou os operários da fábrica Wolkswagen no Brasil, em sua unidade de produção do ABC (São Paulo). O caminho utilizado para a pesquisa de Cardoso (2008) foi traçado numa perspectiva de entender como estão acontecendo as mudanças no tempo de trabalho e não trabalho na sociedade brasileira e como esses tempos são discutidos num plano macro político, nos locais de trabalho, apontando suas principais características, e como os sujeitos às harmonizam e porque na maior parte das vezes os sujeitos tomam algumas instituições sociais – e no caso de sua pesquisa o tempo de trabalho - como dadas naturalmente e não como o resultado da interação social.

Também é nesta perspectiva que tento entender, a partir das falas dos trabalhadores de resgate, como ocorre uma diferenciação entre aquilo que se têm socialmente inscrito sobre a instituição e aquilo que os trabalhadores pensam sobre si e sobre aquilo que executam como atividade de serviço. É uma tentativa de entender como algo instituído socialmente, pode vir a não coadunar com uma visão supostamente positiva de um objeto social, e da própria representação social do profissional militar de resgate.

Para essa construção de pesquisa foram executadas três etapas metodológicas distintas: a) pesquisa e análise bibliográfica para elaboração do arcabouço teórico e para a contextualização dos modos de construção social

da representação de herói e do profissional de bombeiro de resgate de São Paulo (SP) e Goiás (GO); b) análise interpretativa sobre o serviço de resgate e as diferenciações existentes entre as duas instituições militares a partir de material documental e trabalho de campo; c) análise das vivências cotidianas da jornada de trabalho de pronto-socorrismo e da identidade a partir da realização de entrevistas com seus trabalhadores.

No que se refere à construção do arcabouço teórico, teve-se como foco principal as discussões relacionadas à temática da construção social; das representações simbólicas, das vivências cotidianas de risco e da subjetividade; da construção de uma representação histórica social positiva da profissão a partir da mídia; e por fim, da relação entre as duas formas de vivência do trabalho efetuadas nas duas capitais.

Na terceira parte - de análise das vivências cotidianas da jornada de trabalho de pronto-socorrismo -, prevemos o uso de três tipos diferentes e complementares de fontes de pesquisa: a) a observação direta para entender como os trabalhadores de Goiás e São Paulo vivenciam a identidade profissional; b) entrevistas semi-estruturadas e gravadas com os trabalhadores, utilizando o mesmo roteiro de entrevista nos lócus de pesquisa, com o objetivo de: recolher a partir de suas falas suas vivências e suas representações individuais em relação ao trabalho de socorrismo, e em relação às situações dentro do quartel (intra) e fora do quartel (extra); c) observação participante em algumas ocorrências de São Paulo (SP), para a verificação de possíveis diferenças referentes à execução do trabalho de resgate pré-hospitalar, com o objetivo de entender se as desiguais escalas de serviço poderiam funcionar como incentivadoras a promover distintas formas de execução do trabalho, e também da imagem individual que o trabalhador tem de seu campo. Entretanto, não foi possível realizar a observação participante de modo sistemático em São Paulo, visto que, o Comando Geral do Corpo de Bombeiros de São Paulo, após os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) ocorridos durante todo o ano de 2012 a policiais e bombeiros militares, e que levou à morte de alguns militares na capital e região metropolitana de São Paulo, não permitiu minha tripulação corriqueira nas viaturas por motivo de segurança.

As entrevistas, por sua vez, abrangeram militares familiarizados com a vivência do trabalho e do sistema hierárquico militar. As fontes principais de diferenciação dessas vivências foram agrupadas em dois grupos: Goiás e São Paulo, que se distinguiram pela separação institucional ou não em relação à Polícia Militar. Como fontes possíveis de identidade do trabalho e do perfil do trabalhador de cada estado foram levadas em conta características como sexo, idade, nível educacional, posição social segundo o informante e tipo de escala de serviço.

Ao todo, realizei 30 entrevistas nos dois estados com socorristas de resgate. Dessas, 11 foram realizadas em salas reservadas nos quartéis, 06 no refeitório, 05 em casa, 04 nos pátios dos referidos quartéis, 02 durante a ronda militar, 01 na Unidade de Resgate (UR) e 01 na quadra de esportes do quartel estudado. Em São Paulo, houve um revezamento para saída de ocorrências, assim, quem estivesse realizando a entrevista era deixado de sobreaviso para atender ocorrência somente em último caso, ou a ocorrência de natureza mais grave. Algumas vezes houve interrupções durante as entrevistas pela entrada de ocorrências graves, mas posteriormente eram retomadas do ponto onde foram suspensas.

Detalhando um pouco mais os sujeitos da pesquisa, dentre as 30 entrevistas, três foram realizadas com mulheres e 27 com homens (10% de mulheres). De acordo com as informações concedidas pelo Batalhão de Salvamento em Emergência da cidade de Goiânia, para o ano de 2009, o percentual de mulheres estava em torno de 6%, sendo 10 mulheres e cerca de 150 homens. Em São Paulo, no Segundo Grupamento de Bombeiros, a situação percentual de mulheres também é ínfima cerca de duzentos trabalhadores masculinos e dez trabalhadoras, um percentual em média de 5% em relação ao total de trabalhadores. Quanto à idade, vemos uma pequena concentração de trabalhadores em Goiás e em São Paulo entre 32 e 39 anos.

Em relação à formação, dos 30 socorristas entrevistados, 21 são formados em áreas diversas do ensino superior: Oito em biológicas, sete em exatas e seis formados em ciências humanas. Nesse conjunto, estão lotados todos os entrevistados de Goiás, porque neste estado federativo o perfil educacional na última década caminhou para uma maioria de trabalhadores

dentro do resgate com nível superior, e por esse motivo, o último concurso realizado no ano de 2010 para provimento de vagas no cargo de praças (que são aqueles que realizam o serviço de resgate) e também oficiais teve como requisito mínimo a formação superior. Dentre os socorristas dos dois estados, a maior parte é representada por socorristas solteiros, com até 39 anos e do sexo masculino. Dentre os que já concluíram pós-graduação, quase todos têm entre 31 e 36 anos e são graduados hierarquicamente (não fazem parte da classe de soldados).

No que se refere ao tempo de trabalho no resgate, a maioria possui mais de seis anos de experiência no socorristismo, sendo que doze dos entrevistados trabalharam mais de dez anos no resgate, treze trabalharam entre 7 e 9 anos, quatro trabalharam em torno de 4 a 6 anos, e um trabalhou entre 2 e 3 anos. Mas, isso não significa que tenham trabalhado somente no resgate, houve relatos de experiências em outras atividades fim dos bombeiros como incêndio, salvamento. Apenas em Goiás essa premissa foi alcançada visto que, o Batalhão de Salvamento em Emergência tem mais de 94% de sua tropa realizando apenas o trabalho de resgate, já em São Paulo existem turnos de revezamento realizados entre os trabalhadores que priorizam uma rotatividade de três meses entre resgate, incêndio e salvamento. Tal rotatividade presume-se ocorrer pelo fato que de acordo com os dados fornecidos pelas duas instituições estudadas, o trabalho de resgate continua sendo o setor operacional que mais tem ocorrências anualmente e representa em torno de 85% a 90% das ocorrências operacionais atendidas.

Sobre o tempo de casa, uma das características que mais diferencia os trabalhadores socorristas de São Paulo, dos socorristas de Goiás, o grupo paulista mais significativo é o dos trabalhadores que têm entre dez e quinze anos de casa, com cerca de 60% dos entrevistados. Destes, cerca de 33% dos trabalhadores estão prestes a se aposentarem nos próximos cinco ou sete anos. Se ampliarmos essa faixa de aposentadoria para cada 10 anos, os trabalhadores em chance de se aposentarem em até dez anos de serviço significariam 53% dos entrevistados. Destes trabalhadores, muitos averbaram tempo de serviço em carteira assinada por outras instituições ou serviço privado. Ao mesmo tempo, esse grupo possui um perfil comum: são mais

velhos, com mais tempo de casa, menor escolaridade, menor cargo hierárquico e com salários mais baixos. Em Goiás, a maioria dos entrevistados não chegou à metade dos anos de carreira (15 anos de serviço).

Finalmente em relação à jornada de trabalho, como se efetuou um trabalho aproximativo, o total de entrevistados em Goiás participa de uma escala que pontua 12 horas de serviço por 36 horas de folga. Em São Paulo, os trabalhadores entrevistados fazem revezamento de tempos e áreas específicas numa escala de 24 horas de serviço por 48 horas de folga. Temos no caso goiano, uma escala semanal em média de 45 horas e em São Paulo, uma jornada de trabalho de 60 horas semanais. A escala de serviço goiana ultrapassa 5 horas acima das 40 horas de trabalho exercidas pela maioria dos funcionários públicos, e no final de cada ano representa 240 horas a mais trabalhadas. A escala de serviço paulista extrapolando a média semanal de horas trabalhadas, com uma média de 60 horas trabalhadas, tem no final de cada ano, 960 horas a mais trabalhadas que a maioria dos trabalhadores do serviço público, chegando a quarenta dias a mais trabalhados por ano.

A partir dessas primeiras constatações e de posse das entrevistas, iniciamos a etapa de análise, procurando focar nas falas, os elementos mais significativos dos trabalhadores no que se refere a sua interpretação em relação à representação de herói que dispõem socialmente e a sua própria interpretação a cerca disso. Para tal consideração, foram acertadas questões que procuravam entender o grau de aproximação com o serviço de resgate, com o perfil militar, quais os aspectos preponderantes para a execução do trabalho técnico-profissional, o porquê de escolherem esse tipo de profissão, o que eles pensam sobre o serviço de resgate e sobre o que fazer em relação à vida profissional no futuro, se pleiteava ou não permanecer na atividade e por que. O trabalho buscou observar como os atributos sociais de grupo e individuais influenciam para a caracterização da representação de herói e a representação social da profissão: como a qualificação educacional, trajetórias de vida, trajetórias ocupacionais, escolaridade e relações de gênero - a partir da relação com o perigo, do enaltecer da mídia e da falta de conhecimento social numa capacidade de resposta técnica profissional, adquirida durante a formação profissional.

CAPÍTULO 1

IDENTIDADES E TRABALHO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A ATIVIDADE LABORAL DOS BOMBEIROS SOCORRISTAS

Ao longo da história, atores sociais tiveram que lutar para conseguirem conquistar privilégios e reconhecimento social. No campo do trabalho, para cada ocupação, essa luta sempre esteve condicionada ao fato de tentar representar-se como o tipo ideal para executar uma atividade. Junto a essa situação ocorria a disputa e busca por reconhecimento social, com base no direito de desempenhar aquilo que julgavam ser importante à sociedade. No exemplo particular da atividade de bombeiros, podemos notar que com o desenvolvimento da sociedade, houve também um movimento interno institucional para efetuar mudanças nos tipos de atividades oferecidas, numa tentativa de atender as novas necessidades sociais e, portanto, permanecer neste campo de trabalho como uma atividade reconhecida.

Há indícios históricos de uma distinção passada e agora presente das atribuições desta ocupação. A primeira atividade atribuída como trabalho dos bombeiros foi o debelar de incêndios e atualmente temos aquela que propomos falar: o bombeiro militar socorrista de resgate. Um exemplo interessante a respeito dessa atribuição anterior, e atual identidade⁴ dos bombeiros na consciência coletiva é a diferenciação cinematográfica entre a série Brigada 8 (1958) e a série Recue Me (2004), revelando respectivamente as rotinas do serviço de incêndio e de socorrismo.

Primeiramente é abordada a atividade de resgate como ocupação, porque para consideração deste trabalho, a profissionalização dos Corpos de Bombeiros de São Paulo e Goiás só ocorreu a partir dos anos 1990. Sendo, portanto melhor tratada, no capítulo posterior que contará com uma exposição sobre a técnica utilizada pelos socorristas. Neste primeiro capítulo, iremos refletir sobre a identidade no trabalho e como existem diferentes visões sobre a atividade desenvolvida pelo socorrista de resgate. Apresentamos também uma discussão a respeito do ambiente de risco como local de trabalho e de uma identidade formada como dessacralização da visão que a sociedade tem do bombeiro, representado como herói.

⁴ O conceito de identidade profissional utilizado neste estudo é o desenvolvido por Claude Dubar (2005) e será exposto na última parte deste capítulo.

1.1 A história da ocupação de bombeiros

A origem do corpo de bombeiros remonta à antiguidade, sendo uma das primeiras organizações encontradas em Roma, na Itália, criadas pelo imperador Augusto por volta de 27 a.C. Os 'vigiles', como eram chamados os primeiros bombeiros, serviam como patrulheiros e impediam possíveis incêndios, vigiando toda a cidade, principalmente no período noturno. De forma rudimentar, o trabalho dos bombeiros como organismo de combate ao fogo foi pouco relatado na Europa, até o grande incêndio ocorrido em Londres em 1666. Após este evento de perdas com proporções significativas, tanto do ponto de vista econômico quanto de pessoas vitimadas, as companhias de seguros inglesas começaram a formar brigadas particulares para proteger as propriedades de seus clientes⁵.

Em geral, as primeiras organizações contra incêndios, surgiram pela necessidade de evitá-los, por que vinham juntos a perdas insuperáveis, já que a tentativa de controlar e esgotar as chamas de grandes proporções era uma ação praticamente impossível, devido aos precários recursos. Assim, a sua prevenção tornava-se a melhor solução contra o fogo⁶.

No começo, as ações de brigadas eram desenvolvidas por voluntários, caracterizando-se por uma falta de organização e disciplina, bem como uma resistência particular desse campo de trabalho em implantar tecnologias que só foram significativas com a introdução de bombas com motor a vapor, para o combate ao fogo com mais eficiência. A introdução de equipamentos e técnicas de combate a incêndios ocasionou a organização dos departamentos profissionais contra incêndio em grandes cidades. Pouco a pouco os bombeiros voluntários foram sendo substituídos por pessoas que começavam a desempenhar a função de combate a incêndio como profissão, como indivíduos especializados que utilizavam bombas de água.

As primeiras escolas de bombeiro surgiram a partir de 1889, principalmente nos Estados Unidos, com quadros profissionais de maiores e menores graduações. Durante a primeira e Segunda Guerra mundial, os

⁵ Informações obtidas em trabalho monográfico intitulado: O socorrista de resgate e o reconhecimento social: dilemas na profissão de bombeiros realizado em 2009, que contou com pesquisas no site do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal: <http://www.cbm.df.gov.br>

⁶ Informação obtida através do site: segurancaprivadadobrasil.wordpress.com

bombeiros foram importantes como mantenedores da ordem nas cidades, erradicando sinistros advindos dos bombardeios, em jornada de até 24 horas, passando a tornar-se comum tal prática de escala de laboral, trabalhando assim, mais horas que outras categorias profissionais.

No Brasil⁷, devido ao grande número de incêndios que aconteciam, foi criado o arsenal da marinha em 1763 pelo Conde Da Cunha, que visava ajudar a combater os incêndios na cidade do Rio de Janeiro. Este arsenal representou o primeiro passo para a formação da primeira ocupação de bombeiros em território brasileiro. Lembrando que, diferentemente de outros países, no Brasil, as primeiras atividades dos bombeiros não foram feitas privativamente, mas sim com o auxílio do poder de Estado. Depois deste evento de criação do arsenal da marinha, foi somente em agosto de 1797 que o órgão contou com a inserção de homens e instrumentos necessários para acudir, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em embarcações, os incêndios, sendo essa, caracterizada como a verdadeira época do início do serviço de extinção de incêndios no Brasil, realizado por um órgão público.

Historicamente a função de bombeiros nos países europeus e na América do Norte, sempre foi civil, o caso particular brasileiro de formação militar é uma excepcionalidade da ocupação de bombeiros em escala mundial, fatores para isso foi o incentivo do governo brasileiro no começo das atividades da ocupação pela marinha e depois por resquícios do governo autoritário que tivemos no país na segunda metade do século XIX.

Fica evidente com esses relatos que, na história oficial de bombeiros em nível mundial e brasileiro, a identidade ocupacional primeira dos bombeiros foi pautada na atividade de combate a incêndio. Somente muito posteriormente, com o crescimento das cidades e aumento da violência, risco, perigo e tratamento de adversidades que ocorreram as primeiras formas de utilização dos bombeiros em atividades de socorro a vidas, especializado no tratamento em emergências médicas, conhecido como Resgate, socorrismo, ou primeiros socorros.

Com o crescimento urbano, aumento do número de carros e pessoas nas grandes cidades, e conseqüentemente dos acidentes de trânsito e da

⁷ Acervo histórico nacional da Biblioteca Militar do Rio de Janeiro com exposição virtual permanente.

violência, houve uma preocupação dos governos em procurar fornecer proteção e atendimento especializado a todas às vítimas possíveis desses eventos. A primeira questão levantada foi o transporte e tratamento adequado a traumatizados de acidentes de trânsito, o que demonstrava para o Estado uma economia em termos de gastos sociais com acidentados, que precisamente em 1990 apontaram a eficiência do tratamento dado pelos socorristas de resgate às suas vítimas quando comparado àquelas que não eram atendidas por este serviço (Santos, 2010, p. 115).

A introdução do serviço de resgate pelos Corpos de Bombeiros Militares estaduais foi de grande importância para toda a população brasileira, pois, significou o aumento da capacidade do Estado em proteger a vida humana e também prevenir o agravamento de lesões nas vítimas de traumas a partir de uma lógica do campo dos direitos sociais.

Com o desenvolvimento substancial ocorrido no Brasil nos últimos cinquenta anos, fruto do processo de industrialização e urbanização efetuado principalmente nas grandes cidades, houve em contrapartida, um aumento dos riscos sociais advindos dessa intensa modernização, como: catástrofes climáticas, violência, insegurança, acidentes de trânsito e tantos outros acontecimentos que influenciaram para uma maior exposição do ser humano a adversidades.

Atualmente no cenário nacional, para se tornar um bombeiro militar é preciso prestar concurso público e passar por um curso de formação. Amapá, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e a capital federal são os cinco Estados que atualmente cobram para o proponente ao cargo de bombeiros de soldado o nível superior argumentado por uma política própria de seu Estado. Há a cobrança em nível superior para a entrada no concurso de oficial nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Acre, Pernambuco, Pará e Piauí.

Na maioria dos Estados do Brasil o Corpo de Bombeiros Militar é autônomo. Somente nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são vinculados administrativamente ao Comando da Polícia Militar e à Secretaria Estadual de Segurança Pública. No Estado do Rio de Janeiro, o Corpo de Bombeiros Militar está vinculado à Secretaria Estadual de Saúde e à Defesa Civil. Existem no cenário brasileiro inúmeras diferenciações próprias da

Constituição Federal que submetem a legislação dos Bombeiros militares estaduais a suas próprias constituições estaduais, deixando livremente suas lotações e submissões administrativas.

Apesar das diferenciações a ocupação de Bombeiro é um exemplo de confiança social no trabalho, pois, cogita em suas ações o tratar de adversidades e situações de risco à vida, às quais nenhum indivíduo quer se confrontar. Por esse motivo, seu desempenho ocupacional em meio às adversidades tem sido realizado numa tentativa de aproveitar ao máximo a própria técnica de ofício que dispõe, e também numa tentativa constante de unir a esse desempenho, exercícios regulares de qualificação profissional que aumentem mais e mais o potencial desse trabalho e conseqüentemente de aprovação social da corporação.

No Batalhão de Salvamento em Emergência (BSE) do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO), e também em São Paulo, a atividade de trabalho pauta-se na preocupação com o outro, no altruísmo, o que de certa maneira distancia-se do individualismo tradicional, visto e enfatizado pela sociedade industrial. O trabalho de bombeiros nesse ambiente moderno de sociedade industrial toma um caráter comunitário e passa a residir na perspectiva da coletividade, deixando de certa forma as aspirações totalmente individualistas tão apregoadas na modernidade. Esse preocupar com o outro demonstra a forma assistencialista do Estado em promover a defesa da vida de seus cidadãos, o que favorece para a grande aceitação pública do profissional, principalmente do “socorrista” nos últimos anos. O interesse especial da pesquisadora pela capital goiana e a paulista é devido ao número de ocorrências que atendem, principalmente envolvendo motociclistas, já que as duas capitais possuem as duas maiores frotas de motocicletas do país.

No Brasil, país que possui um dos trânsitos mais violentos do mundo, a profissão de bombeiros passou por grandes transformações internas para absorver as demandas da sociedade, que deixou em menos de cinquenta anos a ruralidade, para se tornar 85% (oitenta e cinco por cento) em concentração urbana. As adequações ocorridas para atender às demandas de auxílio profissional capacitado para a defesa da vida surgiram na maioria dos estados

brasileiros como convênio entre governo federal e estadual, entre Ministério da Saúde e corpos de bombeiros militares.

Junto aos problemas de risco social dos brasileiros, cresceu também o envolvimento dos bombeiros militares com a vida cotidiana dos urbanizados, estando eles em contato com o sofrimento dos acidentados e famílias que perdiam entes queridos nos acidentes e emergências clínicas atendidas. A postura deste profissional militar e inclusive sua grande capacidade de adaptação ao serviço de combatente socorrista, garantiu a aceitação pública de grande parcela da população brasileira.

Mas, foi a partir da década de 1990, que os corpos de bombeiros se concretizaram como polo de ensino e qualificação profissional militar, influenciando muito a inserção de profissionais nas gerações posteriores de socorristas de resgate, atentos à questão social e psicológica pós-trauma das pessoas. Esse segmento de pronto-socorrismo passou com o tempo a se destacar dos demais serviços de bombeiros, como: combate a incêndio, mergulho, inspeção de prevenção a acidentes e pânico, tornando-se a própria identidade do bombeiro, seu “carro chefe”.

Mesmo com os resquícios do governo autoritário instalado no país pelos militares, aos poucos a identidade repressora dos militares de força auxiliar, foi transfigurada pela identidade de assistência realizada pelas atividades de bombeiro de resgate. Assim, quanto mais eram realizados atendimentos pelos bombeiros de resgate, mais se acentuava sua aceitação pública e mais se expandiam sua qualificação técnica-profissional. Era o começo da “era de ouro” (SANTOS, 2010) dos bombeiros militares.

O envolvimento militar com a questão social já vinha sendo organizado em frentes de atendimentos cidadãs realizadas pelas forças armadas brasileiras, mas apenas com datas específicas e com identidade itinerante como: vacinação de animais domésticos contra raiva, vacinação de humanos, consultas médicas e odontológicas cedidas à população. Nunca havia ocorrido uma forma de tratamento de traumas acidentais ou clínicos com pessoal instruído, capacitado e com viaturas próprias de socorro, que não visavam apenas militares ou certas áreas demarcadas de atendimento, mas toda a comunidade em geral.

Contudo, as ações de pronto-socorrismo em apoio à sociedade também geraram para seus profissionais uma maior responsabilidade no trato direto com vidas e um maior estresse pelo aumento do número de ocorrências atendidas. A exigência da corporação para dar continuidade à representação positiva, contraposta às imposições do comportamento militar de hierarquia e disciplina, concorreu para que a identificação funcional desses trabalhadores fosse questionada por eles mesmos, gerando uma nova forma de perceber-se e sentir-se bombeiro.

1.1.1 O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo

De acordo com Santos (2010), a fundação da cidade de São Paulo foi historicamente desencadeada pela ocupação e exploração de terras pelos portugueses a partir do século XVI, época em que os incêndios eram combatidos pela população e os alarmes de incêndio eram dados pelos sinos das igrejas.

Passaram-se tempos, e em 1856, tem-se a instauração do primeiro regulamento de bombeiros em São Paulo, que regia o acionamento do serviço de bombeiros para a extinção de incêndios por responsabilidade da corte e tutela do Imperador Dom Pedro II. Este regulamento deu sucessão judicial ao primeiro projeto de lei apresentado à câmara dos deputados paulista, para a criação de uma Seção de Bombeiros aprovada posteriormente em 10 de março de 1880.

Historicamente, essa Corporação passou por várias designações institucionais e também por várias sedes no princípio de sua formação, ficando a cargo do governo municipal e por último em 1974, teve a reorganização efetiva de seu trabalho, mas sempre caracterizada pela prestação de serviço público a causas de incêndio. O decreto lei nº 13346, de 13 de maio de 1943, estendeu e reorganizou as ações de bombeiros em todo o estado paulista. Em 1948, a funcionalidade do bombeiro militar foi pautada na lei nº 118, determinando assim, que os bombeiros poderiam desempenhar atividades de extinção de incêndios e de salvamento em todos os municípios paulistas que tivessem convênios com as respectivas prefeituras.

Outra grande atribuição dada aos bombeiros paulistas foi conseguida por intermédio do Decreto lei nº 29.996 que implicava aos bombeiros militares coordenar e supervisionar as atividades de prevenção e extinção de incêndios. Houve uma nova reestruturação em 1974 e depois em 1992, com caráter experimental, efetuaram-se algumas introduções importantes do serviço pioneiro de resgate.

Desde os anos 1970, mundialmente, estava se ingressando “uma nova era em relação ao atendimento emergencial”. Ocorria a conclusão unânime de várias instituições políticas e sociais que este serviço deveria ser levado a pessoas vítimas de acidentes, produzindo um atendimento especializado para sua estabilização e transporte efetivo, ao hospital melhor qualificado para sua situação de socorro. Era a construção significativa de um tipo de serviço e uma necessidade social, que somava a importância de um serviço especializado para atendimento a acidentes em defesa de vidas humanas e o próprio reconhecimento de um novo tipo de trabalho para os bombeiros, ocorrendo uma mudança em sua forma de ser representado agora, como uma atividade de socorro.

A reflexão acerca da incapacidade dos meios materiais, estruturais e técnicos de trabalho para o atendimento a essas vítimas de acidentes foi umas das causas de maior preocupação para os primeiros profissionais bombeiros socorristas e para os trabalhadores da área da saúde, que vislumbravam um serviço eficiente de resgate que como exemplo, já havia sido efetivado de maneira competente e prática nos Estados Unidos.

Nos primeiros anos da década de 1980 (SANTOS, 2010), foi implantada pelo governo da cidade de São Paulo a Coordenação dos recursos Assistenciais aos Prontos-Socorros – CRAPS, que tinham em importância a participação de médicos, que a exemplo de outros países, viam com bons olhos a implantação do serviço de resgate na área de atendimento pré-hospitalar pelos bombeiros militares. Essa primeira etapa de efetivação do serviço de resgate paulista foi irrompida pela viagem de estudos dos oficiais militares do estado de São Paulo à cidade de Chicago nos Estados Unidos. Após a realização do primeiro contato com um sistema de atendimento de emergência atuante como os dos norte-americanos, o dissipar desse

conhecimento a partir desses precursores, foi essencial para disseminação deste conhecimento dentro da corporação e da germinação do serviço que hoje em São Paulo representa 70% (setenta por cento) das ocorrências efetuadas pelos bombeiros.

O problema a partir desse primeiro contato teórico e prático com o pronto-socorrismo foi a resistência interna por parte de integrantes do Corpo de Bombeiros, bem mais acentuada do que a esperada pelos profissionais da saúde e não tão expressiva pelos comandantes da Polícia Militar. O sucesso do legado só foi possível com a introdução do curso de resgate a profissionais que, antes eram tidos como incapacitados para o serviço, e que, com a disseminação das técnicas oferecidas nos estudos feitos dentro da corporação de bombeiros; a “filosofia do resgate” (Santos, 2010) foi disseminada, tendo como marco, o final da década de 1980.

A parceria entre Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública criando o Sistema de Resgate com a participação do Corpo de Bombeiros, Grupamento aéreo e Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU - só foi concretizado com a resolução conjunta nº 42 em 22 de maio de 1989. Depois disso, as ações de atendimento pré-hospitalar em São Paulo poderiam ser pleiteadas por outros setores públicos e/ou privados, a não ser, as ações de salvamento que ainda eram tidas como inerentes aos serviços de bombeiros.

Um dos problemas encontrados primeiramente para o Resgate foi a aquisição de viaturas adaptadas para o atendimento pré-hospitalar. Houve nesse ínterim, a ajuda de engenheiros para a criação de um protótipo nacional que faria a adaptação de carrocerias, às necessidades de atendimento dos bombeiros de resgate, visto que, no mercado nacional não havia veículos que pudessem satisfazer as exigências do atendimento às vítimas em situação de emergência. O número de viaturas ia aumentando a cada ano, correlacionado ao número de vítimas em atendimento pelos bombeiros.

Em 10 de março de 1994, o Serviço de Resgate foi consolidado por meio do Decreto nº 38.432/94 e sua operacionalização atribuída exclusivamente à Polícia Militar do Estado de São Paulo. O SIAE – Sistema Integrado de Atendimento a Emergências – criado na mesma época tinha como meta a

criação de normas de orientação técnica e científica para o sistema em atuação, para a regulamentação das atividades de transporte e o atendimento aos doentes de acordo com o Centro de Vigilância Sanitária.

1.1.2 O Corpo de Bombeiros Militar de Goiás

A história do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás⁸ iniciou-se em 05 de novembro de 1957 com o deslocamento de 11 (onze) militares goianos para o Estado de Minas Gerais, com a finalidade de frequentarem um curso de Bombeiros com duração de 08 (oito) meses. Foi a partir desse primeiro contato com teorias e práticas próprias do trabalho de bombeiros que foi inventariado as primeiras guarnições de combate a incêndio no Estado.

A implantação dos bombeiros em Goiás foi tardia quando comparada a outros estados brasileiros por várias questões; como o próprio contexto social do Estado, comum a urbanização e índice demográfico baixo que relativamente não fazia jus a implantação ou a sistematização em grande escala, de um serviço de bombeiros para atendimentos a grandes acidentes ou catástrofes em seu território. A exigência maior da formação ocupacional de bombeiros seguramente veio com a construção da capital federal, Brasília.

Em 17 de dezembro de 1958 foi editada a Lei nº 2.400, que criava uma Companhia de Bombeiros e com a Lei nº 5.442, de 10 de novembro de 1964, a Companhia de Bombeiros passou a denominar-se Corpo de Bombeiros. Em 14 de novembro de 1967, o Corpo de Bombeiros recebeu a estrutura de Batalhão. Com base na Lei nº 8.125, de 18 de dezembro de 1976, Art. 2º, 3º, 9º e 11, combinado com o Decreto nº 1.936, de 27 de agosto de 1981, baixou-se a Portaria nº 04/81-PM/3 criando o Corpo de Bombeiros como órgão da Secretaria de Segurança Pública pela Constituição Estadual, promulgada em 05 de outubro de 1989. O Corpo de Bombeiros passou então, a constituir-se

⁸ Informações obtidas no site: www.bombeiros.go.gov.br

em uma Corporação independente e autônoma quando referendada à Polícia Militar, começando seus trabalhos a partir de 1990.

Os trabalhos de bombeiros desenvolvidos a partir da separação de comando em relação à Polícia Militar eram de execução das seguintes atividades: defesa civil, prevenção e combate a incêndios e a situações de pânico; busca e salvamento de pessoas e bens, atividades educativas relacionadas com a defesa civil e a prevenção de incêndio e pânico, e por último e não menos importante a análise de projetos e inspeção a instalações preventivas de proteção contra incêndio e pânico nas edificações.

O Serviço de Resgate foi eficazmente implantado com a chegada das primeiras Unidades de Resgate (UR) em 1999 e a formação dos primeiros socorristas que, harmonizados com o sistema de trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, desempenharam a atividade como forma de disseminação das técnicas apreendidas no estado paulista e praticadas em Goiás, concomitantemente unindo a formação de ensino e a prática do trabalho.

Atualmente o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, concentra suas atividades num profissional capacitado em nível superior, podendo este nível superior ser desempenhado em qualquer área de conhecimento perfilhada pelo Ministério da Educação, e que após efetivação na instituição decorrida de concurso, ingressará em uma escola de aprendizagem, para soldados ou oficiais, que o preparará respectivamente para ser um gestor em segurança pública ou bacharel em engenharia de segurança, dependendo da escolha do cargo, quando ingressado nesta carreira militar.

1.2 A construção das identidades nas sociedades modernas: Vivemos em uma sociedade de risco?

Não é estranho a nenhum cidadão hoje, a forma cotidiana a qual estamos expostos a situações de violência e perigo vivendo em sociedade. Vive-se sempre com uma “sensação de desamparo”. Desta forma, o medo é com certeza o produto da modernidade e do avanço tecnológico ao qual estamos inseridos. O perigo é por si, algo que não tem barreiras, existindo sempre situações às quais nos sentimos inúteis a tentar controlar, mesmo com o alto grau de conhecimento que dispomos.

Essa sociedade a qual deparamos quando nos sentimos alheios e impotentes, é a sociedade de risco, a que tanto Ulrich Beck (2010) ressalta em seus escritos, evidenciando um contexto moderno, que também é reflexivo. Essa mesma sociedade pensa agora nos caminhos que percorreu com seus avanços e ganhos, mas também nos conteúdos problemáticos de todo esse desenvolvimento, alçando assim, sua forma reflexiva de pensá-los.

De nossa perspectiva, o Brasil não experimentou essa modernização autônoma e reflexiva. Estamos vivendo conceitualmente uma “modernidade anômala” (MARTINS, 2008) que veicula um desencontro do homem com a história, numa possibilidade de efetuar um reencontro desse mesmo homem consigo mesmo em sua realidade específica. Essa ideia pressupõe uma modernidade como um “tempo moderno e a consciência crítica do moderno” (Martins, 2008, p.18), podendo ocorrer que modernidade e moderno não venham a ser sempre coincidentes neste tipo de realidade.

Outro significado dessa modernidade é a “angústia cotidiana da incerteza” ocorrida pela irrealização do progresso linear de crescimento, sendo assim, o prevalecer do “reino do cinismo” denunciado pelas desigualdades e desencontros que a caracterizam (Martins, 2008, p.19) são fortes marcos de uma realidade concentrada na ironia e na fantasia do desenvolvimento progressivo. É interessante, neste aspecto, observar nesta “modernidade brasileira” como o moderno e os signos da modernidade são incorporados pelo popular. Neste sentido, o estudo sobre a atividade de bombeiros socorristas

intenta perceber como se dão às avessas, a relação da modernidade com o cotidiano da vida social e cultural brasileira, onde contradições históricas, possivelmente podem ser assentadas como sentido de vida das pessoas, e suas atitudes “muitas vezes equivocadas do fazer” estão “numa relação de desencontro com aquilo que é feito” (Martins, 2008, p. 125).

Todavia, para fins deste trabalho tomaremos algumas noções teóricas de Ulrich Beck (2010), principalmente em torno do sentimento de insegurança em que nos deparamos quando nos sentimos alheios e impotentes diante dos riscos, violência e perigo. Nesse contexto, torna-se importante o fortalecimento da ideia de continuação da vida; de que é preciso continuar, mesmo diante de uma realidade moderna de produção de riqueza x produção social de risco. Nesta lógica a distribuição de riscos está ligada a dois fatores preponderantes: a redução da carência material, por meio de garantias, regras jurídicas e fortalecimento do Estado Social, e também, pelo processo de modernização que criou riscos e ameaças antes desconhecidas pela sociedade. É em cima do último fator que se instaura o paradigma da sociedade de risco: saber como é possível evitar e minimizar os efeitos colaterais das ameaças coproduzidas para que não comprometam a modernização, nem o que é tido como tolerável em termos de risco para a sociedade.

Concordamos com Beck que a própria definição de risco mudou de significado nesta sociedade do medo, passando de uma definição ousada e aventureira, para um sentido de auto-destruição da vida. As ameaças e riscos anteriores eram sensíveis e perceptíveis aos sentidos, já as atuais são invisíveis. Essa invisibilidade dos problemas tem um maior atenuante: a globalização de seu alcance e de suas causas. Nessas circunstâncias, querer discutir os riscos sociais a partir das categorias e fórmulas das ciências naturais é improvável, pois as questões de cunho apolítico se tornam políticas pela comoção que produzem e o efeito bumerangue que destilam.

Com relação à análise do desenvolvimento social, Beck (2010) considera a existência de um “déficit do pensamento social”, em que se passam despercebidas as potencialidades e desigualdades desses riscos

sociais. Seria, portanto, necessário pensar de forma frutífera a respeito dessa situação de “não conhecimento”, na existência de instrumentos de medição ou de instituições desenvolvidas para lidar com o risco. Assim, surgem atividades laborais que desempenham perante situações adversas e de falta de entendimento das pessoas seus trabalhos. São instituições, secretarias, agências de planejamento urbano, organizações não governamentais, e até mesmo a mídia que buscam minimizar os riscos e levar a sociedade a fazer reflexões sobre sua própria existência.

A profissão de bombeiros é atualmente uma dessas atividades que tem sua identidade pautada no exercício de funções que envolvem risco nos mais variados níveis e possibilidades. Os acidentes de trânsito são sua maior evidência, seja pelo grande vulto de ocorrências registradas, exigindo principalmente a atuação das atividades de resgate, como também o pronto-socorrimento às vidas afetadas por catástrofes de inundações, incêndios, emergência clínicas ou traumas acidentais domésticos. Há outra parte de trabalho totalmente dedicada à prevenção de eventos adversos como o trabalho dos técnicos de risco e pânico, que julgam as instalações dos ambientes que têm fluxo de pessoas, e a Defesa Civil que promove relatórios sobre áreas de risco de desabamento, soterramento, inundações e incêndio em vegetações.

A falta de confiança, própria do contexto de risco, é o ambiente fortuito para a apresentação de identidades sociais que tentem manter uma ideia de segurança e resposta eficiente em meio às ameaças. É neste momento que, a possibilidade de alguns serviços, como o de bombeiro aparece para lutar por um reconhecimento na área de “técnicos de risco” (BECK, 2010). É o atendimento eficaz a questões principalmente de risco à vida, preferencialmente em acidentes reais e constantes como os acidentes de trânsito, que favorecem para que essa ideia do bombeiro como herói frente aos riscos seja mais sustentada.

O trânsito nas grandes cidades é um dos problemas mais acentuados em nível de estrutura urbana e também de perigo à vida. No Brasil, o trânsito

mata até mais que algumas doenças infectuosas. Dados do ano de 2011 fornecidos pelo Ministério da Saúde apontam que a mortalidade de motociclistas superou a de pedestres e motoristas⁹. No levantamento do Ministério o custo de internações por acidentes com motociclistas pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em 2011, foi 113% maior do que em 2008, passando de R\$ 45 milhões para R\$ 96 milhões. O crescimento dos gastos públicos com acidentados em motos acompanha o aumento das internações que passou de 39.480 para 77.113 hospitalizados no mesmo período. O número de mortes por este tipo de acidente aumentou 21% nos últimos anos – de 8.898 motociclistas em 2008 para 10.825 óbitos em 2010. Com isso, a taxa de mortalidade cresceu de 4,8 óbitos por 100 mil habitantes para 5,7/100 mil entre 2008 e 2010. Desses mortos os jovens representam as principais vítimas: cerca de 40% dos óbitos estão entre a faixa etária de 20 a 29 anos, sendo que o percentual cresce para 62% na faixa etária entre 20 a 39 anos e chega a 88% entre 15 a 49 anos. Os homens predominantemente, em 2010, representaram 89% das mortes de motociclistas (9.651 óbitos) segundo dados do Ministério da Saúde brasileiro.

O risco de morte no trânsito é constatado nas estatísticas matemáticas, mesmo com toda a utilização de meios técnicos certos para garantir a segurança das pessoas. A política que pauta o trabalho dos bombeiros de resgate é no sentido de dar resposta a esses problemas sociais não somente em nível local, mas também em nível de estados federados com prestação de socorro especializado também nas rodovias e cidades do interior.

As ações de bombeiros de resgate mundialmente são o que garante com certeza, sua identidade social e a visão positiva e respeitosa das populações com relação à atuação destes profissionais. São esses trabalhadores que passam à sociedade, em qualquer lugar onde atuem a ideia de segurança e em meio aos riscos e adversidades. Define-se assim, nas suas atitudes o reconhecimento social de “*técnicos de risco*” que pela divisão do trabalho e sua intensa diferenciação, implica a pouca presença de outros profissionais para a execução de atividades como as definidas aos bombeiros

⁹ Informações disponíveis em <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5707/162>

mundialmente e aos bombeiros de resgate de forma particular. A cumplicidade geral da sociedade em não assumir relações de risco e sistematicamente direcioná-las aos bombeiros facilita elencar a profissão comum símbolo de “heroísmo”, “confiança” e “competência” quando comparada a outras esferas de trabalho, seja na área de saúde, seja na própria área de segurança pública.

É correto lembrar que os riscos são distribuídos de forma desigual conforme a profissão, e na atividade de resgate este percentual de risco é ainda maior porque a atividade em si trata diversas situações de riscos que envolvem o trabalho de outras atividades para tratá-los. Não devemos esquecer que a compensação por essa relação com o perigo possa ser relacionada com o nível salarial, mas pode-se conceber que o salário seria, portanto, a forma mais moderna de compensação, levando em conta seu caráter técnico-educacional. Mas, sabemos que na realidade o salário não determina em si a satisfação de um trabalhador, existem outras dimensões de satisfação como descanso, maior tempo com a família e principalmente a estabilidade e segurança do emprego. Mesmo que exerçam atividades que tenham menor remuneração alguns trabalhadores preferem o setor público, pela garantia de emprego frente ao risco do desemprego possível no setor privado.

Voltando a tratar acerca dos “técnicos de risco” do resgate dos bombeiros notamos que o surgimento desta atividade priorizou em seus primórdios o atendimento a toda à população, e isso é devido ao fato de que, como Beck (2010) pressupõe: “sociedades de risco não são sociedades de classes; suas situações de ameaça não podem ser concebidas como situações de classe, da mesma forma como seus conflitos não podem ser concebidos como conflitos de classe” (p. 43) eles atingem toda a sociedade independente de sua classificação. Desta forma, o autor concebe a não possibilidade de ricos e poderosos estar imunes aos riscos. Esses poderiam conceber-se no máximo como “ainda não afetados” (p. 47). Alguns são afetados pelos riscos de imediato, e aqueles com maiores condições financeiras, no máximo irão poder se distanciar ou retardar situações de perigo com recursos mais adequados

frente aos que não têm poder de compra, mas mesmo assim, ainda seriam em algum momento afetados.

Como exemplo disso temos a atividade de resgate dos bombeiros, em que o atendimento nas ocorrências sem diferenciações de classe promoveu uma visão respeitosa acerca da identidade social e profissional dos bombeiros em poucos anos, como também o atendimento aos mais necessitados, àqueles sem condições de deslocamento a um hospital, sem condições mesmo de movimentar-se para uma busca por socorro especializado, fazendo da atividade de bombeiro um símbolo de heroísmo. Sua identidade profissional foi favorecida ainda pelo caminho contrário que efetua: sai do ambiente de individualização tão exacerbado da sociedade moderna e abarca suas relações no altruísmo e no senso de comunidade, com a ajuda ao próximo e desconhecido.

Assim, os bombeiros de resgate representam a política estatal de um tipo de “solidariedades objetivas da ameaça” (BECK, 2010), em que sua atividade funcional é considerada como de serviços essenciais do Estado. É a solidariedade assentada no medo que estimula a formulação de políticas que buscam rumos de atenuação de inúmeras ameaças e a confiança em seus respectivos “técnicos de risco”. É na relação entre realidade e possibilidade iminente de risco e perigo que instaura os sentimentos sociais, e a consciência dessa relação é que determina o indivíduo que dela é fruto.

O não saber como agir nas situações de risco e perigo é o que ainda mais problematiza a consciência dos “afetados” de sua condição de “incompetentes” para responder prontamente às coisas e fatos que lhes cercam (BECK, 2010). Mesmo porque, são as próprias diferenciações postas pela divisão do trabalho, que não favorecem a todos tais conhecimentos e atitudes em meio aos riscos. Diante de tal situação de reconhecimento acerca da situação de “incompetentes” do risco, o sentimento de insegurança passa a fazer parte da vida cotidiana das pessoas e ainda mais, quando exacerbado pela mídia.

A representação dos profissionais de bombeiros militares como heróis em meio às circunstâncias de trabalho, tanto pela sociedade como pela mídia, é o resultado transfigurado da construção dessa racionalidade social. Ocorre então, uma desmistificação da ciência e a volta de sublimações diante da realidade, mesmo que os riscos outrora tenham sido reconhecidos cientificamente: “Somente com o passo dado na direção da consciência de risco civilizacional é que pensamento e representação cotidianos se libertam das ancoragens no mundo das coisas visíveis” (Beck, 2010, p. 90), num sentido de se acreditar e buscar a solidariedade entre os atores sociais para a resolução e enfrentamento dos riscos.

Esse conhecimento coletivo dos riscos e de quem atua neles e sobre eles, favorece o fortalecimento de uma percepção positiva do trabalhador. Mediada pela mídia e pela aceitabilidade da sociedade é garantido aos bombeiros prerrogativas de exercício no resgate, em detrimento de outras ocupações, pois;

“quanto mais enfática for a ampliação dos perigos no processo de modernização, quanto mais conspícua for ameaça aos valores básicos do público geral e quanto mais evidente isso passar a ser na consciência de todos, tanto mais profundamente é abalada, na relação entre economia, política e esfera pública, a estrutura funcional de poder e de competências baseadas na divisão do trabalho, e é tanto mais provável que, sob a égide do perigo iminente, responsabilidades sejam definidas, competências de atuação centralizadas e todos os por menores do processo de modernização cobertos por controles e planejamentos burocráticos” (Beck, 2010, p. 96).

Na sociedade contemporânea há o estabelecimento de um processo de desvinculação da família estável, da classe e das imposições de gênero, ocorrendo à inserção da capacidade individual como fonte primária de vida e do próprio destino como ser social através do mercado de trabalho e de suas liberalizações pelo processo de individualização a partir do assalariamento. Esse fato não significa, de maneira alguma, uma “emancipação bem-sucedida”, com o atendimento a todas as pessoas que fazem parte de uma sociedade, mas sim “a institucionalização e padronização de estilos de vida” e das coisas, coisas essas consubstanciadas no sentimento de pertencimento social e identificação social que fazem do indivíduo um ser dependente do mercado de trabalho e de todos os benefícios que a sociedade moderna a ele condiciona,

desde a seguridade social até ao consumo de bens produzidos por esse mesmo mercado. Todos os movimentos sociais passam então a ser “processos de formação social da identidade em mundos da vida destradicionalizados e individualizados” (Beck, 2010, p.111), a partir dos riscos de desemprego e possibilidade de não inserção no mundo das garantias e disputas individuais.

Para Ulrich Beck (2010), e como análise tendo os países desenvolvidos da Europa, a diluição da identidade de classe se figura especialmente pelo aumento do padrão de condição de vida da população, mas o que não significa diminuição das desigualdades sociais, mesmo que também ocorra em muitas vezes mobilidades sociais. No caso do Brasil, país com ranking considerável de desigualdade, basta perceber que a inclusão de atividades provindas do Estado para toda a população funciona como projeção de bem-estar social, na tentativa de se fazer o mesmo que ocorreu na Europa em que as diluições das identidades de classe, vieram a fazer parte desse repertório através dos “renivelamentos”, que se instauraram principalmente em seus países no período de reconstrução pós-guerra, principalmente com a expansão do sistema educacional.

Diante disso, a posse de diplomas superiores passa a ser o passaporte para o mercado de trabalho e também da “desvinculação dos vínculos culturais de classe e da predestinação decorrente da origem social” (Beck, 2010, p.120). Acontece pela educação uma “mudança geracional” na identidade social proletária antes observada na sociedade industrial, agora o indivíduo precisa é saber e aprender os contornos da classe em que se integrará através da mobilidade que adquiriu pelo incremento da educação. É correto lembrar que na situação brasileira o estágio de formação dessa sociedade de risco ainda é incipiente, ocorrendo apenas nuances desse processo de transformação social e intelectual da população em geral e das políticas do sistema estatutário em particular.

O direito trabalhista favoreceu muito a consolidação do trabalho assalariado, mas com a crise sistemática do mercado de trabalho advinda das inovações tecnológicas e estruturais, não conseguiu dar respostas

convincentes as todas as necessidades individuais quando eclodida a crise nos anos 1980. Nesse período, as identidades tão enclausuradas passam a perceber que somente a posse de diplomas é insuficiente para assegurar uma vida profissional, ocorrendo o “efeito elevador para baixo” (Beck, 2010, p.133) em que a posse educacional não significava mais a respectiva lotação em áreas de trabalho correspondentes ao seu nível ocupacional. Assim, a lotação em frentes de serviço distantes daquela da posse de títulos e/ou especializações técnicas e educacionais, principalmente em instituições burocráticas por meio da modalidade de concursos, tornaram-se aos poucos caminhos satisfatórios para resolução do cisma da ocupação, pois tinham a expectativa de ao mesmo tempo solucionar a necessidade de subsistência e também obter novas formas de conhecimento profissional a partir da inserção como “técnicos de risco” nos cursos de formação como os aqui demonstrados pelo serviço de resgate na profissão de bombeiros.

1.3 A vivência cotidiana do risco como fonte de apoio às construções identitárias

O risco, seja ele de ordem material como o desemprego, seja ele de ordem de perigo à vida humana, como as adversidades radioativas, contaminação por insumos agrícolas e possibilidade de acidentes de trânsito são todos, fruto das condições modernas de desenvolvimento urbano e social (BECK, 2010). Diante da eminência deste risco, tem-se que pensar em certos conceitos sobre essa mesma sociedade, e como esses conceitos podem ou não refletir fielmente a realidade social acontecida em determinado momento histórico (BERGER; LUCKMANN,1973).

Epistemologicamente para Berger e Luckmann (1973) existe uma separação entre o que é tido como realidade e o que é conhecimento. Nesta perspectiva é que se desenvolve esta análise dissertativa sobre o serviço de bombeiros e especificamente de socorrista de resgate. A compreensão

sociológica da realidade e do conhecimento situa-se entre o que um homem de rua pensa, e o que um filósofo pensa.

O interesse por desvendar ou construir um conhecimento sobre a realidade nos toma quando nos sentimos incomodados com essa realidade, que aqui aparece pautada num sentimento de insegurança e na falta de conhecimento sobre essa realidade. É sem dúvida a realidade das coisas e dos acontecimentos que nos moldam a buscar respostas a nossa problemática, seja para o sociólogo pesquisador, seja para o “homem de rua” (BERGER E LUCKMANN, 1973). Ocorre assim, uma relativização social do conhecimento onde o entendimento acerca das coisas já não aparece como resposta satisfatória aos anseios sociais. Faz-se necessário então, a incursão de respostas que possam condizer especificamente com seus contextos e que levem em conta suas realidades e as construções que passam a surgir.

Sem dúvida alguma, é nessa interpretação social da realidade, e na apreensão da identidade de bombeiros de resgate situados nesse mundo real, em que a sociedade os percebe como heróis, e não no mundo das ideias teóricas, mas do senso comum, do conhecimento comum, que centralizamos nosso estudo, na dialética das relações entre sociedade e instituição reconhecedora de privilégios e obrigações para com a sociedade. A saber, da construção social de uma identidade positivamente aceita como herói, tanto para os membros de menor idade, como as crianças, àqueles de maior idade, a profissão aparece de forma geral como um símbolo de referência em termos de cidadania.

Essa identidade de herói idealizada no senso comum e muitas vezes tida como verdade, necessita ser explicada pelos olhos da teoria social de hoje e, para este espaço de diálogo, encontramos como definição ideal da identidade de herói dos trabalhadores bombeiros, a que Zygmund Bauman descreve em seu livro *Vida Líquida* (2007). Em *“De mártir a herói e de herói a celebridade”* Bauman reescreve o percurso histórico da ideia de “morrer por” e ter a capacidade de concordar em fazê-lo de modo altruísta, e não tão

individualista como o mistério dos “homens-bomba” que buscam ganho e felicidades pessoais.

Existe uma dificuldade, ou evidente ausência no mundo de hoje em se encontrar pessoas dispostas a dar suas vidas por outra pessoa, ou por uma causa. Tendo como estudo a atividades de bombeiros e nos aproximando das considerações de Bauman (2007) podemos dizer que estes trabalhadores não se relacionam com a identidade de mártir, pois esses mártires são pessoas que enfrentam desvantagens esmagadoras; não apenas no sentido de que sua morte é quase certa, mas também de que seu derradeiro sacrifício provavelmente não será valorizado pelos expectadores, muito menos receberá deles o respeito que merece. Estes mártires talvez precisem esperar muito tempo até mesmo para serem reconhecidos com atores de um sacrifício em prol de uma boa causa (p. 58) o que não acontece em nível mundial quando se toma os bombeiros, sua técnica de trabalho e seu reconhecimento.

Nos termos pragmáticos e realistas, favorecidos pela variedade moderna de racionalidade, sua morte é quase inútil - talvez até contraproducente, já que, quanto mais fiéis (trabalhadores especializados) morrerem como mártires, menos permanecerão para lutar pela causa, ou seja, para realizar as atividades de socorro especializado a outras vítimas.

É isso que separa o mártir do herói moderno, a sua possibilidade de exercer efetividade na ação. O melhor que os mártires poderiam esperar em termos de ganho seria a derradeira prova de sua integridade moral, do arrependimento de seus pecados, da redenção de sua alma. Os heróis, por outro lado, são modernos - calculam perdas e ganhos, querem que seu sacrifício seja recompensado e o risco de perda seja minimizado.

De acordo com nossa realidade social e conhecimento que dispomos dela não existe nem pode existir algo como um "martírio inútil". Pois nós desaprovamos, depreciamos, rimos de casos de "heroísmo inútil", de sacrifícios sem lucro. Quando diz "lucro", Bauman não se refere a ganho financeiro, pois muitas vezes, renunciar à vida sem um efeito palpável, e assim perder a chance de dar gravidade à própria morte, não seria um ato de heroísmo, mas o

testemunho de um erro de cálculo ou um ato de loucura - e até mesmo a prova de uma condenável negligência do dever (Bauman, 2007, p. 59-60).

Passando agora a evidenciar a identidade de bombeiros com a de herói pontuamos que em sua reencarnação moderna, o "herói" renasceu como uma pessoa que morre para assegurar a sobrevivência da nação - foi um efeito colateral do que George L. Mosse¹⁰ chamou de "nacionalização da morte". Era do estado-nação a ideia de patriotismo heróico advindo das forças militares, e que aqui pode ser ampliada, no caso do Brasil, à força auxiliar expressa pelos Corpos de Bombeiros Militares estaduais.

Sabemos que a sociedade de consumo líquido-moderna promove os interesses do consumidor e é por eles sustentada (BAUMAN, 2007, p.63). Se observarmos que os profissionais de bombeiros realizam atividades que outros não querem realizar, pois se encontram em situações de risco (BECK, 2010) promovendo o interesse social na gerência e trabalho destes mesmos riscos, esse próprio "trabalhar dos bombeiros" por outro lado, também sustenta sua visibilidade e aceitação pública na experiência cotidiana, através de suas reações treinadas ou se harmonizando com a intuição do senso comum na identidade de herói.

Por outro lado devemos lembrar que assim sendo, a racionalização de tais ideais tendem a sofrer um processo de substituição de pensamento no âmbito da concepção deste próprio herói, pois este se sente mais atraído pelos valores da gratificação instantânea, como a percepção de pecúnia para a execução do trabalho e a seguridade social de um emprego seguro.

É neste momento que observamos a profissão de bombeiros frente à realidade social que estamos, pois ela está encrustada em formas de ação que não podem ser adequadamente descritas *sem* que seja preciso recorrer às categorias do "martírio" e do "heroísmo". Em vez delas, tal descrição exigiria duas categorias relativamente novas que essa sociedade colocou no foco da percepção pública: a categoria de vítima e a de celebridade (BAUMAN, 2007, p.65).

¹⁰ Cultura Nazi: Vida Intelectual, Cultural e Social no Terceiro Reich, editado por GL Mosse, 1966.

Na sociedade de hoje, como demonstrado a partir da sociedade de risco de Ulrich Beck (2010) não se espera que alguém se coloque em situações de risco se este já esteja ingressado num conhecimento sobre estes riscos a partir da ideia de técnicos. Desta forma o reconhecimento, ou seja, a idealização social da instituição de bombeiros e de seu profissional como uma “celebridade” é proeminente de uma sociedade que o reconhece alguém por atuar bem naquilo que lhe é proposto numa "qualidade de conhecido", da notoriedade de seu trabalho frente ao número de ocorrências atendidas e, portanto, a abundância de suas imagens e a frequência com que seus nomes são mencionados nas transmissões públicas de rádio e TV.

As celebridades como os heróis fornecem uma espécie de cola que aproxima e mantém juntos grupos de pessoas que sem elas seriam difusos e dispersos, e que aqui podem ser expressos nos bombeiros como a forma com que seu reconhecimento é efetuado por pessoas de distintos níveis sociais e intelectuais, e diferentes povos e nações.

O interessante na situação de notoriedade dos serviços de bombeiros, e acentuadamente de resgate é que seu culto, seu reconhecimento, não limita a liberdade de reconhecimento de outras atividades ocupacionais, eles se apegam ao gerenciamento de sua área de atuação, onde “a satisfação de se enquadrar nos padrões estabelecidos pela sociedade” (BAUMAN, 2007, p. 69) é ao mesmo tempo condição e fruto de sua representatividade.

Para tanto é excepcional evidenciar as formas com que os bombeiros relacionam sua identidade em relação ao trabalho, assim, quando perguntado aos mesmos como eles se percebiam em relação à identidade de herói apregoadada pela sociedade, Maca Articulável aponta inúmeras características no trabalho de resgate que demonstram que os bombeiros estão situados mais num plano de servidores e pessoas que necessitam de descanso, do que precisamente de heróis:

É estressante. É cansativo. Tem dia que você sai muito cansada. Nem sempre você tem o apoio adequado que deveria ter, nem sempre as coisas funcionam a favor do serviço. Estou falando da instituição, do órgão que rege o serviço. Nem sempre as coisas favorecem para ser como deveria e isso acaba sendo um fator de estresse maior. Porque já tem o estresse da profissão em si, o risco de deslocamento, o risco de você se contaminar, a questão de às vezes você não conseguir fazer o que deveria fazer e ter que pensar nisso depois e isso

associado a uma falta às vezes de apoio adequado ao serviço. Tem melhorado muito, mas, ainda não é o ideal (Maca articuláve, 33 anos).

Notamos a partir da fala que a ideia de um bombeiro como herói parte das vítimas e não deles, e a suposta definição desses também como uma espécie de celebridade também. A única diferença entre o heroísmo dos bombeiros e a notoriedade das celebridades é que os primeiros não estão de passagem no plano de reconhecimento social, eles estão inteirados com a sociedade em muitos momentos de necessidade de um trabalho eficiente que atua com a preservação da vida e dos patrimônios das pessoas.

Então, essas significações sociais acerca da profissão de bombeiros tem como enfoque a dimensão da realidade social do risco e perigo que efetiva e alimenta a cultura de reconhecimento dos bombeiros como *experts* na atuação contra esses males e na proteção da vida das pessoas que cercam esse tipo de situações. Os bombeiros de resgate estão impregnados nesta realidade social, assim revelam diversos tipos de ocorrências que significaram para eles em sua trajetória de vida ocupacional sempre referenciando a situações de risco e perigo, e também, a situações de envolvimento com as pessoas resgatadas:

Aí eu falei para ela: não minha senhora, esse é meu serviço eu faço isso com todo mundo, trato bem todo mundo, não tem diferença, não tem cor, não tem raça, não tem religião, eu trato todo mundo do mesmo jeito. Aí ela falou para mim: “Não, mas você...” (colocando ar de reconhecimento de diferença pessoal e aprovação). E nesse mesmo dia aconteceram outras coisas assim semelhantes que eu não estou me lembrando. O que aconteceu eu fiquei intrigado e pensei assim: bacana, né! A gente recebe muito elogio para o nosso tipo serviço (Gaze, 29 anos).

Assim demonstrado, a pergunta central desta exposição é a mesma dos autores Berger e Luckmann (1973): como significações subjetivas se tornaram, ao longo do tempo e com a influência do contexto social, formas de consciência e de percepção de mundo, mesmo sendo figuradas num sentido subliminar como a caracterização de herói, numa sociedade de modernidade anômala como a nossa? Isso é o que propomos discutir nos capítulos que se seguem.

1.4 Socialização e identidade: homens comuns como formadores de realidades

É fato que o mundo da vida cotidiana possui o caráter essencial para entendermos a realidade social. É essa realidade, dotada de sentido subjetivo de cada homem, que mantém a coerência na conduta e vivência dos homens no mundo e em suas ações, ações essas de homens comuns. Os fenômenos surgidos dessas ações é que movimentam o conhecimento da vida cotidiana e também colaboram para a formação de teorias consideradas pelo senso comum como certas para interpretar essa mesma realidade.

Essa consciência dos atos e da formação das interpretações é o que mais nos chama atenção quando se leva em consideração o caráter intencional que se admite nas ações corriqueiras de escolha por um trabalho, garantindo uma multiplicidade de realidades e de possibilidades de caminhos que podem ser percorridos entre uma e outra realidade, e que para esse indivíduo é tida como possibilidade de atuação.

Antes de eu ser bombeira, eu já era técnica de enfermagem e trabalhava no Hospital de Urgências (HUGO), no pronto-socorro. Eu sempre gostei de emergência e de desafio. E... eu ficava vendo o pessoal dos bombeiros levando as vítimas e pensava: Hum! Quero tentar ser isso aí. Já no primeiro concurso que tive a condição de fazer, eu já prestei pensando em vir para o resgate. Eu entrei no bombeiro para vir para o resgate (Maca articulável, 33 anos).

Como Berger e Luckmann (1973) descreveram a “realidade por excelência” neste mundo de realidades é a da vida cotidiana. Isso acontece porque já existe antes de minha existência uma realidade objetivada, ou seja, uma realidade constituída por um ordenamento designado de objetos, e a linguagem coordena minha vida em sociedade e os objetos que participam dela e têm significação. Essa significação é fortalecida pelo “aqui e agora” e está acessível a mim pela proximidade real que tenho das coisas, e o lugar mais provável dessa capacidade de transformação se torna o trabalho, onde se consegue manter uma consciência pragmática e onde me interessa por coisas que remontam ao meu trabalho, mais do que por outras coisas.

A realidade da vida cotidiana envolve todas as outras realidades e garante para ela mesma o retorno das consciências, ou seja, que as consciências a reconheçam que dela partem a primazia sobre a existência da verdade sobre a realidade, sendo assim, uma realidade dominante e coercitiva em toda a vida individual. Sempre que acontece a interpretação de experiências significativas na vida cotidiana é necessário ocorrer o uso da linguagem comum para objetivá-las e as traduzir a sociedade.

1.4.1 O compartilhamento pela relação face a face

Sabemos que a experiência da realidade social somente é conseguida pela relação face a face com o outro, pelo partilhar da realidade da vida cotidiana e de sua interação e apreensão em relação ao outro, que parece ser mais real a você mesmo, na medida em que o acesso às informações que são passadas de como o outro é, precede a reflexão sobre mim mesmo, em resposta a atitude do “outro” demonstrada (BERGER; LUCKMANN, 1973).

Fica difícil poder identificar nesta relação face a face um padrão rígido de interação, pelo fato que desde seu início esse padrão das relações é fundamentado na rotina da vida cotidiana a que estão sujeitos os indivíduos, a partir dos chamados “esquemas de tipificações” que Berger e Luckmann (1973) descrevem como existentes nas relações e que não venham a caracterizar o aparecimento de problemas para a explicação da realidade social, ou seja, significar algo que não é dado ou inverso da realidade social de do conhecimento de si e do outro pelas expectativas de interação. Não havendo isso, ou seja, identificações de problemas, as tipificações serão mantidas e determinarão minhas ações como indivíduo tipificado na situação.

No processo de negociação da relação face a face, à medida que as tipificações sobre o outro vão se mantendo afastadas dessa interação plena, vai ocorrendo um processo anônimo de tipificação que não é traduzido mais na relação de um indivíduo com outro, mas numa tipificação maior que agora pode ser dada como característica não só a um indivíduo, mas a um grupo ou sociedade. É a opinião pública que com certeza, contribui para uma maior

tipificação e conseqüentemente o seu processo de anonimato que na estrutura social “é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (Berger e Luckmann, 1973, p. 52).

A capacidade de objetivação, maneira pela qual podemos pensar sobre a realidade e as propostas que estão colocadas a nós, pode ser observada na expressividade humana pela subjetivação do indivíduo. Essa subjetivação da realidade esboçada para ele mesmo e para o outro com quem se relaciona é carregada de intenções em suas ações. Nesse aspecto, podemos considerar que a atividade de bombeiros socorristas carrega consigo uma intenção política de ser reconhecida, através do uso da farda, dos símbolos institucionais e mesmo dos instrumentos e carros dos bombeiros utilizados em suas atividades. São os significados construídos pela produção de sinais sobre a realidade comum partilhada entre os indivíduos, e o acesso desses indivíduos a esses significados e expressões sociais que provocam imprecisões na interpretação dessas significações.

Se colocarmos em parênteses a identidade social alcançada pela atividade de bombeiros em termos de uma especulação em torno de seu reconhecimento e das situações que favorecem tal reconhecimento social, podemos deduzir que esta relação possa ser derivada possivelmente de condições de enfrentamento sobrevindas das adversidades de trabalho – risco e perigo - e da própria história institucional que a profissão tem. Desta forma, pode-se empreender um questionamento acerca das próprias afirmações tidas como “lógicas” para sua conceituação quando colocadas frente àquelas percebidas pelos seus profissionais. Possivelmente, terar-se-á uma construção de um conhecimento social pautado numa realidade que não é partilhada verdadeiramente por aqueles que têm a profissão como fonte de sustento (TOASSI, 2008). Esta socialização profissional contribui para que esses bombeiros tecnicamente venham manter relações rotineiras com o risco e a sociedade eleja o fator risco presente na atividade de bombeiros socorrista como um elemento importante para representá-lo como herói.

O uso da linguagem aparece como fator preponderante neste tipo de tipificação do trabalho de bombeiros como herói e serve também como tema significativo que o define como um símbolo, como uma representação social. A linguagem constrói esquemas de classificação para diferenciar os objetos e o grau de intimidade que esses mesmos objetos têm com a realidade social. Os conhecimentos podem assim, ser manuseados de acordo com a participação deles no fundo de conhecimento social diante dos quais as ações reais se motivam pelos problemas apresentados na rotina.

Se problemas que aparecem na rotina, não possuem uma forma de resolução já caracterizada no conhecimento social, isso favorece para que ocorra um afastamento ou aproximação em relação às instituições que socialmente seriam designadas para a resolução de tal problema. Isso fortaleceria ou não, a legitimação dessa instituição e sua própria identidade social como algo de confiança e de sustentabilidade da realidade social, vivida pelos servidores que trabalham nessa instituição e por aqueles que dependem dela como usuários. Situação exemplar dessa legitimação é o reconhecimento atribuído não só aos profissionais de bombeiros, mas a própria instituição.

Sendo assim, o conhecimento que cada indivíduo tem da vida cotidiana tem valor, desde que não surja algum problema ao qual ele não consiga encontrar resposta e êxito por meio de suas habilidades laborais. O desconhecimento das circunstâncias reais de trabalho de um socorrista de resgate, seus segredos profissionais, suas adversidades no trabalho, tanto internas quanto externas ao quartel, não são computados como um desprestígio no fundo social de conhecimento, mas, como uma noção evidente das relações de conhecimentos encontradas numa estrutura social moderna, regulada pela expansão do processo de especialização do trabalho, que cada vez mais é superficial em torno de todos os fundos sociais de conhecimento. O fato de não conhecer tudo sobre as coisas é o exemplo mais forte dessa distribuição social do conhecimento e que pode ser mais precisa quando relacionamos a identidade dos peritos em risco pontuados por Beck (2010).

A aceitação pública referente aos bombeiros é um fato transcursado das relações modernas de uma sociedade urbana e industrial, e também das relações de perigo a que a maioria das pessoas está exposta, seja pelo número de acidentes de trânsito, catástrofes climáticas, situações biológicas de risco à vida, etc. Essa situação social coloca em contrapartida, a não existência, de outra instituição significativamente reconhecida, para exercer atividades não só de socorrismo, mas, também de salvamento, como o desencarceramento de presos em ferragens, de resgate em meio aquático, em incêndios, em soterramentos, desabamentos e etc, o que corrobora para a disseminação cada dia maior do reconhecimento da atual instituição, onde a atividade de bombeiros é avaliada como sendo um símbolo social indiscutível.

Pensar no altruísmo dos bombeiros ou mesmo em sua capacidade de resolução dos conflitos, marca a própria identidade de ser bombeiro tanto na realidade da atividade de ações em perigo ou mesmo fora dessas, nas situações de vida particular, recolocando o problema da concepção de um atributo que, como verdade, vai além da tipificação social de um grupo e passa a definir sua personalidade. Uma personalidade que tem a qualidade de relações de trabalho especificamente de socorrismo numa relação anônima por detrás da farda, e de reconhecimento, mesmo quando não está enfrentando riscos em favor de outros que nem conhece.

Como toda atividade humana está sujeita ao hábito, a atividade social não foge a esta perspectiva. A repetição de uma ação favorece a conservação do significado para o indivíduo e como conhecimento direcionado e especializado sempre à mão, quando lhe for necessário (BERGER; LUCKMANN, 1973). O hábito também torna desnecessário que os significados atribuídos a uma atividade sejam definidos de novo, etapa por etapa em cada situação.

É a partir do hábito que surgem as instituições:

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores (...) O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações mas também dos atores nas instituições. As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os

membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais (*ibid.*, p. 79).

Assim, a relação de engajamento entre o conhecimento social e os conceitos geralmente atribuídos a ocupações símbolos, é terreno fértil para perpetrar a identidade de herói dos trabalhadores da instituição de bombeiros. Da mesma maneira, a própria instituição como fonte de subjetividade do pensamento social acompanha uma situação de identificação dos profissionais que suscita a não separação em muitos casos, no conhecimento social, entre a identidade profissional e a individual. A apreciação da identidade de herói é o ápice dessa representação institucional e individual.

Neste processo de institucionalização as ações de um tipo especial são rotuladas a serem adimplidas por atores que possuem legitimidade para executá-las. É através de seu caráter de historicidade e controle, que as instituições comercializam o produto do compartilhamento de seu processo histórico particular, utilizando-se do estabelecimento de padrões definidos de conduta para a continuação de seu reconhecimento. Sendo assim, a institucionalização de um campo de atividade significa a submissão dessa atividade humana ao controle social, sendo que novos mecanismos de controle somente serão exigidos se não houver um estabelecimento preciso dos processos de institucionalização.

O controle social efetivado pela sociedade em relação aos bombeiros os responsabiliza por todas as situações que deles necessitam de resposta, servindo também como incremento para sua legitimação profissional a cada dia e também a cobrança de um serviço de qualidade já que estão contemplados num patamar de reconhecimento exacerbado. Como a mídia desempenha processos de divulgação por meio da linguagem e imagem, e usa destas para ressaltar as atividades rotineiras dos bombeiros de resgate, contribui a partir daí como um sistema de perpetuação da manifestação pública favorável ao trabalho institucional dos bombeiros. Os bombeiros de resgate não caem em um esquecimento social porque todos os dias são socialmente comunicadas mensagens que lhes garantem proximidade com o grupo social maior, que pela linguagem os credencia com o reconhecimento positivo.

Como as instituições são as atividades humanas objetivadas e realizadas a partir da relação dialética entre o homem e mundo social, existem processos de socialização do conhecimento acerca destas instituições as gerações seguintes que acontecem em três planos: primeiramente pela exteriorização, depois pela objetivação e posteriormente pela interiorização. Assim, “a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (Berger e Luckmann, 1973, p.87). Assim, as instituições dependem de legitimação para existirem, precisam de explicação e justificação à sua existência. É a transmissão maciça do conhecimento da realidade do mundo social pela tradição e não pela memória biográfica que garante o crescimento do fundo social de conhecimento. Destarte, os construtores de uma realidade institucional, que no caso são os legitimados para exercerem o papel de atores e também de sujeitos consternados das ações das instituições, podem chegar ao significado de uma instituição pelo exercício próprio de sua capacidade de lembrança.

Como a mídia é um fator importantíssimo para ressaltar as atividades de bombeiros, embora noutra instância, seja também a de formação de opinião, ela é conceituada modernamente como uma espécie de exercício de controle social sobre a liberdade de expressão e exposição de questões negativas e delicadas que venham a afligir a sociedade. Como dito anteriormente, as atividades de informação da mídia funcionam como sistemas que sublinham a conduta moral dos profissionais, em especial dos socorristas perante a sociedade e perante as outras instituições em disputa por legitimação e reconhecimento social. Nesse campo de luta institucional, a mídia favorece a instituição de bombeiros porque enobrece consideravelmente as atividades de resgate efetuadas.

Observar então, a análise feita sobre uma instituição a partir daqueles que dela participam é essencial para entender problemas que podem ser desconsiderados por aqueles que não participam da realidade social daquele grupo. Nessa perspectiva, os discursos formados pelos próprios bombeiros podem vir a ser considerados díspares daqueles que a sociedade tem como conhecimento sobre esses trabalhadores. Isso tende a ajudar um tipo de

análise como esta que vai de encontro às concepções sociais, ditas como reais e verdadeiras, repercutindo demasiadamente sobre aqueles indivíduos que são os personagens das ações rotineiras de bombeiros e que precisam expor suas necessidades e opiniões acerca da instituição e até mesmo do que a sociedade em geral pensa deles e de seu trabalho.

Se aparece em questão afirmações de bombeiros desviantes da conduta tida como certa nessa sociedade, como então caracterizá-los diante do aparecimento de uma não identificação profissional? Como entender realmente a instituição de bombeiros se a parte fundamental dela que são seus trabalhadores pode não se identificar com ela ou mesmo com a concepção fantasiosa que a sociedade tem de sua atividade? Esta é uma das questões centrais que atualmente nos chamam a atenção para investigar numa instituição que tem 98% (noventa e oito por cento) de aceitação pública em nível nacional¹¹, e que pode não ter a mesma reflexão para aqueles que dela dependem como trabalho. Sendo o trabalho a forma mais importante de socialização depois daquela ocorrida na infância, a inserção social muitas vezes pode se dar por essa identidade laboral advinda da instituição ou não, carecendo ser pontuada quando isto não acontece.

É certo, como enfocam Berger e Luckmann (1973) que somente uma parte das experiências humanas é retida na consciência. Essas experiências retidas na consciência são sedimentadas e se consolidam na lembrança como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas. Elas só podem ser consideradas em sedimentação social se puder ser repetidas na objetivação das experiências compartilhadas, ou seja, pelo uso frutífero da linguagem, onde quanto mais indivíduos participarem desse processo de sedimentação mais se acentua o laço social entre esses indivíduos.

Na análise feita a respeito do número de ocorrências efetuadas pelos socorristas de resgate, pode verificar-se uma relação constante que favorece a sedimentação da instituição e a objetivação das experiências partilhadas na

¹¹ Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/economia/2011/06/21>>

realidade social pelos indivíduos. A lembrança de coisas que amedrontam ou são tidas como negativas, certamente são as que mais marcam a memória social e individual. Tendo em vista o nível de aceitabilidade da profissão, os bombeiros são lembrados pelas pessoas por lidarem com situações nas quais nenhum indivíduo quer se encontrar ou desfrutar.

São as situações de dor, ameaça à segurança e total despreparo das pessoas para solucioná-las que se constitui a especialidade de bombeiros e patrocina, ao mesmo tempo, seu reconhecimento:

A transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanente” da coletividade dada. Por conseguinte, os atores potenciais de ações institucionalizadas devem tomar conhecimento *sistematicamente* desses significados. Isto exige alguma forma de processo “educacional”. Os significados institucionais devem ser impressos poderosa e inesquecivelmente na consciência do indivíduo (Berger; Luckmann, 1973, p. 98).

Se uma instituição não tem competência para transmitir um conhecimento em questão, dela pode ser retirado o reconhecimento institucional por sua ineficiência de transmissão. Se seus objetos simbólicos e ações simbólicas, artifícios que as instituições utilizam para transmissão de conhecimento e tradição, não conseguem atuar com seus procedimentos de controle e legitimação, a possibilidade de outra instituição manter-se como legítima para a explicação objetiva da sociedade pode vir a acontecer.

A implantação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) no Brasil no ano 2000 veio desmistificar a ideia de que os bombeiros socorristas são heróis e, portanto, insubstituíveis. Este foi o grande desafio à instituição de bombeiros, e principalmente de resgate, onde duas instituições públicas disputavam em um campo de trabalho o reconhecimento social da atividade e das relações sociais de pertencimento a elas vinculadas, mostrando assim que a atividade de pronto-socorrismo também poderia ser executada por um profissional categorizado e legalmente instituído, como os enfermeiros.

Outra situação que não se deve esquecer em relação a efetividade da instituição de bombeiros refere-se às atividades de atendimentos também realizadas na década de 1960 e 1970 no Estado de São Paulo, pelas peruas

brancas do Sistema de Atendimento de Urgência (SANDU) que representou a primeira tentativa de atendimento de urgência no Brasil, inspirada no sistema de governo francês, contando com profissionais categorizados para socorro de acidentados e ocorrências clínicas emergenciais – médicos e enfermeiros - que conseguiu uma representação de seu trabalho tão estendida à sociedade quanto a que observamos atualmente no SAMU e RESGATE.

Observar que o papel de bombeiros de resgate é respaldado por uma iniciativa de conduta pragmática de trabalho, que repousa suas ações numa multiplicidade de conhecimentos ligados à esfera do tratamento de pessoas e de situações de risco, é ressaltar a própria institucionalização da corporação pelas outras instituições a partir de um mandado social. Historicamente, como denota Berger e Luckmann (1973) na execução desses papéis o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento social objetivado, não só cognoscitivo, mas também do conhecimento de normas, valores e até mesmo emoções por meio da especialização e da própria distribuição social do conhecimento.

A análise da relação entre os papéis e o conhecimento é importante porque são eles que revelam as mediações existentes entre os universos macroscópicos de significação objetiva social, e os modos pelos quais estes universos são subjetivamente reais para os indivíduos. É essa diferenciação entre o conhecimento geral e o particular que compactua para o desenvolvimento da configuração de significação.

A configuração desta significação ocorre de forma problemática quando existe uma diferença entre produzir propagandas para o convencimento dos outros e a produção de memórias para convencer a si mesmo. No convencimento de si mesmo, o indivíduo tem que harmonizar o sentido que dá a sua biografia, com o sentido que lhe é atribuído pela sociedade. Daí surge a possibilidade de incoerências com o que a ele é atribuído e o que ele tem como realidade. Nesta parte, toma-se em relação aos bombeiros a problemática do reconhecimento de si em relação ao outro baseado na formação de um conhecimento de causa da própria realidade que os cercam e muitas vezes

não é percebida nem compartilhada com outros que não pertencem ao tipo de socialização secundária do trabalho a que estão inseridos. É a complexidade de uma sociedade, observada com o aumento do número de subuniversos, e conseqüentemente a diminuição do acesso de estranhos a esse conhecimento especializado, que faz com que pessoas distanciadas desse conhecimento não fiquem sem legitimá-la.

Como a simbologia institucional dos bombeiros é o salvar vidas, sejam elas quais forem e em qualquer lugar que estiverem, essa oferta de sensibilidade, apoio, afeto e altruísmo é a marca reconhecível de seu universo de trabalho. Trabalho esse que reforça a qualidade de conhecimento especializado em torno de desastres e insegurança social. Legítima, por sua vez, a qualidade das ações dos socorristas, na medida em que grande parte dos indivíduos não tem conhecimento de como agir e prestar assistência. Existem outras profissões que desempenham atividades de socorro - como médicos e enfermeiros - dentro dos hospitais, mas esses também reconhecem o acervo de conhecimento adjudicado aos socorristas que no ambiente da rua, sem muitos equipamentos de socorro prestam auxílio efetivo às vidas humanas.

Na ação de reificação das instituições, segundo Berger e Luckmann (1973), ocorre “a desumanização” das ações na realidade social, ao passo que os fenômenos humanos são apreendidos como coisas. Os papéis também podem ser reificados da mesma maneira que as instituições (*ibid*, p.125), e por isso ocorre uma identificação total com as tipificações socialmente construídas do personagem em questão, que podem ser positivas ou negativas de acordo com os valores e às emoções a ele cedidas.

Como se procura entender a construção social institucional e principalmente do papel de socorrista de resgate na realidade da vida cotidiana, enfatizada pelo risco socialmente concebido de moderno, a identificação total deste trabalhador diminui muito a distância entre o indivíduo e o papel que ele desempenha a tal ponto que: é possível caracterizar um

trabalhador fora de seu ambiente de trabalho como “bombeiro” mesmo ele não estando atuando como bombeiro.

1.5 A profissão como primeira instância de identidade

A definição de socialização dada pelos autores Berger e Luckmann (1973) repousa no esquema de introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. Sendo assim, receber uma identidade significa ter um lugar específico no mundo. A apreensão acerca do outro generalizado¹² é muito importante porque no processo de interiorização; sociedade, identidade e realidade se cristalizam prioritariamente pela linguagem. Existindo sempre mais realidade objetiva disponível do que interiorizada nas consciências individuais, pelo simples fato da distribuição social do conhecimento.

Como na socialização primária a criança não tem a possibilidade de selecionar outros significados para a realidade, automaticamente ela se identifica com aqueles que lhe são mostrados, interiorizando-os como uma realidade inevitável. Desta maneira, sua consciência sobre o mundo é mais firmemente interiorizada do que outras socializações ocorridas durante sua vida. Essa socialização primária só termina quando o conceito do “outro generalizado” se forma na consciência do indivíduo.

A socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 1973) é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições (p. 184), determinados pela complexidade da divisão do trabalho e da distribuição social do conhecimento especializado. Ela ocorre por meio de linguagens específicas para cada ramo de conhecimento e função, criados a partir de um corpo de imagens e alegorias construídas para capacitar sua compreensão e

¹² Para Mead, a formação da mente acontece quando o indivíduo consegue tomar a si mesmo como objeto de reflexão. Este processo, que ele denomina comunicação triádica, se dá pela interação reflexiva entre três instâncias simultaneamente subjetivas e objetivas: o "Eu", o "Mim" (que constituem o "self") e o "outro generalizado" que corresponde a reflexividade estabelecida entre o indivíduo e a sociedade à qual pertence.

uso naquele determinado espaço. Por isso, existe grande variabilidade de representações sociais a partir da socialização secundária. Seu estabelecimento e conservação de coerência necessitam de procedimentos conceituais para integrar diferentes corpos de conhecimento.

A diferença existente entre a socialização primária e secundária é que enquanto a primeira não pode realizar-se sem a identificação, a maior parte da socialização secundária pode dispensar essa identificação. Tomando como perspectiva os socorristas de resgate observamos que pode ocorrer neste sentido uma socialização no mundo do trabalho pela instituição, mas isso não garante que ocorra uma aproximação afetiva de sua identidade laboral com a particular. O processo militar de socialização secundária visa manter a realidade da vida cotidiana pela conservação criticada realidade principalmente em situações de crise, em que, os significados encontrados pelo indivíduo para referir-se à instituição priorizam a reafirmação da representação social do bombeiro como herói. Como a sociedade, no caso dos bombeiros, acentua diariamente essa afirmação identitária, a busca constante de renovação desse reconhecimento por atitudes conscientemente objetivadas para esse interesse também vão favorecer a própria identificação afetiva para si e não somente para a instituição a que presta serviço.

Pelo processo de alternância (BERGER; LUCKMANN, 1973) as manifestações de identificações sociais feitas a partir da socialização e da re-socialização podem garantir um grau de identificação tão grande quanto aquele observado na socialização primária, em que há uma forte afetividade em relação aos socializadores. Ocorre no processo de alternância, uma reorganização do aparelho de conversa onde os participantes significativos da contextualização social mudam, e os novos que surgem, são elementos que transformam a realidade subjetiva em grande importância pela mobilidade social do indivíduo ou pelo treinamento profissional.

Já na socialização secundária, o presente é interpretado numa relação contínua com o passado, minimizando as transformações realmente ocorridas. Fica evidente, que a realidade básica para a re-socialização é o presente, e da

socialização secundária o passado. Se ambas formam uma teia intencional e trabalhando juntas conseguem viabilizar uma maior afetividade com o conjunto social, não resta dúvida de que a possibilidade efetiva de realizar-se como verdade na vida cotidiana é promovida por tornar-se um espelho, que refletindo mais e mais a realidade da qual participa, ajuda a formar e é aceita como sinônimo deste produto social.

Para ocorrer uma socialização bem sucedida é necessário que ocorra uma simetria entre a realidade objetiva e subjetiva. Assim, a socialização produz identidades pré-definidas e delineadas, facilmente reconhecíveis, objetiva e subjetivamente, onde cada pessoa é mais ou menos aquilo que supõe que seja (Berger e Luckmann, 1973, p. 217), todo mundo conhece todo mundo e sabe conseqüentemente quem ele mesmo é, não existindo problema de identidade, de identificação.

Nessa situação de identidade dada, o problema aparece quando ocorre a clivagem entre o que é aparência e realidade, onde a apreensão que o indivíduo faz de si e dos outros começa a distanciar do expressado na realidade. Ele não é mais aquilo que se propõe que ele seja. Ele pode recusar aquela identidade que os outros supõem que ele seja. É neste ponto, que podem ocorrer o surgimento de possibilidades biográficas de anormalidade, anormalidade essa que se pontua por um não aceitação da realidade dada, ou de mudança na concepção própria dessa realidade e dos próprios papéis dos indivíduos, levando a ocorrer competições entre as definições de realidade: uma para si e outra para os outros.

Se pegarmos como análise a possibilidade de uma não identificação dos socorristas como heróis ou seres sociais diferenciados, ou ao extremo, sua não identificação com tudo o que fazem em todas as circunstâncias, temos um problema. Problema esse que pode ter ocorrido na imperfeição de uma socialização secundária, ou mesmo numa socialização primária. Se quando criança não lhe foi tradicionalmente conscientizado sobre a identidade desse trabalhador e na importância social que ele detém junto à sociedade, fica difícil fazer uma conscientização afetiva na socialização secundária (pela profissão).

Isso acontece porque no momento da socialização secundária os indivíduos já possuem capacidade de julgamento e escolha afetiva. Muitos desses adultos, já têm em suas mentes sonhos criados e alimentados de visão de mundo, das coisas e de si. Se esses mesmos indivíduos nunca precisaram da atuação de um bombeiro individualmente, ou para alguém próximo dele quando criança fica mais difícil ainda pela lembrança, despertar uma afetividade para com essa instituição.

A possibilidade de ocorrer mundos intensamente discordantes na socialização primária como o advento da socialização secundária é que efetiva a formação de uma identidade inteiramente oculta, dificilmente reconhecível pelas tipificações objetivamente disponíveis. Pode ocorrer assim e potencialmente entre todos os homens, uma “assimetria socialmente escondida entre a biografia pública e a privada” (BERGER E LUCKMANN, 1973, p. 221). Desta maneira, a alternância é um perigo possível em todas as fases da vida para qualquer realidade subjetiva. O individualismo é o exemplo mais concreto dessa possibilidade de socialização incompleta, em que o indivíduo se coloca como um tipo social particular que migra entre os muitos mundos construídos por ele, através das inúmeras identidades colocadas ao seu alcance.

Se ocorrer, na idade adulta a possibilidade de migrar de um campo institucional para outro, com certeza o indivíduo o fará, e mais ainda se essa mudança lhe acarretar frutos. Por esta razão, observar em análise se um indivíduo encontra-se conformado ou não com o ambiente que participa, é uma maneira interessante de verificar na realidade, se há uma identificação real com a instituição e com as tradições que dela fluem. É uma maneira de verificar se existe uma via de reconhecimento entre o que é dito e o que é sentido pelo indivíduo que desempenha a atividade especializada. É uma tentativa de buscar entender aspectos da vida em conjunto que muitas vezes são obscurecidos pelos processos de socialização e adaptação.

Essa “adaptação” ao meio é um dos fatores mais importantes na análise sobre os socorristas, desde a institucionalização desse tipo de serviço até hoje, quando se coloca em evidência os direitos, a qualidade de vida desse

trabalhador e o reconhecimento não em termos de visibilidade social, mas de percepção legalizada de direitos no campo do trabalho pelo próprio poder público, percebemos que a adaptação pode não ser um bom processo para aqueles que fazem o trabalho e estão sujeitos as suas vicissitudes.

Observar a mudança ocorrida no perfil tipificador de socorristas ultimamente selecionados para o trabalho também se torna interessante, uma vez que os derradeiros proponentes a esse tipo de trabalho chegaram à corporação, principalmente em Goiás, com um acervo de conhecimento especializado muito maior em outras áreas do que os necessariamente cobrados para a aplicação no campo de conhecimento militar. O fator educação, e principalmente a educação profissional pode ser a resposta para as não identificações possivelmente encontradas, visto que a cobrança do nível superior significa a inserção de profissionais já socializados por outras áreas de conhecimento específicas de formação profissional civil e não militar.

O desejo de se tornar “alguém” também pode ser observado na escolha de uma profissão, mas se o campo de trabalho não viabiliza isso e o indivíduo precisa sustentar-se, nada mais racional que buscar inserção em outras áreas. É dessa forma que a instituição de bombeiros aparece como possibilidade de trabalho, sendo aporte dos profissionais que não conseguem se manter no mercado de trabalho por ele especializado e optam pela profissão pelas garantias que ela oferece: seguridade social e “escada” para outros empregos.

No indivíduo completamente socializado existe uma luta interna que submete o eu individual/biológico, a identidade social (eu social). Os bombeiros representam essa luta diariamente, onde tem que passar por cima de condições próprias de sua realidade individual para conceber a prestação de serviço que lhes são conferidos e conseqüentemente manter a representação social que detém pela sociedade. O perigo dessa dominação do eu social sobre o eu individual ocorre quando não é possível realizar essa dominação pela realidade da construção social.

Um exemplo interessante sobre essa luta diária, e em relação aos bombeiros de resgate é a permanência da identidade de bombeiro forte e

corajoso, sobre a dificuldade biológica do cansaço mental e também físico da atividade de trabalho. Essa conceptualização de um quase herói distorce a verdadeira realidade a que esses profissionais estão expostos e retarda o reconhecimento de seus direitos no campo do trabalho como profissionais que necessitam também de cuidados no plano físico e psicológico evidentes para continuar desempenhando suas funções de socorrismo, mas expressamente outros papéis sociais como de filho (a), esposo (a), pai, mãe, irmão (ã) e outros tão importantes na formação de identidade particular. Se a socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 1973) feita a partir da formação profissional de bombeiros é considerada como possibilidade de fixação de uma nova identidade no indivíduo esta não pode ser efetuada sem o reconhecimento das capacidades deste indivíduo como ser humano e como pessoa.

Um dos fatores que no caso específico dos bombeiros, geram a alteração de identidade pode ser evidenciado historicamente na maneira pela qual antes não existia a inserção de um diplomado em atividades de “soldado”, posição hierarquicamente inferiorizada dentro da instituição. No sentido externo, a inferiorização é vista na impossibilidade de conciliar um diplomado a atividades de faxina, serviços braçais e depreciativos em relação ao *status* próprio de bacharel socialmente construído para uma pessoa qualificada principalmente pela posse de diplomas em ensino superior.

1.6 A identidade profissional como construção social

Para Claude Dubar (2005), Berger e Luckmann (1973) retomando a análise de Mead a respeito da socialização, introduzem uma distinção interessante entre o que é a socialização primária e a secundária. A socialização primária observada a partir da problemática dos saberes sobre o mundo fenomenológico mostra-se às crianças como um mundo único e possível, onde a criança detém um saber básico acerca do que é esse mundo e de como se insere nele. Seu saber nessa socialização é pré-determinado e consubstanciado em uma reserva de categorias passadas como importantes

para a vivência neste mundo. O saber básico, conseguido a partir do aprendizado da linguagem, insere a possibilidade de subjetivamente criar a noção de si, dos outros e de seus papéis sociais e conseqüentemente das tipificações objetivas que deles decorrem, a partir de códigos e modelos de condutas típicas para a ação dos indivíduos.

A socialização secundária é conceituada por Dubar (2005) a partir das análises de B.L., como uma das mais importantes tentativas de operacionalização dessa socialização, que não se baseia numa pura reprodução dos mecanismos da socialização primária, pois nunca é totalmente bem sucedida e nem totalmente terminada nos indivíduos. Ela trata antes de tudo da incorporação de saberes especializados, saberes esses que não são obtidos por uma imposição de um mundo concebido como o único existente, mas pela existência de um novo gênero de saberes que podem confrontar ou não com aqueles conseguidos na socialização primária.

A socialização secundária possibilita duas vias de acesso à realidade: o prolongamento da socialização primária ou o rompimento total com ela. No segundo caso, de ruptura, ocorre um choque com a realidade tida quando criança e logo um duplo processo de transformação do mundo e desestruturação/reestruturação da identidade. O equilíbrio após esse choque pode ser conseguido por um distanciamento dos papéis, a partir de uma forte identificação quase que engajada com novos papéis visados individualmente. Nesse aspecto, a ideia é promover uma realidade subjetiva mediada por uma instituição que permita a conservação de uma parte da identidade antiga frente aos novos significativos colocados como legítimos.

Quando a ruptura é drástica entre a socialização primária e a secundária devido a um distanciamento entre os conteúdos de conhecimento entre uma e outra, ocorre a alternância (DUBAR, 2005), ou seja, a transformação total de uma identidade. Na análise da atividade de socorristas de resgate, pode-se atentar para a alternância ocorrida com o indivíduo cujo comportamento é fundamentado no sistema “paisano” ou “civil”, e que agora passa a atuar em uma situação militar, com toda sua linguagem, códigos, costumes e expressão

social. A instituição é neste caso, caracterizada como fonte estrutural eficaz para que ocorra a socialização, principalmente durante o período de iniciação do indivíduo naquilo que ele almeja subjetivamente se engajar. O curso de formação militar de bombeiros é um aparelho de legitimação dessa nova identidade profissional. É a partir da reinterpretação do que se tinha como ideia, e agora, do que se sabe sobre a profissão de bombeiros que presume-se na socialização secundária possibilidades ou não de identificação com a nova etapa biográfica da realidade social.

A socialização secundária como conversão da identidade e do mundo social em ruptura com a socialização primária acontece diante do seu próprio fracasso, na medida em que a identidade da socialização secundária passa a ser mais satisfatória do que a produzida na primeira socialização ou a identidade anterior se torna um problema e as identificações como os outros significativos se tornam por isso, fracas ou inexistentes quando comparadas à realidade.

No contexto de socialização secundária, ocorre uma pressão em torno dos sujeitos para que eles venham a modificar suas identidades para acompanhar as mudanças do suposto aparelho de socialização.

Somente a socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais orientados pela produção de novas relações sociais e suscetíveis de, por sua vez, se transformarem por meio de uma ação coletiva eficaz, ou seja, duradoura (Dubar, 2005, p. 127).

A reprodução social, neste caso, é fruto da articulação entre socialização primária e secundária, e conseqüentemente da identidade definida e continuada pelo uso dos aparelhos de socialização. Há de tal modo, a conversão do mundo social em um mundo especializado, a partir dos processos de crise identitária ocorridos na desestruturação da identidade individual e sua exclusão do espaço social.

Como a identidade é fruto de uma dualidade no social (DUBAR, 2005), existe uma necessidade de se fazer reconhecido pelos outros e de obter o maior desempenho possível nas ações para que perpetue esse reconhecimento definindo a identidade para si e para o outro, e logo vindo a

conhecer-se através do olhar do outro. Não existe possibilidade de saber se, a identidade que proponho para mim mesmo é a mesma identificada pelo outro. Por isso, a identidade é sempre construída e nunca dada, sendo também reconstruída à medida que houver incerteza em maior ou menor tempo.

Essa noção sobre a identidade quando em tensão com o mundo social a partir de uma divisão do eu pelos mecanismos de identificação, pontua a possibilidade de recusa da identificação feita por outrem e de definição de si de outra maneira. Essa é a perspectiva mais observada nas relações de identificação feitas pelos “não bombeiros”, quando comparadas as que os bombeiros têm de si.

Na verdade essa palavra herói é uma palavra que todo mundo fala. Eu falo pra minha namorada que não sou eu que falo que sou herói, mas é a população que fala. Mas eu não me vejo nessa situação, nunca me imaginei [...] Mas, para mim é uma coisa super tranquila. Eu não me vejo assim, e acho que isso aí acaba atrapalhando a pessoa a desenvolver o seu serviço, partindo do princípio que: é herói quem faz coisas que ninguém faz... Eu não me vejo assim. A gente só recebeu um treinamento diferente, e mantém constantemente esse treinamento para desenvolver essa atividade (Coxim, 27 anos).

A fala de Coxim permite racionalizar que a identificação do bombeiro como herói utiliza categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas, e em níveis diferentes de conhecimento. Os atos de atribuição cedidos pela sociedade em relação ao bombeiro definem que tipo de pessoa ele é, a identidade que ele tem para o outro, mas não a identidade que ele tem para si. Como forma de atos de pertencimento a identidade exprime também que tipo de pessoa você quer ser, uma identidade para si onde:

É pela e na atividade com os outros que se implica um sentido, um objetivo e/ou justificação, uma necessidade [...] Assim que um indivíduo é identificado, e levado a endossar ou a recusar as informações que recebe dos outros e das instituições (DUBAR, 2005, p. 138).

Tomando como desígnio a fala de Coxim acentuada acima em relação à identidade de herói, partida da sociedade em relação a si, e observando o pressuposto dubariano que pontua o processo de incorporação da identidade pelos próprios indivíduos, ocorrido somente pela análise da trajetória social, temos em análise o que o indivíduo constrói como identidade para si, no

momento em que ele conta a si mesmo como é, e pode aparecer muito diferente da ideia que o grupo ao qual ele pertence tem dele.

Fica claro que a possibilidade de mudança social a partir da rejeição a certas identidades que os outros criam sobre alguém é fundamental para entender que “a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade” (Dubar, 2005, p.143). A renúncia da identidade social ocorre quando já definida e problematizada, os indivíduos “utilizam, pervertem, aceitam ou recusam as categorias oficiais” fazendo para si “rearranjos permanentes tanto das áreas quanto das categorias identitárias” (*ibid*, p. 145).

A importância dos campos escolar e profissional como áreas pertinentes de identificações sociais para os próprios indivíduos tornaram-se valorizadas para o acesso ao emprego, sua permanência e saída dele. Ter nível superior significa a possibilidade de ter outra identidade, outro caminho, outra possibilidade de emprego. Os socorristas representam essa visão e possibilidade em relação ao futuro: “Eu estou estudando para fazer um concurso da área fiscal, trabalhar com auditoria” (Cilibrim, 36 anos). A fala de Cilibrim não representa um engajamento e sim a possibilidade de saída desta identidade laboral.

A construção de uma identidade autônoma ocorre da saída do sistema escolar e a confrontação com o mercado de trabalho, que demonstra a constituição de uma identidade virtual, principalmente se esses indivíduos estiverem inseridos numa situação de crise do emprego e de falta de oportunidades para o desempenho das atividades escolhidas por eles durante a vida escolar. Esta possibilidade de confronto é descrita por Dubar como sendo o “drama social do trabalho” que aparece com o risco duradouro desses jovens serem excluídos do emprego estável. A fala de Prancha (30 anos) descreve um pouco dessa realidade: “Na época eu sonhava com um concurso público e a primeira oportunidade que me surgiu foi essa... Eu entrei e gostei dessa profissão”.

São essas representações coletivas distintas num meio de trabalho como o de socorristas de resgate, formadas a partir das maneiras de agir, de se identificar com os pares, com os superiores hierárquicos e com os outros grupos profissionais, que se constrói a tipificação de ação de um sujeito pertencente a um grupo de trabalho. Esta ação de tipificação deseja reconhecimento, e fundamenta suas atitudes num campo em que as forças desiguais de acesso ancoram sua identidade numa perspectiva de relações de poder.

Com a especialização do saber, a profissão muda sua extensão e passa a reconhecer sua competência em torno de um conhecimento legitimado, e que como grupo social específico, tem sua posição elevada numa escala de status social a partir da formação intelectual e prática, prolongada em sua área. A inserção do saber científico no âmbito profissional também significou eficácia garantindo a validação de sua autoridade e justificação dos privilégios concernentes a sua posição profissional. Caso exemplar dessa situação são as profissões que escapam ao discurso da lógica comercial e financeira e se assentam tanto profissionalmente, quanto forma de instituição específica tomando conta de necessidades essenciais da sociedade e funcionando como serviços personalizados na busca do bem comum. A instituição de bombeiros é com certeza um modelo desse tipo de profissão que trabalha com serviços personalizados, e que na relação bombeiro e vítima têm sua maior expressão de interesse imparcial e neutralidade afetiva ao valor de orientação para o outro, na sua competência especializada e no seu saber prático e teórico.

Por conseguinte, resgatar a análise sobre o entendimento das realidades do trabalho mostra caminhos para entender, como o mito de herói nas relações de socorrismo se tornou distanciado ou não das interpretações dos próprios socorristas sobre si mesmos. A intenção da segunda parte deste trabalho é: entender como a identidade particular dos socorristas de resgate dos Corpos de Bombeiros de Goiás e São Paulo foi influenciada pela técnica profissional, pela trajetória de vida dos trabalhadores, pelo nível educacional e outras formas de vivenciar o trabalho de resgate.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE
DO MILITAR SOCORRISTA: UMA
REFORMULAÇÃO A PARTIR DOS ANOS
1990

Não resta dúvida de que nos últimos anos têm-se efetuado práticas diferenciadas em relação à formação educacional nas experiências de trabalho dos bombeiros. Tendo em vista que o maior sinalizador de diferença educacional dos bombeiros deu-se, com a introdução do estudo de primeiros socorros e atendimento a vítimas politraumatizadas, procedimento esse, que distanciava muito do que já havia sido efetuado anteriormente pautado significativamente nas atividades de incêndio e salvamento, relacionar qualquer tipo de procedimento interno ou externo às atividades de bombeiros, antes da década de 1990, seria o mesmo que reafirmar uma identidade de bombeiros pautada somente nestes dois tipos de serviços.

O divisor de águas como assim chamamos o período em que ocorreu a formação das primeiras turmas de trabalhadores socorristas de resgate em São Paulo e Goiás, foi historicamente na profissão o momento em que se estabeleceram os primeiros sinais de redefinição da identidade laboral tanto nas técnicas de trabalho utilizadas e quanto nas desenvolvidas pelos bombeiros, não representando de forma alguma diferenciações em termos de funcionamento hierárquico na caserna. Nada foi modificado em termos de procedimentos internos ligados à operacionalização militar, mesmo com o advento de um trabalho totalmente voltado a área da saúde. A hierarquia e a disciplina continuaram sendo a base de organização das equipes de bombeiros socorristas.

Como exposto na primeira parte da dissertação, quando enveredamos pela história do Corpo de Bombeiros de São Paulo e Goiás, as modificações foram percebidas principalmente em relação à infraestrutura dos quartéis, que passaram a receber novas viaturas adaptadas para o serviço de resgate e a desenvolver projetos de áreas de higienização para os materiais com risco biológico. Não houve, portanto, um distanciamento da institucionalização militar para com as formas de exercício do trabalho, não significando, porém que os avanços do direito do trabalho em outras áreas, e principalmente na área da saúde, as quais os socorristas podem enquadrar-se, pudessem refletir numa prática democrática de direitos pela instituição ou em uma transformação da maneira de ver o trabalhador de resgate fora da relação militar.

A década de 1990 foi sumariamente importante por apresentar indícios de muitas das mudanças que estavam acontecendo em nível nacional, seja na reestruturação produtiva, seja numa nova etapa de vida do servidor público que com um maior reconhecimento de sua tarefa começava a ter seus salários menos defasados, com planos de carreiras mais eficientes e mais privilégios em relação aos empregos privados. Isso aconteceu porque os funcionários públicos concursados, em termos de segurança, tinham a garantia da estabilidade no trabalho, mesmo que a baixos salários e condições de trabalho indignas¹³, diante de um mercado cada vez mais enxugado e apertado, resquícios das transformações econômicas e estruturais produtivas ocorridas na década de 1980.

A atenção do indivíduo a oportunidades nas carreiras de serviço público, fez com que a cada ano o nível educacional dos candidatos às vagas oferecidas pelo Estado para funções burocráticas fosse a cada vez mais concorridas. Não resta dúvida, de que se observarmos o perfil dos indivíduos que procuram alçar um emprego público, desde o final dos anos 1980, notamos que a cada concurso o nível educacional, e de preparação e competição exigidos para os candidatos tem se acirrado em todas as áreas, não sendo diferente na área militar e nos corpos de bombeiros.

¹³ Corroborando com este pensamento o artigo de José Celso Cardoso Júnior: Crise e desregulamentação do trabalho no Brasil. Disponível em acervo aberto da internet via google acadêmico.

2.1 A mudança no perfil educacional dos bombeiros

Se grande parte dos trabalhadores na década de 1980 no Brasil reivindicaram melhores condições de trabalho e salário mais dignas¹⁴, os profissionais militares não ficaram de fora desta luta, mesmo que frente a uma identidade ainda marcada pelos resquícios históricos de um governo autoritário, eles se articularam com outros profissionais pela busca por melhorias, principalmente nas atividades militares de força auxiliar como polícia militar e bombeiros estaduais. A resposta a essa frente levantada foi percebida historicamente como fundamental para o exercício de mudança no perfil dos “novos trabalhadores militares” a partir da educação e da trajetória de vida que dispunham e agora procuram com esse aparato perceberem para si essas novas formas de trabalho, e buscam, através de suas forças, o reconhecimento em relação a direitos segurados às novas frentes de trabalho que antes eram reservadas somente a outras categorias civis.

A década de 1990¹⁵ foi caracterizada no Brasil pela abertura do mercado interno à competição com produtos do mercado externo. Os produtos importados chegaram ao país com um preço mais satisfatório que os produtos brasileiros, devido à alta tecnologia utilizada em sua produção. Frente a essa competição desigual, os empresários optaram pela redução dos custos de produção, diminuindo o salário dos empregados e aumentando sua tecnologia no setor de produção o que fez com que muitos trabalhadores perdessem seus postos de trabalho. Era a instauração de um período difícil, de sustentação do mercado, frente à elevação das taxas de desemprego.

A saída eficaz para evitar que o indivíduo passasse por este processo de “desfiliação”, ou seja, a perda da identidade social a partir da percepção de um trabalho remunerado (CASTEL, 1998) na realidade brasileira, foi à procura por empregos estáveis no setor público; e o caminho mais utilizado para essa

¹⁴ Corroborando com este pensamento o artigo de José Celso Cardoso Júnior: Crise e desregulamentação do trabalho no Brasil.

¹⁵ Conforma com essa descrição o texto discursivo de Marcelo Neri, José Márcio Camargo e Maurício Cortez Reis: MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: FATOS ESTILIZADOS E INTERPRETAÇÕES e também o artigo: Trabalho, mercado e sociedade, de Paulo Baltar (2003).

conquista tornou-se o investimento na área educacional. A centralidade do trabalho, não foi perdida mesmo diante dos processos intensos de reestruturação produtiva ocorridos no Brasil nos anos 1990. Na verdade significou incremento às ações de bombeiros, quando existiu por parte do Estado uma maior atenção a este tipo de serviço, com aumento do número de concursos, de investimentos em infraestrutura e qualificação técnica de seus profissionais.

Se observarmos os jovens brasileiros a partir desta constatação de Castel (1998) podemos perceber que as atividades militares como a de bombeiros, significaram um porto para esses jovens “desfilados” do mercado de trabalho. O Estado apareceu como uma instituição que permitiu a união de uma necessidade de proteção social, a partir da especialização do serviço de resgate de vidas dos bombeiros; à abertura de novos postos de trabalho para jovens qualificados, mas não engajados no mercado de trabalho. De outro lado, o Estado em geral promoveu o que já acontecia nas empresas privadas: uma forte “tendência em se precaver contra futuras mudanças tecnológicas contratando jovens “superqualificados”, inclusive em setores de status pouco valorizados” (Castel, 1998, p. 520).

Notamos neste ponto que ocorreu a inserção de profissionais com uma formação educacional bem acima dos demais trabalhadores bombeiros inseridos em anos anteriores na profissão. Desta maneira, ganhou a instituição que a cada dia foi se fazendo valorizada pelo tipo de trabalhador que dispunha à sociedade, e a sociedade que pode contar com mais qualificação num serviço que crescia fortemente: o serviço de resgate.

Há uma ilusão em se deduzir segundo Castel que “os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade” (1998, p. 521), essa elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social, já que numa sociedade em evolução e com traços democráticos, nem todos são qualificados e competentes. A igualdade se dá pela possibilidade de participação, não pela igualdade de capital intelectual proposto a cada indivíduo. Essa ideia também não dissimula a

possibilidade de uma não empregabilidade dos qualificados, e uma maior competitividade como, no caso brasileiro, a postos de trabalho estáveis dados por concursos no Estado.

Quando a qualificação educacional em nível superior se constitui em um critério para a inserção no trabalho de bombeiros ocorrida em Goiás no ano de 2010, observou-se que não se tinha mais a mesma pertença social dos candidatos a uma vaga neste tipo de serviço, que se tinha nos anos 1980 e 1990. Com a qualificação em nível superior questiona-se a classe social desses proponentes, que agora está voltada no mínimo para indivíduos oriundos de uma classe média baixa, como confirmado pela posse de títulos acadêmicos.

Se centrarmos nossas considerações no que Castel (1998) condiciona como “nível de competição e seleção” entre esses novos candidatos, podemos conjecturar que o campo de trabalho de bombeiros depois da década de 1990, obteve uma intensa melhoria das condições de serviço e também de remuneração, já intentando que o mercado de trabalho movimentasse no sentido de uma nova identificação das posições e conseqüentemente da identidade social dessa profissão.

O que ocorreu nas últimas décadas a exemplo do trabalho militar de socorrista de bombeiros, foi o que Castel (1998) admite como sendo uma “desestabilização dos estáveis”, já observada nos estudos efetuados por Maruani em 1986, em que ela expunha que: uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da pequena classe média estava ameaçada de oscilação para baixo na escala social, pela perda de emprego. Enquanto na consolidação da sociedade salarial havia o favorecimento da ampliação e seguridade do emprego, propiciando o caminho para a promoção social, no processo de precarização e aumento do desemprego ocorre um movimento inverso, que pontua uma instauração na insegurança do trabalho, principalmente em serviços privados.

Diante dessa precariedade, nada mais certo que o indivíduo buscar novas fontes de inserção social e material para não cair na total desfiliação, e a

vinculação a atividades menos reconhecidas em “*status*”, como no caso brasileiro a de soldado socorrista, foi o mais acordado a acontecer já que o “déficit de lugares ocupáveis na estrutura social” (Castel, 1998, p. 529), lugar esse de posição que está associado a uma utilidade social e um reconhecimento público, não estavam fáceis de conseguir.

De outra parte, o elevar do nível educacional como requisito de entrada no emprego de bombeiros ocasionou por outro lado, a exclusão de uma parcela de indivíduos inseridos em uma posição social que não tem as prerrogativas requeridas para tal vaga, como aqueles que não possuem nível educacional superior. Se se procura relacionar o reconhecimento social a partir da profissão tem-se uma disputa ainda maior pelas vagas oferecidas pelo Estado, e é aí que se torna interessante observar as atitudes individuais em relação à instituição de bombeiros.

Se a identidade social é um processo de transformação observada na atividade do trabalho, existem assim, como percebe Robert Castel (1998), dois tipos de integração do indivíduo com a sociedade: aquela advinda pelo consumo e outra vinda da aceitação pública, com as quais se verifica que o trabalho induz todas as áreas de formação identitária seja ela familiar, educacional, profissional, social política e cultural, sem que para isso, seja necessário desaparecer com as diferenças e os conflitos deles provindos.

Diante dessa relação entre poder de consumo e reconhecimento daquilo que se faz socialmente, o proponente ao trabalho de bombeiros pontua-se primeiramente pela necessidade de um salário para manter-se e posteriormente pelo reconhecimento social que possa conseguir. Parte dessa constatação foi observada no trabalho feito acerca dos sentidos que o trabalho tem para os bombeiros riosuldenses de Santa Catarina (TOASSI, 2008) que apontou ao final trata-se de “*um prazer remunerado*”.

Se a probabilidade de inserir-se socialmente passa pelo viés da necessidade de ser assalariado e ter um emprego que lhe garanta uma ligação mínima com os demais da sociedade, o trabalho então, não perde sua centralidade e a identidade, torna-se ainda uma eficaz forma de

condicionamento de políticas de homogeneização, que tendem a ser entendidas como oportunidades, proteções e formas integradoras de instrução.

Para Castel (1998), a sociedade pós-industrial é caracterizada pela preponderância de indústrias novas como a da informação, da saúde, da educação que difundem bens simbólicos muito mais que bens materiais sempre mobilizando altas competências profissionais. Ocorre, neste sentido, uma transformação no curso da relação que os sujeitos sociais, principalmente os jovens, mantêm com o trabalho (Castel, 1998, p. 577). Os bombeiros de resgate representam esse tipo de relação porque de um lado, formaram a especialidade em saúde mais preponderante do trabalho de bombeiros e por outro, tem como bem simbólico institucional a representação social heróica da profissão.

Essa relação de produção de bens simbólicos institucionais é interessante porque, utilizando-se da análise do serviço de resgate observamos que, a conotação do perfil militar e principalmente o *status* laboral de quem agora se propõe a esse tipo de trabalho se altera, porque, não é mais apenas executor de uma tarefa simples, designada antes apenas como militar, mas sim qualificados fisicamente, intelectual/psicologicamente e tecnicamente para atender a proteção e cuidado com vidas humanas.

Acontece então, com a especialização e qualificação do trabalho de socorrismo, o estabelecimento da dignidade social de um indivíduo não somente pelo emprego assalariado, mas pelo tipo de serviço que ele presta à sociedade, como forma de reconhecimento na e pela atividade:

[...] o pessoal acha muito bonito o meu serviço e sempre estão elogiando esse tipo de serviço... Eles veem com bons olhos sim... Toda população em geral a gente tem uma aprovação e um reconhecimento considerável (Colar Cervical, 34 anos).

Colar Cervical aponta uma importante conotação da visibilidade que a sociedade tem do serviço e de quem o executa. Ele enfatiza o elogio como forma de representação da aceitação pública institucional e da aprovação desta categoria de serviço como reconhecidamente capaz para realizar as atividades as quais está proposta. Isto se refere à “problemática da integração” (CASTEL,

1998) que repousa no exercício da atividade de trabalho por um número maior de pessoas, visto na ampliação de setores de trabalho e não situado unicamente na condição de obter uma ocupação para todos, mas também garantir um *status*. Esse *status* é o que mais diferencia a atividade de bombeiros de outras, devido à aceitação pública, e o reconhecimento social.

Lá fora eu sou o YYY. Eu sou um militar no meu trabalho, eu não levo as coisas do meu trabalho para casa, pro meu meio social. O resgate eu tento passar para os outros como um trabalho comum. Não é uma coisa que eu vou me vangloriar e aquela coisa toda. Porque é feio você ficar se vangloriando demais por causa do seu trabalho. Isso aí é um trabalho, é um trabalho. Então lá eu sou o YYY e aqui eu sou o soldado ZZZ, então eu procuro sempre dividir essas coisas, aqui eu sou o profissional, lá eu sou o YYY. (Óculos de Proteção, 35 anos)

A fala de Óculos de Proteção revela que os atributos vinculados aos empregos socialmente reconhecidos se inscrevem num conjunto de posições ao mesmo tempo irredutíveis e interdependentes, isto é, solidárias, que podem ser desdobradas socialmente (Castel, 1998, p. 582). No caso excepcional da atividade de bombeiros de resgate é necessário debater acerca de uma reforma profunda em relação ao ambiente físico de trabalho e as ditas “proteções sociais”, procurando levar a termo uma proteção social que acorde concepção e negociação entre seus trabalhadores, e não só garantia de não desemprego.

Como são nas situações de crise como catástrofes, tragédias e guerras que os bombeiros de resgate mais trabalham não se pode esquecer a necessidade que a sociedade tem desses trabalhadores socorristas. Perceber isso e ouvir as contestações acerca de suas reais situações de trabalho, levando principalmente em consideração, um debate sobre identidades não como heróis, mas como seres humanos, é o primeiro passo para observar a nova identidade da profissão de socorrista que propomos aqui discutir.

A caracterização social da atividade de bombeiros como herói, pode ser também entendida como próxima daquela enfatizada por Jean Pierre Bourdieu (2005) em *A economia das trocas simbólicas*, onde a perpetuação de símbolos sociais, da representação destes e de seus fatos a partir da cultura é colocada como objeto de apreciação, para responder a realidade que um grupo faz de si mesmo.

Para o autor os sistemas simbólicos funcionam como instrumentos de poder e de legitimação da ordem vigente. Desta forma, a escola, local de ensino das representações simbólicas, assim como a família, funciona como um processo de moldagem a que o agente passa para incorporar os princípios e significações de um determinado arbitrário cultural, que tem sua experiência concreta na mente individual e nos interesses que pode desfrutar a partir dela.

O *habitus* elemento que estrutura este reconhecimento e o legitima é segundo Bourdieu:

“um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, infinitamente diferenciadas, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados” (2005, p. 36).

Essa afirmação leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. Esse *habitus* seria implantado primeiramente na educação familiar e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social, sendo o *habitus* que assinala a possibilidade de entrada num campo profissional por aqueles que ocupam posições de relevo no sistema, e que vem posteriormente a produzir discursos condizentes com os interesses dos grupos detentores do poder. Nesse aspecto, pode-se tentar entender a aceitação social que os bombeiros alcançaram nos últimos anos em relação aos demais profissionais militares. A primeira resposta seria a forma de execução do trabalho que se afasta da identidade repressiva militar e posteriormente a posição de reconhecimento ofertada pela profissão quando ocorrida a especialização dos serviços de bombeiros e principalmente de resgate.

Desta forma, Bourdieu (2005) considera que as explicações sobre as coisas variam de acordo com a posição das classes sociais. O que não se pode dizer sobre a posição de um indivíduo numa estrutura social é que ela seja estritamente estática, visto a possibilidade de um sentido para seu trajeto social. Por isso, indivíduos ou grupos podem ter propriedades comuns advindas dessa trajetória social ascendente ou descendente. Por isso, ressaltamos uma mudança no perfil de quem agora realiza o serviço de bombeiros e especificamente de resgate, já que, a possibilidade instaurada de

uma crença das classes médias no valor da educação como instrumento de ascensão social, a partir de um conhecimento técnico e utilitarista se efetiva através da carreira pública.

Para Pierre Bourdieu (2005), o dinheiro não significa prestígio social, ele dá maior ênfase na forma da ação, por isso, dar sentido a uma função social do trabalho de bombeiros socorristas é neste aspecto o que mais favorece a distinção de um campo, e no caso específico desses profissionais a formação de seu signo social de aceitabilidade e legitimidade de trabalho é resultado da ação deles mesmos na própria prática do trabalho que executam.

Nessa busca pela originalidade do signo de trabalho, pela definição de quem pode ou não exercer certas atividades legalmente e meritoriamente, o mercado desses bens se retrai e ocasiona a não acesso a um grupo maior de pessoas, o que de outro modo leva a perpetuar a condição econômica de seus consumidores. A caracterização dessa atitude pode ser transfigurada para a relação profissional dos socorristas de resgate que buscam através de qualificações conseguirem reconhecimento para sua profissão.

Se certos campos¹⁶ só são filiados por um número reduzido de indivíduos é porque as maneiras de recrutamento, de permissibilidade para execução das tarefas que esses indivíduos fazem necessitam de certas distinções de qualificação profissional. São essas distinções proferidas pelo *habitus* profissional que caracterizam a escolha da vocação como um “sistema de disposições inconscientes”. São elas que tendem a fornecer uma carreira (produção de práticas) “objetivamente ajustada às suas estruturas objetivas” e das quais participa (Bourdieu, 2005, p. 22-23).

Se observarmos as acepções atribuídas aos bombeiros de resgate, perceberemos uma ênfase na importância social de seu trabalho ao se relacionar com outras vidas humanas, sejam elas quais forem, independente de sexo, religião, nacionalidade, raça e a qual classe social pertencerem. Sua perspectiva de trabalho extrapola as condições de identidade militar e burocrática, atinge um trabalho “humano”, moralmente reconhecido como

¹⁶ Segundo a conceituação de Bourdieu (2005), um campo pode ser compreendido como um espaço estruturado de posições, onde os agentes estão concorrendo por troféus seguindo regras específicas para isso.

idôneo por parte da sociedade brasileira que não acredita mais em certas instituições (AGUIAR, 2005; MELLO, TOIGO, FRANÇA, 2004).

Esse *habitus* profissional dos socorristas de resgate enfatizado pelo reconhecimento social, pertença – do grupo militar - e distinção – em relação aos outros trabalhadores civis, caracteriza o que Dubar (2005) reconstruindo Bourdieu apreendeu como uma “plasticidade” em relação às novas demandas da sociedade que paulatinamente vai determinando sua identidade social. Essa identidade social não pode ser transmitida de forma completa por uma geração de trabalhadores à outra seguinte, visto que, cada geração de trabalhadores constrói sua identidade pautada em relações históricas dentro de suas profissões e em relação à sociedade. Essa transmissão de identidade laboral, de um *habitus* profissional, traz resquícios da geração precedente, mas também, com estratégias desenvolvidas nas instituições, se plastifica para atender e perpetuar seu reconhecimento.

De acordo com a trajetória social do *habitus*, reconstruída por Dubar (2005), cada classe social é definida por um estilo de vida e por uma relação específica com o futuro, incluindo aí seus recursos em capital econômico e cultural. Nesta perspectiva, o *habitus* se torna produto da socialização dos indivíduos, exprimindo a um só tempo uma posição (superior – inferior) e uma trajetória (linear – ascendente) que se traduz por uma mesma visão do mundo econômico e social e se afirma em todos os seus setores de vida pública e privada, ou seja, o seu *ethos* de classe e de relação de pertencimento.

Com a passagem das “sociedades tradicionais” à sociedade capitalista “moderna” houve uma grande segmentação do espaço social em “campos” especializados dotados de suas próprias regras de funcionamento. Em cada campo social, as estruturas das trocas são feitas em dissimetria. No campo escolar, por exemplo, as famílias devem investir o capital específico para este campo, o capital cultural, para se reproduzirem. Foi no capital econômico que as classes altas e médias investiram para se reproduzir através do sistema de ensino. Essa conversão do capital econômico em capital cultural pela classe dominante permitiu a ela fazer uso do campo escolar como elemento de reprodução do poder e consolidação de sua legitimação simbólica.

Os atuais profissionais de resgate, no caso específico de Goiás, têm uma melhor formação educacional quando comparada a outras áreas de serviço público, dispondo de conhecimentos técnicos específicos do campo militar e de socorrismo, como também em áreas afins à profissão com cursos superiores reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Essa singularidade pode incitar respostas que destoam da realidade encontrada em outros ambientes militares onde o nível superior não é predominante em seus ambientes de trabalho, principalmente no grau hierarquicamente inferior, que é o de praças. Essa formação educacional fundamenta uma possibilidade de análise a partir dos últimos dez anos: a inserção de profissionais nesta área de trabalho pertencentes a uma posição social superior aqueles trabalhadores que ingressaram antes de 2000, atraídos “possivelmente” por vários fatores econômicos, mas também simbólicos e/ou aceitação pública.

Destarte, observamos que a forma identitária descrita por Dubar (2005) é advinda da articulação entre “trajetória anterior” e “estratégia”, onde se enfatiza a ideia de que o passado não determina mecanicamente a visão do futuro; assim, o futuro depende não só das estruturas determinantes dos sistemas, mas também dos balanços subjetivos das capacidades individuais. É o jogo das disputas individuais que favorece as relações e também conquistas políticas de um campo de trabalho.

Na atividade de resgate nota-se significativamente articulações individuais para tentar melhorar sua posição futuramente como trabalhador. As possibilidades para isso são observadas pela formação educacional, a partir do mérito pessoal e da trajetória intelectual, conseguidos pela dedicação aos estudos e investimentos financeiros em capital cultural.

Na verdade, eu faço faculdade de fisioterapia, pretendo me aprofundar cada vez mais, pretendo seguir a carreira de fisioterapeuta também. Então a ideia é tentar unir o útil ao agradável. (Estetoscópio, 28 anos).

Em relação à trajetória anterior, que é ser bombeiro e/ou ter um curso superior, o futuro, como forma de estratégia aparece para Estetoscópio como algo a ser conciliado, por exemplo, com a própria estrutura de conhecimento

intelectual conseguida no ambiente de trabalho dos bombeiros, como os cursos de anatomia, de primeiros socorros que para ele serviriam para oportunizar maior rentabilidade salarial e intelectual no âmbito de sua formação acadêmica.

Prancha (30 anos) já revela uma perspectiva de estratégia futura que destoa do colega Estetoscópio:

(...) eu não quero ficar no resgate por muito tempo, porque o stress que já está sobre mim... não dá para passar de certo ponto e futuramente eu quero achar algo melhor para mim. (Prancha, 30 anos).

Neste sentido, Esfigmomanômetro (29 anos) também intenta uma mudança em sua trajetória ocupacional:

Eu me realizo, mas é como eu falei anteriormente eu não pretendo continuar porque é muita pressão. Mas futuramente quem sabe eu acho algo mais tranquilo para mim. Se eu passar em um concurso aí fora, não sei. Eu estou estudando para isso e me preparando para isso.

As falas dos socorristas goianos em relação ao futuro demonstram que cada indivíduo é confrontado com a reprodução de tradições culturais, muitas vezes de realização em fazer um “trabalho humano” e a possibilidade de aperfeiçoar riquezas e poder, através da sugerida rentabilidade econômica e tranquilidade. Estes profissionais onde devem, portanto, aprender ao mesmo tempo a se fazer reconhecido pelos outros e obter melhor desempenho possível em suas aspirações como indivíduos em uma sociedade ainda acentuadamente marcada pelo consumo e pelo que o trabalho pode vir a oferecer como pessoa (CASTEL, 1998).

É perceptível que alguns profissionais bombeiros se engajam neste trabalho com a perspectiva de alcançar um *status* social do trabalho, que se afigura numa tranquilidade da carreira de serviço público e seguridade social. Outros procuram a profissão para usá-la como escada para adquirir empregos melhores, reconhecimento, e possibilidade de conciliar o trabalho ao estudo, faculdade e etc. Neste contexto, fica evidente uma forte tendência ao que Castel (1998) chama de aprimoramento e extensão do setor terciário, vista numa maior inserção de profissionais qualificados neste tipo de tarefa a cada dia, graças à posse de títulos e diplomas.

Para Castel (1998), a condição de assalariado e o patrimônio interferem nos dois sentidos: o patrimônio facilita o acesso a posições salariais elevadas por intermédio dos diplomas, enquanto o estabelecimento em posições salariais sólidas pode comandar o acesso ao patrimônio. Agindo assim, uma parte das classes dominantes tradicionais ingressou no nível mais alto do mercado assalariado. E toda essa situação pode ser entendida nos bombeiros quando observamos que pode existir uma mudança significativa em quem agora possa disputar por esse campo de trabalho.

A discussão sobre o processo de “salarização” levada aos profissionais de resgate permite uma suposição: as últimas turmas de socorristas militares podem fornecer indícios de um reinvestimento no patrimônio educacional, no interesse de que esses viessem a galgar outras atividades de trabalho que pudessem aumentar suas expectativas de ascensão social e econômica, quando este setor de trabalho pode receber do Estado uma melhor remuneração financeira, estrutural e de reconhecimento de direitos.

2.2 Mudanças nas interpretações sociais e individuais dos socorristas

As mudanças ocorridas na maneira de perceber o que seria uma profissão no sentido sociológico e na própria definição teórica do que realmente seria uma profissão ajustavam-se no princípio à ideia de um instrumento em prol do interesse público, assim, elas se distinguiam uma das outras pelo uso disciplinado de seu conhecimento e pelo meio em que serviam às demandas da sociedade (FRIEDSON, 1988). Então, a profissão seria uma ocupação que ganhou *status* a partir de um processo histórico mutável de condições intelectuais e de sistematização desse conhecimento.

Com o desenvolvimento do industrialismo capitalista do século XX, a noção de honra às profissões liberais tradicionais foi essencial para fazer com que desenvolvessem suas próprias formas de treinamento e credenciamento, e de outra parte buscassem a proteção do Estado, garantindo para si *status* e segurança pela formação em nível superior. Na construção do objeto de pesquisa sobre o profissional socorrista, procuramos ressaltar esta

caracterização em nível superior vinda de outras áreas já reconhecidas socialmente e verificar numa abordagem de dimensão fenomenológica o distanciamento dessas representações sociais tradicionais sobre o bombeiro que o relaciona a atividades de incêndio, administrativas e militares. Sendo assim, não caracterizamos o profissional de bombeiros de especialidade socorrista somente a partir das concepções de seus membros, mas a partir do momento histórico que determinou a especialidade deste profissional frente às demandas da sociedade.

A atribuição de uma identidade profissional ao socorrista de resgate é fruto de uma concepção gerada primordialmente pela sociedade que, em processo, construiu a imagem e visão que tem desses profissionais a partir dos símbolos, dos instrumentos intelectuais e da continuação da atividade feita por um mandado social. É evidente que a atividade de socorrista de resgate não se encaixa perfeitamente no perfil de modelo ideal de “profissão” apontado por Freidson (1988), pois, apreendemos que seus trabalhadores, não dispõem de um conhecimento “qualitativamente especializado” para a inserção no trabalho de acordo com as especificações do Ministério da Saúde, que legalmente instrui-se em um profissional da área da saúde com curso técnico em enfermagem e/ou superior em enfermagem dependendo do tipo de assistência a ser efetuada, ou curso superior em medicina, como aponta a Portaria 2048 de 05 de novembro de 2002.

Outro aspecto a ser salientado nesta identidade profissional de socorristas de resgate e que fomenta um distanciamento das acepções de Freidson é que esta atividade não possui até a data de hoje controle de sua atividade de trabalho registrado na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho. Como observado na pesquisa não há dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, nem a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais desta ocupação de socorrista, o que se tem é apenas a de bombeiros que engloba também os bombeiros civis, e não se tem especificamente dado à função de socorrista direcionada a área de saúde.

A interpretação social acerca de uma profissão anteriormente concebida apenas como “o atuar de um indivíduo naquilo que a ele era garantido por lei como integrante de uma ocupação desempenhar” no caso dos socorristas de resgate se torna contraditório. Hoje esta concepção está mais alargada, concebendo a um profissional individual a possibilidade de execução de uma tarefa se ele vier a servir a sociedade e desempenhar bem seu papel. Sendo assim, uma lei de atuação acerca de uma área de trabalho pode ser adquirida depois de haver começado a função do trabalho. É um movimento ocupacional rumo à profissionalização que é orientado para a mudança e a mobilidade social ao invés da busca pela estabilidade e a segurança.

Então, uma definição básica da função de um bombeiro e principalmente um socorrista, não pode ser uma definição global, interpretada da mesma maneira em todos os países. Cada nação a constitui de acordo com sua historicidade e necessidade. No caso brasileiro, existia a necessidade de socorrer vítimas em estado de emergência e urgência, e também a necessidade de uma instituição que pudesse e estivesse disposta a realizar a atividade de resgate, e a Corporação de Bombeiros foi designada pelo Estado a fazer isso, mesmo não dispondo primordialmente de um quadro especializado para tal função.

Se houvesse no Brasil um grau de controle do Estado sobre as instituições econômicas e sociais, a atividade de socorrismo de bombeiros não teria tanta liberdade de organização e diferenciação e nem teria chegado a tal situação de formação educacional como hoje. Sem a autonomia que lhe foi dada no começo de implantação do serviço de resgate não se chegaria talvez à aceitabilidade social que se tem hoje e o desenvolvimento dos recursos intelectuais os quais foram incrementados a partir dos anos de atuação.

Friedson (1988) considera que os profissionais têm total capacidade de controlar seu trabalho, organizados em associações, independentes tanto do Estado quanto do capital, possuindo prática e conhecimento monopolizados por seus membros. É relevante neste aspecto, para o autor, a capacidade de “recurso genérico das profissões” que está pautado na possibilidade de

diferenciação advinda da orientação intelectual, especialidade, tipo de ambiente de trabalho e pelos papéis efetivos. Para o autor grande parte do reconhecimento profissional tem-se a partir da própria eficácia do trabalho em resposta as demandas da sociedade e em proveito de seus executores.

As falas dos socorristas revelam a diferenciação entre o que se tinha antes como tipo de instrução profissional nos bombeiros e o que se tem hoje. Há atualmente uma nova forma de socialização a partir do conhecimento profissional que não se tinha antes:

Bom, eu entrei em 1998, como soldado, e nessa época ainda peguei um resquício do militarismo mais arcaico, onde se batia... não era algo de espancar mais tinha alguns abusos... coisa da gente pagar flexão no solo quente até queimar a mão. Então tinha algumas coisas abusivas mesmo, mas, isso foi em 98 e depois em 2000 passei num concurso para sargento, onde foi um curso mais diferenciado... foi um curso ralado, mas, foi ralado na instrução, não foi um ralado boçal, um rala sem utilidade não. Hoje eu posso falar que foi um bom rala, um rala, mas com aprendizado (Ked, 33 anos).

A fala de Ked nos orienta acerca de uma transformação no processo intelectual e até mesmo de respeito em relação ao profissional que quer se especializar. Notamos que a data referente a uma suposta melhoria nas condições por ele melhoradas dentro da instituição coaduna com aquela referente à implantação efetiva do serviço de resgate que conhecemos hoje. Abaixo, a fala da socorrista atadura acentua ainda mais estas mudanças que surgiram neste ambiente de trabalho na mesma data em que também se insere o trabalho feminino nos bombeiros de Goiás:

Eu tive a sorte de ter bons instrutores, a minha turma foi a primeira de mulheres, então tem aquela questão de estar descobrindo novas coisas, a maioria nunca teve contato com militarismo. Para mim particularmente foi um mundo novo e foi bom. Eu gostei da experiência. Apesar de ser muito jovem, eu não sabia muito bem o que eu queria da vida, não sabia nem se de repente esse era o concurso que eu ficaria, mas eu gostei, o curso foi bem proveitoso, muito bom (...) Hoje na área de pré-hospitalar melhorou intensamente. Tem um curso novo de resgate e eu tenho visto aqui uma integração interessante com o pessoal do exército e da PM (Polícia Militar). A gente ia naqueles desfiles cívicos e ficava aquela patotinha... ora bombeiro, ora polícia militar, ora exército. Eu tive a felicidade de participar do desfile do dia 24 de outubro, aniversário de Goiânia, e eu percebia que a gente conversava entre si. E tudo indício do curso pré-hospitalar que uniu todo mundo. O pessoal começou a ficar na mesma sintonia. O curso melhorou bastante, nós estamos ficando mais técnicos do que envolvidos com as práticas militares em si. Estão com base científica,

não é algo que alguém inventou sem base científica. Então, eu tenho percebido um crescimento muito grande de curso da área de bombeiro do resgate (Atadura, 30 anos).

Segundo Atadura, o desenvolvimento dentro dos bombeiros do serviço de resgate, especialmente com os cursos de primeiros socorros, serviu para também unir áreas de serviços militares distintas e representou em termos de desenvolvimento intelectual institucional a difusão de bases científicas realizando um crescimento educacional muito grande.

Como os socorristas efetuam todas as fases da tarefa de socorrismo: atendimento pré-hospitalar, diagnóstico de possíveis lesões, tratamento dessas lesões, transporte ao hospital, posteriormente, desinfecção das viaturas, reposição de materiais utilizados no atendimento e etc, eles efetuam uma tarefa especializada de cuidado à vida, mesmo que não seja de produção.

Friedson (1988) salienta que as profissões assumiram nos países em estágio avançado de industrialização um papel importante com o princípio de organização do trabalho, principalmente com a ascensão do sindicalismo. No trabalho dos socorristas militares, isso não pode ser elencado como fator preponderante para a concepção de sua organização profissional, porque legalmente os militares não podem envolver-se sindicalmente e organizar-se por sua representação na defesa de seus direitos, de acordo com a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que também os priva do direito a greve¹⁷.

A profissionalização segundo Freidson é então, e aqui mais ajustada à realidade do que aconteceu e acontece com os socorristas militares, um processo pelo qual uma ocupação organizada obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o treinamento para ele e o acesso a ele, e controlar o direito de determinar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado. É a existência da autoridade profissional a partir da autoridade do *expert* estabelecida socialmente, politicamente e através do

¹⁷ Aos militares dos Estados, no ponto que interessa, aplicam-se-lhes disposições do art. 142, § 3º, da Lei Maior, por força do disposto no § 1º do art. 42 que rege os militares. Estabelece-se que "ao militar são proibidas a sindicalização e a greve" (art. 142, § 3º, IV).

cargo administrativo que o reconhecimento profissional se efetua no campo das disposições de legitimidade.

É através do conceito de ocupação e particularmente de profissão que há o vínculo sociológico entre conhecimento e seu papel na sociedade. É o governo que garante à profissão o direito exclusivo de usar ou avaliar certo corpo de conhecimento e competência, por isso uma profissão ganha poder (FREIDSON, 1988). Daí, as profissões se ligam ao processo político formal, reivindicando privilégios por possuírem ensino superior; no caso dos socorristas de Goiás, reconhecimento público, registro formal como servidores, etc. A profissão, qualquer que seja se torna um grupo de interesse quando promove seus objetivos e se defende dos objetivos concorrentes, estando profundamente ligada à política, seja de reafirmação de identidade profissional, ou de estratégia rumo a novas formas de inclusão de saberes e ações.

As exposições dos profissionais de socorrismo acerca de como eles se sentem em relação ao trabalho pela importância social que o resgate tem para a sociedade, servem também como estratégias para obter apoio público e legislativo para seu trabalho. Eles defendem a necessidade de mais recursos para si como meio de promover o bem comum.

É isso aí que às vezes infla o nosso ego. Você falar assim: eu faço a diferença para muita gente. Porque, quando eu não estou na rua, quando agente baixa, a viatura baixa, você sabe que vai sobrecarregar um amigo seu e muita gente vai deixar de ser atendida porque você não está trabalhando. Quer dizer você é uma pessoa essencial, não é uma pessoa que se ela faltar não vai fazer diferença. Por exemplo, um cara que corta energia, um cara que mexe com alguma coisa, um vendedor, por exemplo, alguém pode substituir... você (bombeiro) é um cara essencial (Óculos de proteção, 34 anos).

O profissional essencial à sociedade que Óculos de Proteção pontua em sua fala está inserido num arcabouço de conhecimento técnico específico e não suportável de ser substituído por qualquer pessoa. Em comparação com outros tipos de serviço este profissional é de suma importância, pois ele lida com vidas e mais que isso, ele faz a total diferença atuando em relação as demais pessoas porque ele é responsável com o que faz e imprescindível.

Como a qualificação em um tipo de trabalho não explica suficientemente o comportamento real dos indivíduos no trabalho, devido às diferenciações e influências nesses ambientes, realizar estudos comparativos acerca desses distintos ambientes se torna cogente para perceber como o ambiente, e neste caso, a instituição militar de bombeiros exerce politicamente influência no trabalhador e nas suas relações com outros trabalhadores.

A ideia de um estudo aproximativo entre as capitais de São Paulo e Goiás é para reconhecer que apesar das diferenciações existentes entre os indivíduos de pesquisa, como o nível educacional e os diferentes ambientes de realização do trabalho de socorrismo, existem mudanças em torno do que é um socorrista de resgate enquanto grupo e também diferenciações em relação à maneira de se verem como indivíduos, tanto frente ao trabalho, como julgando ser *experts* na área de pronto-socorrismo, podendo ser seu conhecimento, o único meio necessário para o desempenho de seu papel.

A fala de Maca Articulável denota esta singularidade do que é necessário para ser socorrista:

Bom, hoje no bombeiro para ser socorrista basta ser bombeiro, basta ter o curso de formação, que vai depender da graduação e nesse curso de graduação você tem uma carga horária de pré-hospitalar. Então, terminou o curso de formação você já pode atuar aqui. Aí aqui no quartel de resgate é que surgem as recapacitações, os cursos. Agora mesmo está tendo um curso de resgate para quem quiser fazer e é obrigatório para o pessoal daqui. Vão se ampliando os conhecimentos, mas, para começar atuar, basta o curso de formação... Tenho visto que de uns cinco ou seis anos esses cursos tem ocorrido de maneira bem frequente e evoluído também. Porque antes ele era só uma revisão, você ia e era aquela história quanto mais você fala mais firma mais você consegue colocar em prática. Hoje não, hoje realmente eles dão aperfeiçoamento mesmo. Os cursos levam a gente a se aperfeiçoar mesmo (Maca articulável, 34 anos).

Maca Articulável define a rotina dos socorristas e do próprio ambiente de trabalho como integralmente sujeitos a cursos e formações constantes. A especialização dentro do bombeiro em resgate pré-hospitalar concentra uma ideia de aprimoramento constante que se observa segundo ele ao longo dos anos, o que também gera o aperfeiçoamento das técnicas e a melhoria no atendimento às vítimas, tornado seus profissionais *experts* na área em que atuam.

O que é mais importante no sentido da legalidade do *expert* é o “abrigo de qualificação” (FRIEDSON, 1988) que possuem em superioridade àqueles que tentam entrar na disputa por este mercado de trabalho. É a estabilidade deste abrigo profissional a partir da manutenção do controle sobre o número e características de quem pode ou não executar este tipo de tarefa que há a restrição a alguns do uso e identificação da atividade como profissão. É a confiança social e a competência profissional que faz com que os socorristas de resgate tenham proeminência neste campo de trabalho a partir da seletiva de bombeiros.

Historicamente é a projeção de terem sido um dos primeiros grupos a executar a tarefa de resgate que lhe garante a prerrogativa de também designar quem pode ou não realizá-lo. É essa mudança na interpretação social de quem pode ou não fazer o trabalho de socorrismo, de quem deve ou não ser reconhecido para este trabalho que muda gradativamente a identidade de quem pode vir a ser ou tornar-se um socorrista individualmente, seja essa diferenciação por mérito ou por política de reconhecimento.

2.3 Os tipos de “bombeiro socorrista”

Vimos que a identidade de bombeiros passou nos últimos anos por grandes transformações, quanto ao tipo de candidato que se propõe ao serviço, quanto às novas formas de especialização, que como a de serviço de resgate, a partir dos anos veio a conquistar o reconhecimento social tornando-se devido ao grande fluxo de ocorrências executadas na área de primeiros socorros, a própria identidade dos bombeiros.

As discussões efetuadas em torno dessa nova identidade laboral dos bombeiros ancoram também, diante das falas dos trabalhadores de resgate, novos elementos para compreender a formação, construção e estruturação do socorrismo, tanto no ponto de vista institucional como dos próprios interesses individuais, que somam juntamente para oferecer duas formas diferenciadas de identidade de trabalhadores: aqueles que têm o trabalho de bombeiros como “finalidade em si”, e aqueles que o têm como “fonte de realização”.

A fala de Gaze apresenta alguns pontos de definição desse tipo de profissional e da atividade em si:

Eu acho que é uma atividade que poucas pessoas desenvolvem e que algumas desenvolvem, mas, não bem. Elas estão lá, mas, é por outros motivos é por uma escala diferenciada ou um turno diferenciado. Para eu trabalhar lá é uma coisa que me satisfaz bastante, por mais que seja desgastante, sacrificante (Gaze, 29 anos).

Gaze se coloca no espectro dos socorristas que tem o trabalho como fonte de realização e apresenta características relativas àqueles socorristas que não o são. Para ele eles estão neste tipo de serviço porque almejam conquistas individuais e ligadas ao sentimento de si e não ao servir ao outro mesmo com tantas dificuldades na realização do trabalho como o desgaste físico e etc.

Em relação a servir ao outro, Atadura nos aponta algumas importantes definições do que seria o exercício da atividade para quem é altruísta:

A questão da ajuda ao próximo mesmo. Eu gosto de fazer isso, sem busca de gratificações, elogios, é uma coisa pessoal mesmo. Quando a gente socorre alguém, eu pessoalmente me sinto gratificada. Ainda que eu tenha que receber por isso, ainda que tenha que sair a noite cansada, mas, no final das contas eu acho que é muito gratificante. Das funções que o bombeiro exerce, é a atividade símbolo. Eu não me vejo bombeira trabalhando em outra área. Se fosse pra eu ficar atrás de uma mesa, eu não renderia tanto como hoje (Atadura, 30 anos).

A ajuda ao próximo seja ele quem for é para Atadura um ponto importante a ser ressaltado na atividade, principalmente quando se a efetua sem interesses próprios, diferentemente do que ocorre com os socorristas que tem uma finalidade em si. Atadura coloca dois sentidos importantes acerca desse altruísmo o recebimento de pecúnia e de outro lado o desgaste do trabalho noturno. Acima do prazer e sofrimento, ele conceitua o socorrismo como uma atividade símbolo e muito gratificante.

Entretanto, é importante frisarmos que a construção social da identidade de bombeiros pautada numa ideia de vocação é desmistificada nas falas dos trabalhadores, ficando expressa uma nova relação com o trabalho de bombeiros, até então não admitida no senso comum, e que aparece para os socorristas numa forma primeiramente orientada a conseguir uma fonte de sustento, ou “meio” de condição para galgar postos de trabalho mais rentáveis,

e condições de status mais reconhecidos para si e para os outros. Prancha nos auxilia definindo bem o que ele pensa e sente em relação à atividade de resgate:

Trabalhar no resgate é muito gratificante, mas é um serviço de alto risco e é um pouco cansativo... também devido a situação do momento. Eu não quero ficar no resgate por muito tempo, porque o stress que já está sobre mim, que não dá para passar de certo ponto... E futuramente eu quero achar algo melhor para mim (Prancha, 30 anos).

Em poucas linhas Prancha desenvolve dois extremos da atividade e do sentimento em relação a ela. A primeira é a gratificação e o risco, desgaste. A segunda revela o momento vivido de cansaço e estresse e o momento pretendido de saída da atividade pelas as agruras anteriormente descritas.

Há também aqueles que como Soro, empreende uma ligação com a trajetória ocupacional de áreas afins como fonte prática e experiencial da área de saúde:

Para mim? Nossa... para mim... como eu sou formado em enfermagem eu acho que já me ajudou muito, porque o serviço é parecido, e é uma coisa que eu gosto. Penso em trabalhar no SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) que é parecido com aqui, que é bom, ou nessas UTI Vida. E na prática, assim, a experiência... acho que tem tudo a ver (Soro, 34 anos).

Assim, como em outras categorias profissionais, a relação com o trabalho passa a ser interpretada como uma situação de interesse, distanciamento, aproximação e utilidade. É proeminente neste sentido, um conflito de ideias e de resistência em encarar-se como bombeiro ou não. É neste sentido que tentamos entender como na sociedade atual está sendo construída a noção de identidade e representação deste profissional.

No caso dos bombeiros de resgate, “estar bombeiro” é fazer tudo aquilo que a instituição cobra, mas no fundo, pensar sempre, em conseguir algo melhor. É utilizar seu horário de folga para conseguir estudar, conseguir fazer uma faculdade, que lhe trará no futuro mais rentabilidade que o trabalho de bombeiros. É na perspectiva de Esparadrapo (35 anos): como algo que sempre remete ao primeiro sonho profissional que muitos se situam:

Eu penso em fazer uma pós-graduação... eu quero fazer o curso de medicina. Até então, se eu não começar o curso de medicina eu quero fazer duas especializações em enfermagem e fazer o mestrado. Não pretendo para de estudar mais.

Diferentemente desta acepção, “Ser bombeiro” é não galgar uma mudança no status, na profissão em si, é não querer sair do sistema militar, ou por necessidade de sustento até mesmo da família, o indivíduo não ter condições de arrumar outro trabalho porque não tem uma faculdade; ou não tem tempo de estudar; ou não quer estudar para conseguir algo melhor. A fala de Coxim revela que;

É gratificante, mas com o passar do tempo se torna muito cansativo, muito cansativo por causa da carga horária a gente fica muito cansado... Passa por stress, muitas vezes dorme pouco, mas, sou muito grato, eu não me arrependo não (Coxim, 27 anos).

O contentamento com a situação de estresse, cansaço, fadiga e etc não impõem a Coxim a tentativa de mudança para outra atividade mesmo dentro da corporação. Para ele o arrependimento em desenvolver o serviço de resgate não é cogitado ele se torna em essência um bombeiro diferente de muitos outros que prescindem a atividade características negativas e movimentação no sentido de sair da atividade.

Observando as demais interpretações das falas dos socorristas, há visivelmente uma deterioração da relação entre o profissional e a identidade institucional. Essa deterioração surge pelo reconhecimento de que as condições de trabalho, as prerrogativas da função e a grande responsabilidade até mesmo social que a profissão tem, racionalizada individualmente pelo socorrista não o levam a considerar a carreira de bombeiro como um “bom negócio”.

É importante ressaltar que as diferenças entre “ser” ou “estar bombeiro” são explicitadas mais veementemente nas falas dos socorristas de Goiás. Parte dessa constatação deve-se ao fato de que as mudanças ocorridas na organização do trabalho, como o nível educacional que lhes dão outras oportunidades a partir da posse de títulos em nível superior, e também pela própria realidade do trabalho que intensificando a jornada gerou também o aumento do número de atendimentos e de situações de maior complexidade no

trabalho, e ainda por uma maioria, estar bem distante do momento de aposentar-se, tendo idade o suficiente para a busca por novos horizontes.

Como a mudança no quadro de qualificação educacional permitiu uma vivência da situação organizacional de diferentes formas pelos trabalhadores, podemos notar, no exemplo de Goiás, que a elevação no nível educacional de outra forma, também possibilitou um maior reconhecimento de direitos, tanto pelo arcabouço educacional que já dispunham quanto pelo que passaram a somar intelectualmente durante o período de treinamento militar para o exercício do pronto-socorrismo.

Não há dúvidas de que o número de atendimentos realizados em São Paulo é potencialmente superior aos realizados em Goiás. A visão do profissional sobre o trabalho que realiza é por isso diferenciada. Em São Paulo, o sentir dos impactos sobre o trabalho e sobre o trabalhador diante da intensificação da jornada e do número de atendimentos realizados é feito numa percepção física e psicológica de impossibilidade de atender as necessidades do trabalho.

É uma profissão muito boa, requer assim um pouco de esforço de quem quer seguir nessa área, porque ela é desgastante. Você tem um retorno? Tem, mas se você não tiver assim um psicológico bom, a pessoa não fica na profissão. Tem gente que não pode ver sangue, tem gente que vê tragédia e fica meio abalado, tem que ter pelo ao menos pouco de frieza, não ser totalmente gelado, que isso é muito ruim. Você precisa ter aquele sentimento com a outra pessoa. Porque o que eu vejo hoje, você pega a vítima na rua e você imobiliza, você coloca na viatura e você não gasta nem cinco minutos, você leva para o PS (Pronto Socorro) numa velocidade muito grande, só que quando chega no PS você vê o descaso que o médico tem com a pessoa, a gente fica sensibilizado pelo o sofrimento da pessoa, e nós por estarmos trabalhando com o sofrimento alheio, você acaba ficando um pouco frio (Tala Moldável, 34 anos).

Tala Moldável ratifica a profissão de socorrista como de “sentimento” à outra pessoa. Ele eleva a um nível mais importante a discussão, pois acentua o desgaste cotidiano das relações de trabalho entre o cuidado com a vítima e suas incapacidades frente a outros aspectos do trabalho que levam em conta outras áreas de atendimento e que muitas vezes não funcionam. O sentimento de incapacidade gera uma sensibilização com o “sofrimento alheio” e que pela

rotina das adversidades vão se tornando inexpressivas com o tempo, o que ele considera um problema para a atividade de socorrismo que lida com vidas.

Já em Goiás, a percepção se dá numa situação de individualidade, mais voltada para o que o socorrista vive em sua vida particular, de um prejuízo em seu horário de folga:

Eu faço faculdade, estou no último mês de faculdade. Então, eu tenho doze horas do meu dia de dedicação exclusiva a faculdade. Eu vou para a faculdade quando eu saio do plantão, e quando eu saio da faculdade eu vou para o plantão. Então, durante o meio de semana fica praticamente: estudar e trabalhar. Eu fico 36 horas acordado e durmo 12 horas, então, essas 12 horas que eu durmo eu não posso me dar ao luxo de ir para cinema e essas outras coisas. Às vezes, isso acontece nos finais de semana, porque eu tenho um dia só no final de semana para ficar com a minha namorada. Eu moro em uma cidade, e ela mora em outra, então, eu tenho que dedicar esse tempo à ela. Nesse tempo que eu estou livre vou ou ao cinema, ou a um barzinho, ou às vezes nada, porque estou muito cansado, dependendo do que eu fiz durante a semana (Coxim, 27 anos).

Coxim concatena que o trabalho juntamente com os anseios de sua vida pessoal, contribuem para que ele se sinta cansado e perca momentos considerados para ele como indispensáveis a sua vontade de viver, com o desenvolvimento daquilo que ele gosta: o curso de enfermagem e as relações afetivas com a namorada.

A qualificação em nível superior em Goiás, numa percepção de si, retrata uma nova condição deste militar como interrogador do próprio trabalho, principalmente pela bagagem de conhecimento conferida ao frequentar a faculdade em torno de seus direitos e necessidades como trabalhador:

O serviço de resgate, o atendimento pré-hospitalar eu acho muito bom, muito valioso, ele é gratificante para a gente eu acho... só que eu acho que não há um aparato para os profissionais que trabalham, um aparato psicológico, de saúde, de aprendizado quanto às normas de prevenção... não há isso (Ked, 33 anos).

Ked marca de forma importante nas falas, um modo de ver de ver o profissional de socorrismo como necessitado ainda de informações sobre suas necessidades, direitos e garantias; principalmente dentro de atividades pautadas na hierarquia e disciplina, que tem como lemas os cuidados do outro

e que fraquejam no cuidado de si. A parte subsequente desta dissertação dará ênfase a este aspecto no plano do conhecimento de si como socorrista e de seus direitos e garantias.

2.4 Direitos trabalhistas: a experiência recente dos socorristas

Em Goiás, nos últimos dois anos, com o apoio político da Assembleia Legislativa Estadual, vem ocorrendo pela primeira vez na história militar estadual, um questionamento a respeito da jornada de trabalho dos policiais e bombeiros militares¹⁸. A posição da câmara mostra-se favorável em reconhecer o grau de risco ocupacional que as duas profissões possuem, e também de seu nível de estresse. A reivindicação primeiramente colocada é a redução das horas trabalhadas semanalmente pelos profissionais militares que se encontram no serviço operacional, viabilizando uma jornada em torno de 40 horas semanais¹⁹. É uma tentativa de fazer com que o profissional militar possa tentar “se reapropriar subjetivamente de seu tempo” (Cardoso, 2008, p.139).

A luta em torno dos direitos do policial e bombeiro militar em Goiás permite uma constatação: até em nível institucional atividades como as de socorrista de resgate, ainda não estão sendo levadas a termo pelas leis destinadas a proteger o trabalhador; e que busquem como garantia todos os direitos que lhes são reservados pelo trabalho que desempenham. É fato que na história de Goiás, e também em São Paulo, nunca foi feita nenhuma negociação coletiva – a partir das associações - ou institucional para o reconhecimento da atividade de resgate, ou atenuação da carga horária de trabalho enfrentada pelos socorristas.

Um forte exemplo desta situação de falta de reconhecimento de direitos no campo do trabalho militar é verificado na forma com que as escalas extras de serviço são distribuídas e computadas para os profissionais. Há uma

¹⁸ Projeto de Lei nº 202 G: Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em <http://www.deputadomajoraraujo.org/p/projetos.html>

¹⁹ Proposta de Emenda Constitucional do Estado de Goiás disponível em <http://www.deputadomajoraraujo.org/p/projetos.html>

regulamentação institucional que permite a cada trabalhador poder efetuar uma quantidade “x” de horas por mês, em escalas extras. A disseminação das horas extras favorece uma diminuição de gastos burocráticos com mais pessoal efetivo para o serviço, uma vez que o Estado deixa de alocar novas oportunidades de empregos e conseqüentemente aumentar o efetivo de militares, quando substitui a deficiência de efetivo pelo mesmo pessoal, só que remunerado pela hora extra, e sem ter que fazer novos concursos, e conseqüentemente aumentar os gastos em folhas de pagamento.

A escala extraordinária muito utilizada pelo Estado, frente às necessidades de pessoal, significa por outro lado um agravamento do estresse dos trabalhadores e a perda de possibilidade de luta por melhorias na jornada de trabalho. É encarada como uma “obrigação a ser cumprida” por parte dos trabalhadores quando pela necessidade de sustento da família, eles se colocam a disposição para efetuar trabalhos além do tempo de serviço normal.

Duas constatações podem ser retiradas da utilização da escala extra, chamada pelos militares de “trabalho virtual”: a expansão já denunciada da jornada de trabalho, e a crescente demanda e realização de hora extra por parte dos mesmos. A designação de “trabalho virtual” para as horas extras surge da interpretação corriqueira dos militares policiais e bombeiros diferenciando-o daquele em que o trabalhador está ordinariamente sujeito às intempéries aleatórias das ocorrências (atender ocorrências fora de seu ambiente de atuação). No “trabalho virtual”, o trabalhador é escalado por uma necessidade já conhecida ou solicitada como, por exemplo, o aumento do número de ocorrências em finais de semana, realização de eventos, operações e etc. Neste tipo de escala, o profissional fica à disposição do evento citado até que este termine, podendo apenas deslocar para o quartel quando terminado o evento que na maioria das vezes é social.

Observar como esse tempo de trabalho em escala extra é vivido favorece para pensar em políticas que viabilizem um maior distanciamento do trabalhador de resgate de todas as situações de desgaste físico e psíquico que ele possa vir a ter. É uma possibilidade de atentar para uma demanda de

serviço que está sendo feita a mais e pelo mesmo profissional, onde o mais correto seria aumentar o número de efetivo e somente utilizar-se de escala extra quando realmente ocorressem infortúnios, e não necessariamente como um artifício de trabalho utilizado na maioria do tempo. Há de se lembrar de que este profissional deve permanecer apto por 30 anos, período de cômputo para a passagem para a reserva no mínimo remunerada - aposentadoria.

Os serviços militares como dito anteriormente, têm neles mesmos uma diferenciação importante em termos constitucionais em relação aos direitos coletivos, que lhes conferem a proibição do direito à associação sindical. É conveniente reforçar que falar em associação sindical é termo excluído da realidade militar e também o é o direito à greve. Sendo assim, a representatividade dos militares é dada por associações divididas em graduações e patentes hierárquicas de cabos, soldados, sargentos e oficiais. Cada qual com sua “suposta” defesa de direitos relativos ao grupo que representam, mas nunca em unidade com todas as categorias hierárquicas dentro das instituições militares.

Em instância federal, relativo ao direito dos trabalhadores bombeiros militar existe uma Proposta de Emenda Constitucional, PEC-300²⁰, que desde 2008 vem se arrastando para votação na Câmara dos Deputados Federais. A referida proposta, resumidamente, baseia-se num chamado “resgate da dignidade do trabalhador militar policial e bombeiro”, procurando uma igualdade em relação aos proventos de todos os militares dos estados da federação com a instituição de um piso salarial à categoria.

Em relação aos direitos da mulher militar²¹, os processos de Emenda Constitucionais estaduais feitos nos estados de Goiás e São Paulo no ano de 2011 e 2012 corroboraram favoravelmente à redução em cinco anos do período para aposentadoria das militares bombeiras e policiais. Essa conquista tem como ponto de regulamentação a proximidade com a Constituição Federal atual que supõe uma vivência de jornada dupla às mulheres, no contexto casa,

²⁰ Disponível em www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=414367

²¹ Proposta de Emenda Constitucional do Estado de Goiás de Reserva aos 25 anos Policial Feminina. Disponível em <http://www.deputadomajoraraujo.org/p/projetos.html>

trabalho, cuidado dos filhos e etc, e que já contemplava grande parte das trabalhadoras brasileiras nas mais diversas áreas de trabalho com risco, situações penosas e de insalubridade, menos nas militares.

2.5 A ampliação da aceitação pública pelo volume de ocorrências

Em “A exploração do sofrimento” Christophe Dejours (1988), procede à análise dos comportamentos condicionados; mostrando que não é só a organização do trabalho e o trabalho repetitivo que fazem com que o trabalhador trabalhe mais e mais: a “erosão da vida mental individual” também (p. 96). O surgimento de “ideologias ocupacionais”, ou seja, maneiras de interpretar a realidade do trabalho a partir do medo e da ansiedade, em serviços que são tidos como de alto risco, também são consideradas maneiras de fazer com que apesar das dificuldades encontradas no trabalho ele seja feito, e feito por pessoas que são seletivamente definidas por tal ideologia: a da superação.

O sofrimento advindo da insatisfação com o trabalho pode noutra instância funcionar como estimulante ao aumento da produtividade, e sentimentos como o medo; podem ser “engrenagens” eficientes para neutralizar acidentes de trabalho e indesejadas “baixas” de trabalhadores. Nesta situação, o controle hierárquico militar serve como estímulo para que os militares façam o uso dos equipamentos de proteção individual e coletivos com maior incidência, como uma ideologia de “protocolo” a ser seguido, de uma maneira base de se executar a tarefa por todos os indivíduos do grupo, como um corpo que funciona perfeitamente pela ação de cada um corretamente.

No trabalho militar o “não uso” de equipamentos necessários à segurança pelo trabalhador significa transgressão disciplinar militar, o que corresponde à possibilidade de punições. Essas possíveis punições funcionam como medidas de adequação ao convívio militar, e também como fonte de discriminação, pois; tudo fica registrado na ficha individual militar que nunca é destruída, e o acompanha em tudo o que ele fizer: seleções internas para subir de cargo, transferências e etc. por isso; o medo de sofrer sanções disciplinares

e constrangimento, por não executar bem um trabalho; leva também a confeccionar a ideia de “preparação” conferida como a própria forma de executar o trabalho como descrita por Óculos de Proteção:

Chego ao quartel, como eu trabalho a noite, eu passo o dia todo ou num outro trabalho ou estudando, chego ao quartel e assumo o serviço às seis. Aí entro em forma. Isso é uma coisa que é prevista, tem que ter. Infelizmente tem gente que não gosta, mas tem que ter, é o mínimo de organização. Eu já entro no serviço esperando uma ocorrência. Eu já sei que eu vou pegar uma ocorrência então, eu já venho preparado. Durante o serviço, chega ali meia-noite você já sabe que não vai pegar... Mas quem trabalha a noite pega as ocorrências mais graves. Então, agente já vem preparado para isso também. E no outro dia passo o serviço. Eu tento passar o serviço o melhor possível porque se você pega a viatura suja e tudo... Eu não quero passar a viatura do mesmo jeito, então, eu quero passar ela limpa esse tipo de coisa, melhor possível. Porque se às vezes alguém reclamar do seu trabalho ainda mais na hora que passar a revista é chato, é uma coisa muito chata, eu não gosto de alguém reclamar do meu trabalho. Eu fico com vergonha de mim mesmo (Óculos de proteção, 34 anos).

A fala a seguir de Ked, demonstra possivelmente a existência de dois mundos onde transitam a identidade do trabalhador bombeiro: Um reservado ao ambiente interno dos quartéis, designada neste estudo como “intra-quartel”, fundamentada por uma discussão em torno do sistema militar que é interpretado como sendo o elemento de significação negativa, mais expressado pelos socorristas, para o desenvolvimento da própria atividade.

A hipocrisia, o militarismo que às vezes impede isso aqui de crescer a meu ver. Eu acho que o militarismo impede o bombeiro de crescer mais, por que acaba que pela hierarquia que existe aqui, como existe em todas as instituições, mas aqui por ser uma instituição militar as pessoas querem dar continuidade... mesmo para poder mandar calar a boca, mandar subordinado calar a boca e às vezes tem subordinado que sabe e que domina o assunto muito mais do que o superior e eles ficam atados, não podem ajudar... não são explorados da melhor maneira para poder ter um bem comum na tropa. (Ked, 33 anos).

A identidade fora do quartel, neste trabalho denominada de “extra-quartel”, está ancorada na relação de reconhecimento que a sociedade em geral tem pelos bombeiros. Esse reconhecimento aferido pela população fora do quartel é utilizado como fonte individual de estímulo e fomenta para que muitos dos trabalhos realizados sejam feitos num âmbito de pensamento

individual como fonte de realização como ser humano, que faz o bem sempre a alguém que precisa de ajuda.

Essa idealização de ações para com o outro, de um altruísmo que vai além do horário de trabalho, do lugar e das possibilidades e é influenciada pelo estímulo do reconhecimento é próprio daquilo que se concebe como sendo a característica deste profissional de segurança pública (FARIA, 2000). Se o número de ocorrências efetuadas durante a escala é tão grande que faz com que surjam “indisposições” em relação ao trabalho, este se torna um problema, passando a ter um sentido totalmente contrário à significação social de bombeiros, que é a doação, dedicação, apoio e solidariedade. Por isso, o “resgate” de um tempo livre para esta atividade significa para o trabalhador onde ele “deixa de ser um trabalhador” onde “o desejo de tempo livre é precisamente o desejo de ser definido por outras atividades, valores e relações que não aquelas advindas do trabalho” (Gorz, 2007, p. 117).

Se a técnica possibilita o sujeito fazer-se ausente de suas operações, executar algo sem que aquilo seja prioritariamente sua vocação, é pelo rigor do agir e do pensar que ela subtrai a subjetividade do trabalhador e também sua reflexão crítica. Ela distancia o indivíduo de sua relação com o processo de reconhecimento do seu trabalho como utilidade social, e de um processo de interação com ele e com o que ele executa numa dimensão de sua importância como indivíduo para si e para aqueles que em sua vida particular o consideram mais importante que a atividade que ele desempenha: sua família e amigos.

É a reivindicação contra a intensidade, a duração, organização e natureza de um tipo de trabalho que como especialidade trata de vítimas, vítimas essas que estão em situação de extrema vulnerabilidade e necessidade de tratamento especializado (DIAS, 2008). É um questionamento da dependência da sociedade para com esse trabalhador: “As pessoas descobrem que os valores não são todos quantificáveis, que o dinheiro não pode comprar tudo e aquilo que ele não pode comprar é essencial, ou é mesmo o mais essencial” (Gorz, 2007, p. 117). O trabalhador percebe que mesmo conseguindo uma boa remuneração pelo serviço que desempenha se não tiver

tempo e condições para desfrutar, esta conquista econômica para nada servirá. Percebe também, que se sua identidade social está sendo destruído pela sujeição ao trabalho (BECK, 2010), ele necessita prioritariamente de um tempo ócio para refletir sobre a sua vida como um fim em si mesmo.

A atividade de socorrismo é um exemplo de serviço ligado a pessoas que perverte a racionalidade econômica no próprio sentido de existência que é o bem comum, de uma utilidade social que ultrapassa a ideia de primeira necessidade material. O socorristas não desejam um aumento do número de atividades que desempenham porque o aumento dessas significa, até mesmo a perda de vidas humanas e o infortúnio de pessoas e seus bens (TOASSI, 2008).

Por conseguinte, o resultado de uma idealização da atividade de bombeiros ajuda a deixar de lado um pouco daquilo que conhecemos pragmaticamente como racionalidade econômica, isso acontece porque se observamos atitudes descritas no cotidiano das ações de bombeiros, verificamos que muitas de suas ações não entram em consideração para sua remuneração. Elas não têm valor de troca, mas são dotadas de um grande sentido de exercê-las. Gaze retrata a relação socorrista e vítima entendendo que a atividade como trabalho é um dever do socorrista mesmo que extrapole em alguns casos a delimitação de sua prática:

uma vez eu estava no HUGO (Hospital de Urgências de Goiânia) foi até um caso bem simples, não sei se foi uma queda de moto, era uma mulher. A gente fez todo atendimento, levou ela para a ortopedia do hospital e depois para o Raio-X e no caminho para o Raio-X levando a maca, ela pegou no meu braço e falou assim: “Nossa, você parece ser tão tranquilo, você passa uma tranquilidade enorme pra gente”. Parece que você é uma pessoa calma... Aí, com aquilo ali, eu fiquei até passivo naquele momento, mas eu pensei pô! (expressão de pensamento). (Gaze, 29 anos).

O acompanhamento de vítimas para procedimentos intra-hospitalar não é serviço do bombeiro. Existem profissionais direcionados a isso na unidade que são os maqueiros, enfermeiros, assistentes sociais e até mesmo quando as vitimas possuem acompanhantes estes o realizam. A fala da vítima atendida revela também outra característica importante dos profissionais socorristas a

tranquilidade em meio ao caos, que por outro lado, acentua a compreensão de desgaste psicológico desses profissionais ao longo dos anos em meio a atividade de socorrismo.

Os bombeiros estão a serviço da sociedade e numa missão; “sua tarefa é intervir no caso de necessidade, mas é melhor que nada aconteça e, no limite, preenchem melhor sua função quando não têm nada para fazer” (Gorz, 2007, p.140). É um tipo de tarefa que sua demanda tem uma razão não possível de ser programada e visa garantir o sentimento de existência do serviço e não numa possibilidade de produção de números que visem o rendimento quantitativo. Os próprios socorristas corroboram em sua fala com essas conceptualizações definindo um ótimo dia de trabalho como sendo:

quando eu não atendo ocorrência. Não por questão de não querer sair, mas, é sinal de que não tem ninguém sofrendo. Ao contrário, do que as pessoas acham seja: a gente tem que sair. Muito pelo contrário, eu acho que a gente não tem que atender ocorrência. O melhor dia vai ser o dia que nenhum bombeiro for sair para atender ocorrência. Sinal de que não tem ninguém passando por nenhuma desgraça (Ked, 33 anos).

Um ótimo dia de trabalho, eu posso até falar para você que é quando não dá nenhuma ocorrência, seria um dia muito agradável para mim e para a população, lógico... Mas um ótimo dia é um dia que fazendo ou não fazendo ocorrência, você vai voltar para casa sorrindo. É igual eu conversei com um colega meu hoje, eu falei: “nossa cara foi um dia difícil hoje! Bom né... foi um dia tranquilo e foi cheio de ocorrência daquelas ocorrências assim: razoáveis, mais light”. Mas esse foi um dia que a gente voltou tranquilo, fiz tudo que eu tinha que fazer e não deu alteração. Foi um ótimo dia eu tive um ótimo dia hoje, por exemplo. Um ótimo dia é você não ter nenhum problema mesmo que você faça dez ocorrências ou não faça nenhuma, mas você volta para casa sorrindo. Pensando no próximo dia (Gase, 29 anos).

Podemos considerara partir das falas, que os socorristas de resgate não têm interesse no aumento de acidentes ou catástrofes. Eles trabalham num ideal para o trabalho inverso à racionalidade econômica pragmática. Na verdade, eles acreditam que devem trabalhar, mas se não houver ocorrências melhor ainda, porque eles não estariam assim trabalhando com o sofrimento de outras pessoas.

A soma das falas dos socorristas em situações de doação ao outro, de realização de tarefas que nem fazem parte de sua obrigação, resultam num

sentimento em relação ao trabalho próprio daqueles trabalhadores que executam atividades como uma realização pessoal, e não de uma representação da organização que a controla. É uma realização que pontua o trabalho como satisfação, e é encontrado com mais incidência nos trabalhos voluntários.

A atividade de resgate é uma relação de pessoa a pessoa e que tem como ganho um dinheiro que é o meio de exercer seu ofício não o objetivo, é como se estivesse fora do mercado, é uma vocação para ajudar o outro, como uma “*dádiva de si*” (Gorz, 2007, p.142). O interesse é pela pessoa do outro seja ele quem for, de aplicar aquilo que ele é instruído e a que ele foi chamado para servir socialmente. Assim os socorristas se definem:

Eu sou motorista, quando eu saio daqui eu procuro sair o mais rápido possível, com mais segurança possível, e quando eu estou na ocorrência eu estou junto com os meus amigos. Eu não estou só anotando dados, porque essa coisa desculpa eu falar, me enoja. Eu fico grilado de sugar, de só fingir que sou bombeiro. Porque aí eu não seria bombeiro, eu seria só motorista. Eu sou bombeiro porque eu pego junto, eu gosto de fazer junto tudo. Eu gosto de pegar a vítima, fazer a rolagem, eu vou lá no HUGO e faço a ficha, passo para o médico e estou junto... e ajudo a limpar a viatura com os meus amigos, é isso que eu estou te falando, é isso que eu gosto. Não quero só dirigir porque só dirigir pra mim é fácil (Óculos de proteção, 34 anos).

Evidentemente que o socorrismo tem uma relação inversa com o número de atendimentos que desempenham e sua identidade e representação social estão ligadas a uma caracterização da dádiva de si, que marca uma preocupação com o outro até mesmo em condições que ele não será remunerado para aquilo, mas que soma para que a sociedade possa vê-lo como um servidor diferenciado em relação aos demais, e faz com que exista diferentemente de outras atividades uma integração social tão eficaz e intensa entre o socorrista de resgate e a comunidade. É a instauração daquilo que Gorz pontua como sendo uma relação de generosidade autônoma na qual cada um faz do outro, *incondicionalmente* um fim absoluto (2007, p.167).

É a relação afetiva do indivíduo socorrista ao grupo social de bombeiros que faz com que o seu sentimento de pertencimento seja enraizado pela interação que os membros do grupo têm com ele e ele tem com os demais do grupo. É o acentuar de uma relação afetiva que vai para fora do âmbito do

quartel e do serviço de resgate e define mais ainda sua identidade e seu pertencimento social, como descrito por Maca Articulável em sua vida fora do momento de trabalho:

Bom, depois que acabou a faculdade eu ainda estou me acostumando a ter vida social de novo, né! Mas... eu fico muito em casa, até porque a casa é nova, não tem um ano que compramos. Então, estamos ainda curtindo a casa. Embora não temos muito tempo, eu e meu marido de ficarmos em casa, a gente quase que é visita, mas, gosto de ler eu sempre tenho um livro que esteja lendo, livro mesmo de história, de ficção, nada muito assim voltado para conhecimentos de... Bem, é lazer mesmo, um descanso mental. Gosto de filmes, mas, quase não vou ao cinema, assisto mais em casa. Corro, geralmente quando saio do serviço corro um pouquinho. Bem, é isso. Às vezes saio para comer fora. [\(E com os amigos?\)](#) Meus amigos acabam sendo o pessoal do quartel, num tem jeito, né! Então geralmente você vai para a casa de um, ou de outro, faz um churrasquinho, faz uma janta reúne, mas, geralmente é o pessoal daqui (Maca Articulável, 34 anos).

É necessário, tendo como base a fala de Maca Articulável, buscar uma redução programada da duração do trabalho de socorrista sem perda de salário, movimentando políticas que tornem esse tempo liberado de trabalho, um tempo de aperfeiçoamento individual, para desenvolvimento de estudos, palestras, trocas de conhecimento com outras áreas que visem até mesmo melhorar a própria execução do trabalho de socorrismo.

É importante ressaltar essa constatação quando na atividade de resgate tem-se uma escala de vinte e quatro horas trabalhadas por quarenta e oito horas de descanso em São Paulo, e excepcionalmente no Batalhão de Salvamento em Emergências em Goiás tem-se doze horas de serviço por trinta e seis horas de folga. Isso mostra como aponta Gorz (2007), que os socorristas estão situados fora de uma fração da sociedade que atualmente tem jornadas de trabalho em torno de 40 a 44 horas semanais.

Assim, fazer com que trabalhem menos significa de outra forma que desenvolvam outras potencialidades pessoais que não conseguem desenvolver no tempo em que estão trabalhando, e também favorece para que outras pessoas possam desenvolver essas atividades qualificadas com a abertura de mais vagas nos concursos para restabelecer o efetivo que necessita segundo os próprios entrevistados de mais pessoal. Sendo assim, funcionará como uma

abertura de oportunidades de trabalho, criando mais empregos nesta área de competência quase que exclusiva para militares bombeiros.

Considerar que existe uma diferenciação entre um trabalho privado e um trabalho público, onde no primeiro existe uma grande rotatividade de pessoal, serve para repensarmos as condições da própria vida do trabalhador de resgate durante trinta anos que irá servir a sociedade; e de que maneira, condições de trabalho e jornada isso irá acontecer. Se, não pensarmos hoje em condições de trabalho com melhores escalas que possibilitem o enfrentamento em menor grau, certo dizer, num maior distanciamento dos riscos (FARIA, 2000), insalubridades (SOERENSEN, 2008; SOUSA, 2009) e desgastes emocionais (LIMA, 2011) que a profissão tem não poderemos de maneira alguma considerar que esses profissionais futuramente venham a desempenhar com tanta maestria sua atividade. Observar esta questão é promover uma discussão de total importância para a sociedade, pois, precisamos pensar que futuros esses profissionais terão diante das atuais condições de trabalho, e também qual tipo de serviço eles terão condições de oferecer, com o passar dos anos e dentro ainda da profissão.

2.6 Carga horária, condições de trabalho, infraestrutura e saúde.

A ideia construída neste trabalho de dissertação a partir de uma adaptação dos estudos de Dejours (1988) ao serviço de resgate é em respeito à reticência em se falar da doença e do sofrimento neste ambiente militar, onde “quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos”, já que por muitas vezes a doença “se confirma como vergonhosa” pela concepção dada no “meio” de trabalho e pela “acusação” do “grupo social em seu conjunto” associando essa doença à “vagabundagem” (p. 29).

A possibilidade de assumir uma doença principalmente psicopatológica na atividade de bombeiros de resgate é assumir uma identidade construída socialmente pelo grupo em torno desse profissional caracterizando-o como

“QBU”, “TREZE”, “DOIDO”, “ANORMAL” e etc²². É a preponderância de um “sentimento de vergonha” (DEJOURS, 1998) em relação aos colegas de trabalho que faz com que, muitos dos socorristas não encarem a relação existente entre a doença psicopatológica (PINHEIRO, 2008) e o trabalho que realizam (Murta; Troccoli, 2007).

Acontece como evidenciado no trabalho de campo efetuado em Goiás e em São Paulo, uma banalização do sentimento de impotência do trabalhador em relação à atividade que desempenha. Neste ponto ocorre a transferência da responsabilidade do ambiente e das relações de trabalho para o nível individual e psíquico, tornando ainda mais difícil a convivência e o aceitamento da doença pelo próprio doente, uma vez que: “Calar sobre a doença e o sofrimento leva, de maneira coerente, a recusar os cuidados, a evitar as consultas médicas, a temer as hospitalizações” (Dejours, 1988, p. 35).

Essa situação nos socorristas representa a sutileza das psicopatologias naquilo que Dejours considera como a “ideologia da vergonha”. Vergonha essa que elaborada e alimentada coletivamente serve como “ideologia defensiva contra uma ansiedade precisa, a de estar doente ou, mais exatamente, estar num corpo incapacitado” (p. 33, 1988). Fica evidente que tudo ligado à concepção de doença no serviço de resgate “não visa à doença enquanto tal, mas a doença enquanto impedimento ao trabalho” (p. 34, 1988): A angústia contra a qual é dirigida a ideologia da vergonha não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ela ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho.

A análise do “custo social desta ideologia defensiva” (DEJOURS, 1988), frente às relações de trabalho dos socorristas mostra que, o comportamento individual específico utilizado para sobressair à ansiedade que permeia tanto os trabalhadores doentes, quanto aqueles em via de tornar-se como tal é o

²² Representações linguísticas dos militares bombeiros para aquele trabalhador que tem problemas psicológicos e psiquiátricos advindos do estresse de trabalho.

alcoolismo e/ou outras dependências químicas. Pesquisas²³ demonstram que, nos últimos anos, com o aumento significativo de ocorrências efetuadas pelos bombeiros em todos os seus setores de especialização houve um aumento significativo de diagnósticos de alcoolismo e doenças psiquiátricas. Evidências também são observadas em respeito a “emergência de atos de violência anti-social” (Dejours, 1988, p. 35) atingindo seu cume pelo alto nível de estresse, seguido de depressão, tão fortemente elucidados nas falas dos próprios executores do trabalho.

É muito bom trabalhar no resgate, mas, por exemplo, em uma noite você pega seis pessoas diferentes, seis histórias diferentes, seis gritos diferentes, seis famílias diferentes, entendeu? Eu falo seis esporadicamente... Você tem que lidar com seis histórias diferentes. E o que eu aprendi com isso é que eu fiquei mais frio, quer dizer eu não levo isso para casa. Eu pego a pessoa anoto o nome dela, passo o nome e não quero saber se ela sobreviveu, se ela não sobreviveu. Não interessa... eu quero fazer a diferença para ela na hora, depois dali é com Deus, eu quero fazer a diferença na hora. Por isso que eu fico meio frio até em casa, com um filho meu... não é qualquer coisa que você vai correndo (Cilibrim, 36 anos).

São ações como essa, relatada pelo viés de uma “ideologia defensiva” que tem como função mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, a especificidade de uma imposição do grupo que serve à organização do trabalho. A hierarquia militar rígida e as frequentes cobranças por parte da sociedade em torno de um profissional símbolo de respeito, confiança e bondade é garantia certa para que os trabalhadores envolvidos no serviço de resgate possam muitas vezes corroborar para que esse sentimento de ansiedade em torno de si e do grupo aumente.

Essa pressão dos colegas que são mandatários das ocorrências, da instituição e da própria população para receber socorro tende a “ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intrapsíquicos de natureza mental, e sim ser destinada a lutar contra um perigo e um risco reais” tornando-se “operatória” com “a participação de todos os interessados”, onde aquele trabalhador que não participa é cedo ou mais tarde excluído do grupo (Dejours, 1988, p.36).

²³ São exemplos destas as pesquisas de Bucasio (2007), Gonzales, Beck, Donaduzzi e Stekel (2006) e Natividade (2009).

A descrição de Estetoscópio sobre a falácia de muitas ocorrências, ditas no plano da urgência e emergência como não suscetíveis de atendimento de acordo com o protocolo servem para aumentar esse desgaste psicológico e físico e conseqüentemente suas doenças já que trabalham no plano da semiologia médica e credenciam seu trabalho como de intensa responsabilidade:

O que na maioria das vezes eles pedem é que a transporte, independente do que tem mesmo... se não tiver nada, coloca na prancha e transporta. É uma questão até de bom senso porque como a gente trabalha com hipóteses... os bombeiros não tem um diagnóstico específico, a gente não pode afirmar: você quebrou, aqui lesionou... A gente trabalha com hipóteses, então é isso, todo mundo que chegar lá e falar que está passando mal, você transporta, abre um atendimento, faz a ficha, pega os dados e leva (Estetoscópio, 32 anos).

Ocorre de outra forma, como aponta Dejours (1988), a substituição dos mecanismos de defesa individuais pela estratégia da surdina (p. 36) - aqui ofertada na fala pelo "ato de fazer" - e a invasão da identidade a partir do trabalho também no seu tempo fora de trabalho (p. 37), e conseqüentemente, o pronto atendimento a ocorrências exercido por cada militar é afetado pela forma com que "esta organização do trabalho exerce no funcionamento mental" (p.41) exercido pelo forte condicionamento a obediência e não interpelação.

A coerência da "ideologia de defesa" por parte do grupo, para assumir uma identidade forte, tanto física quanto psicologicamente é parte interessante para manter a organização do trabalho favorecida por uma rigidez, que não pode nem mesmo com a realidade de trabalho a que estão expostos durante sua jornada se perder. Ela aparece em suas formas mais eficazes do que qualquer outro dispositivo de motivação do trabalho, que obrigatoriamente conduz o trabalhador a realizar muitas de suas atividades de forma eficaz com aquela que a instituição de trabalho requer e necessita para manter seu padrão de aceitação pública e visibilidade.

A relação de enfrentamento dentro mesmo da corporação é própria da divisão efetuada entre os trabalhadores por um modelo quase que Taylorista da atividade de bombeiros, entre aqueles que realizam a atividade de resgate, os "administrativos", e o pessoal do incêndio, salvamento, mergulho e telefonia.

É uma diferenciação que leva em conta não só a especialização do trabalho, mas, entre os próprios socorristas e também pela diferenciação sexual.

Essa “rivalidade”, entre diferentes áreas de serviço dos bombeiros, mais evidente no caso de Goiás do que em São Paulo, não aparecendo em São Paulo pelo exercício de revezamento aplicado a todos os bombeiros operacionais de um quartel. Não acontece em Goiânia, onde há um processo de separação “especializada” de quem realiza o serviço de resgate, dos demais quartéis e profissionais de outras áreas.

É da tríade relação indivíduo socorrista, quartel e sociedade que os discursos dos trabalhadores descrevem dois tipos de sofrimentos acentuados, provenientes da cobrança institucional militar dentro do quartel, e da cobrança feita pela sociedade, que requer deste profissional um comportamento totalmente baseado naquilo que se pensa como exemplo de altruísmo e “perfeição”. Esta cobrança projeta a formação de dois sentimentos: a insatisfação e a ansiedade. Insatisfação com o não reconhecimento dos socorristas em nível interno, e ansiedade em relação à cobrança exigida pela população da forma de ser e efetuar o trabalho de resgate por parte dos socorristas.

É nessa perspectiva de insatisfação em ser despersonalizado pelo trabalho e pela farda, ser apenas executante de tarefas e não poder falar sobre isso e sobre si, e até mesmo em relação a sua doença laboral, que nasce a imagem de indignidade e dilema frente ao trabalho de socorrista de bombeiros. Muitos dos trabalhadores questionam sua verdadeira existência laboral, quando comparam o momento em que entraram no trabalho e como são agora em relação ao seu próprio desenvolvimento intelectual. É importante lembrar que muitos dos problemas de saúde evidenciados nos trabalhadores podem ser explicados pelo cansaço resultante do esforço físico e psíquico necessários para um bombeiro manter-se no exercício da atividade de risco que desempenha.

É evidente que como as atividades ditas do setor de serviço são acompanhadas por uma maior diversidade em relação às condições e formas

de trabalho, o pronto-socorrismo tem suas adrenalinas e seus estímulos psicossensoriais de um trabalho variado, mas também conta por outro lado com uma carga de repetitividade grande, em relação ao que se desenvolve dentro do quartel, principalmente em relação às pressões hierárquicas militares de comportamento.

Observando por este lado, tentar realizar apenas mudanças ergonômicas nas relações de trabalho de resgate, é cair numa limitação de apropriações, onde é deixada de lado uma necessidade que este trabalhador tem de falar de si e de suas concepções e que ele mesmo ajuda a desenvolver. É colocar este trabalhador numa situação marcada por um nível de insatisfação que não se consegue diminuir, acabando por gerar um sentimento de sofrimento no trabalho (Dejours, 1988, p. 52).

Quando o socorrista não concorda com as condições que lhe é imposta no ambiente do trabalho, ele de certa forma passa a não aceitar a si mesmo naquela situação de trabalho, pela forma que é realizado, e pela impotência que tem frente a uma possibilidade de mudança. Essa é a forma como é descrita a caracterização do sofrimento nos socorristas, e da problemática da relação de saúde no trabalho. É a permanência do sentimento de invalidação da mudança ergonômica, como possibilidade de sozinha realizar satisfação para os trabalhadores. É o sentimento de uma mudança ergonômica que primeiramente visa uma alegria, mas que posteriormente não consegue realizar a permanência dessa felicidade, por não sobressair a todas as negatividades advindas de outras partes de relacionamento do trabalho e de seu conteúdo significativo, que para os trabalhadores gera o sentimento de frustração.

O medo de falar a respeito de todas essas circunstâncias de sentimento em relação ao trabalho pode ocorrer por dois pontos significativos: primeiro pelo estabelecimento da hierarquia militar, e por outro, o sentimento de inferioridade em relação aos demais trabalhadores socorristas quando realizado um discurso acerca de si e de suas impossibilidades em relação ao exercício do trabalho não só físico, mas psíquico.

O medo de sofrer sanções disciplinares faz com que muitos se calem em relação a contribuições em torno de melhoria em seu trabalho, ocorrendo o sentimento de angústia²⁴ (Dejours, p. 63, 1988) produzido individualmente. Justificamos esta perspectiva do medo, distanciando da ideia de medo advinda da profissão, que é natural pela adversidade de riscos tão enfatizada na primeira parte deste trabalho. Colocamos aqui uma instância de medo totalmente diferenciada e própria das relações internas do trabalho e de sua gestão: o medo demonstrado em situações de perigo mesmo à vida dos socorristas fora do ambiente de trabalho, tão bem explicitado nas falas tanto dos socorristas de Goiás, quanto de São Paulo. A exposição de um “risco mal conhecido” (Dejours, 1988, p.64):

Hoje eu não uso mais uniforme. Mas como um profissional há vinte anos na área, já teve momentos de eu ter orgulho de andar fardado. Muitas vezes, me deslocava pra locais fardado, porque eu tinha orgulho da minha farda. Hoje já por causa da situação que nós estamos convivendo (morte de militares em São Paulo pelo PCC) não tenho mais esse prazer (Cânula de Guedel, 40 anos).

Os dilemas do medo não constatados, do medo descredenciado, fazem com que apareça aos olhos de outros como desconhecido por seus atuantes o que não é verdade, pois todos os trabalhadores o sabem, mas por motivos institucionais não os revelam. A coragem a nível deste grupo é o fator mais utilizado como motivador para o exercício do socorrismo. Sem o motivador da coragem se torna, segundo as falas dos socorristas, mais difícil de realizar as atividades, não é possível enfrentar tudo o que pode ocorrer de excepcional, tudo o que ocorrer de improvável, de desgastante, de crítico, de falta de material e meio saudável de trabalho, e que o socorrista para ser um bom profissional tem que conseguir solucionar. A coragem é o antídoto contra o medo de não poder fazer, de não poder salvar uma vida.

Eu acho que é muito estressante, porque a gente trabalha com o trânsito, trabalha com militarismo, que trata as pessoas mais como objetos do que como seres humanos. Você está na frente de uma farda e a farda às vezes toma a forma da sua pele e você tem que aguentar, porque você é bombeiro, e às vezes a gente não suporta determinadas

²⁴ A angústia resulta de um conflito intrapsíquico, isto é de uma contradição entre dois impulsos inconciliáveis, entre dois desejos.

pressões. Então, eu acho que a dificuldade maior é a estrutura da entidade, que ainda é muito opressora. É alguns problemas que a gente tem no dia-a-dia do trabalho, mas ainda sim, é uma função muito boa, apesar das dificuldades (Atadura, 30 anos).

Como o serviço de resgate é um exemplo do setor terciário, ele produz em suas atuações relações afetivas entre vítimas e socorristas, nessa interação de trabalho surgem as inquietações, e essas servem de mola propulsora para fazer com que os socorristas desempenhem seu serviço e aumentem assim a responsabilidade de sempre fazer bem o trabalho, mesmo que as condições de realização deste trabalho extrapolem a possibilidade de execução.

Podemos observar que é no final de semana que acontece o maior número de ocorrências ditas mais “caxias”, que envolvem uma maior gama de estresse e risco ocupacional, pois levam em conta as agressões físicas e acidentes de trânsito envolvendo maiores danos às vítimas e conseqüentemente maior dificuldade de trabalho e maior necessidade de um comportamento dito “profissional” por parte dos trabalhadores.

O “sentimento de ansiedade” em relação à execução do serviço favorece para que ocorra uma diminuição do equilíbrio mental dos trabalhadores, que contamina as relações fora do trabalho e principalmente à família. Toda essa ansiedade é “sequela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo” (Dejours, 1988, p. 78).

É neste aspecto que podemos corroborar na situação de socorristas, o que foi observada nos estudos de Dejours (1988) sobre a “ideologia da profissão” de um orgulho, insolência e agressividade necessária para manter a moral e enfrentar as condições de trabalho que estão tão próximas da morte, e manter mesmo assim o equilíbrio e a estabilidade da personalidade.

Essa adaptação ao meio de trabalho, e todas as suas intempéries, requer profissionais selecionados física e psicossensorialmente, que tendem a ser mais aptos e adaptáveis ao recebimento de descargas excessivas de estresse e imputabilidade de responsabilidade. A tarefa do socorrista de resgate é de extrema complexidade necessitando para sua execução uma

associação entre qualidades intelectuais, psicológicas e físicas, exigindo do sujeito executor também uma capacidade teórico-prática. Nesta situação, da profissão de bombeiros socorristas, “a motivação é objeto de uma atenção exemplar da parte da hierarquia” (Dejours, 1988, p. 87).

É a motivação, no caso dos bombeiros, recebida fora do quartel pela população, que promove uma tolerância tanto técnica quanto psíquica frente ao medo. É a aparecimento da satisfação no trabalho que gera um conteúdo significativo da tarefa de salvar vidas, e que pode muitas vezes colocar a situação de conteúdo ergonômico da tarefa em hierarquização inferior de importância frente aos sentimentos em relação ao trabalho executado.

O que parece acontecer é uma “liberação” do trabalhador socorrista na execução das ocorrências quando estes estão na rua e em atividade. É a prevalência da autonomia do socorrista, em choque com o ambiente disciplinado, hierarquizado e militarizado do quartel. É na interação com as vítimas e no reconhecimento social que se confirma a plasticidade do profissional, muito mais que sua coragem.

Estar o tempo todo dentro do quartel é manter-se o tempo todo submetido às pressões hierárquicas, para sair dessa pressão os militares querem sempre sair, e nada melhor do que o surgimento de ocorrências para acontecer essas escapadas. Desta maneira, entende-se parte das vezes em que os socorristas são voluntários para atender ocorrências, isso também revela, que na verdade eles estão querendo se afastar do quartel e manter uma liberdade autônoma que só é conseguida na execução do trabalho de socorrista feito longe da vigilância hierárquica.

É no aspecto particular da especialização que Freidson (1986) corrobora para salientar a técnica como aparato de conhecimento frente às situações de risco tendo assim, um conhecimento tido como segredo da profissão que só é compartilhado por aqueles que estão inseridos na execução da atividade. É o saber do trabalhador de forma pragmática, plástica e operatória que vai sendo

aprendido e repassado àqueles que fazem parte da realidade do trabalho. É a transmissão do conhecimento pela oralidade, pelos macetes, pelos “bizus”²⁵.

O medo de sofrer represálias militares tanto por parte dos superiores quanto por parte dos pares e subordinados, de ser considerado indevido para o serviço de resgate, de ser caracterizado como “frouxo, lendia, escamão, fraco, folgado e principalmente preguiçoso”, favorece para que ocorra um aumento da produtividade de serviço de bombeiros, onde quanto mais se efetua atendimentos, mais se tem reconhecimento por parte da sociedade.

Ser transferido para outro quartel ou para uma seção que impeça o socorrista de estudar e fazer suas escalas “interessantes” para a vida particular demonstra como muitas vezes este trabalho possa estar ligado à própria satisfação de si e não somente dos outros. É a tensão nervosa do medo e angústia por estar o tempo todo sendo observado, e ter a possibilidade de ao menor erro ser punido, e punido com uma transferência a bem da disciplina que mais atormenta os trabalhadores.

De acordo com Dejours, ocorre também no uso da farda, a obrigatoriedade para que o militar “*reprima* suas intenções, suas iniciativas e sua linguagem [...] sua *personalidade*” com a permanência de um discurso impregnado de certo distanciamento para com as vítimas que também tem como protocolo “a proibição de qualquer relação psico-afetiva” (Dejours, 1988, p.101).

A definição da personalidade do trabalhador na execução da tarefa de resgate corrobora para que aconteça uma violência em relação à subjetividade do trabalhador. Essa violência pode ser diagnosticada pela própria relação militar de controle e disciplina e também pelo medo e ansiedade do risco de erro e de condicionamento às regras exigidas que levassem a uma “neurose marcada pela organização do trabalho” (p.102). O medo é ainda maior quando se tem ignorância em relação ao que se faz. Não saber as regras, não saber

²⁵ Designação dada pelo grupo de socorristas militares a técnicas não declaradas nos protocolos de atendimento a vítimas, mas que são importantíssimas para o atendimento, e são repassadas pelo grupo sempre por aqueles que já aprenderam o segredo com outro militar socorrista mais antigo na profissão.

dos “bizus”, é o mesmo que estar em outro mundo de trabalho e não participar daquilo que os trabalhadores chamam de vivência do quartel. “O que é explorado pela organização do trabalho não é o sofrimento, em si mesmo, mas principalmente os mecanismos de defesa utilizados contra esse sofrimento” (p. 104).

O medo não é mais que a própria utilidade individual em cobrar de si uma atitude em relação àquilo que ele desconhece as reais condições dos processos do trabalho. É a produção desses “bizus” que garante a continuação do trabalho de socorrismo e, como estratégia defensiva, permite aumentar a produtividade do trabalho de socorrismo em que “basta que se diminua a pressão organizacional para fazer desaparecer toda manifestação do sofrimento” (p. 120).

Quando não se consegue manter essa tolerância profissional para a realização do serviço de resgate, uma das soluções possíveis é realizar a rotatividade dentro das áreas de trabalho diversificadas do quartel. Em Goiás utiliza-se a transferência para o administrativo, ou para o trabalho de transporte de recém-nascidos, ou atendimento nas USA (Unidade de Suporte Avançado) que fazem um número menor de atendimentos. Em São Paulo a saída, também é a rotatividade para outras áreas de trabalho dentro do quartel, impostas pela própria administração que contam com o incêndio e salvamento.

Capítulo 3

Uma configuração da realidade do trabalho do bombeiro militar: A fala dos trabalhadores

Para realizar algumas reflexões finais, vale retomar a indagação à qual iniciamos esta dissertação: Os trabalhadores bombeiros militares socorristas se veem como heróis? Essa discussão foi feita durante a exposição dos capítulos um e dois, retomando algumas teorias sobre identidade e profissionalismo, e possibilitou a discussão principal contida nesta dissertação que é meu ponto de partida para o entendimento de como se dá a representação social de bombeiros em nossa sociedade.

Neste sentido, a representação social consiste num fenômeno que, do ponto de vista analítico, tem em sua concepção inicial uma dimensão qualitativa, antes de ser um mero fluir quantitativo, a ser gerenciado e controlado. De forma que, refletir sobre a representação social de bombeiros de resgate requer considerá-lo a partir da dimensão do vivido, do experimentado e do representado cotidianamente (Cardoso, 2008, p. 299).

Para responder uma inquietação própria, por ser ao mesmo tempo pesquisadora e sujeito de pesquisa, parti de uma idealização sobre a representação social da profissão de bombeiros e particularmente de socorrista em duas frentes: uma dada pela sociedade que é a significação de herói, e aquela enfatizada pelo socorristas que é a técnica profissional. Sendo assim, sobre o profissional socorrista poderiam existir duas possíveis representações, uma que conforma com a significação de herói dada pela sociedade e outra que não conforma com essa significação, devida mesmo a própria vivência do trabalho como socorrista e como conhecedor das técnicas profissionais utilizada na atividade.

Parte dessa vivência do trabalho está aqui, melhor exposta em dados, para perceber como existe uma diferenciação no que diz respeito à maneira de apreender a representação de herói, que não pode ser só creditada ao tipo de escala de serviço, ao tipo de cidade, ou organograma institucional, mas pela própria realidade do trabalho que acentuada ao limite do cansaço que são as descrições aqui conferidas ao trabalho noturno, demonstram as vivências representativas da profissão e de como é tecida a convivência militar desses trabalhadores.

A análise da representação cotidiana do serviço de resgate pelos socorristas, contudo, não significa apenas revelar uma nova identidade do

trabalho militar, mas, acima de tudo perceber como podem surgir rupturas ou continuidades de uma caracterização heroica concebida socialmente e que influencia muito a vida particular de seus trabalhadores e a forma com que os processos de legitimação e criação de direitos no campo trabalhista se tornam incipientes diante da forma com que a sociedade brasileira os percebem.

3.1 A construção de um objeto social

As ciências sociais sempre tiveram uma preocupação com os estudos realizados acerca das associações de pessoas. O desenvolvimento científico da pesquisa, nestes aspectos, sempre leva em consideração que as mesmas pessoas que desenvolvem pesquisas sobre as associações a todo tempo defrontam-se consigo mesmas. Elas são “objetos”, e também são “sujeitos”, são ao mesmo tempo observadores e coadjuvantes das situações dadas como análise (ELIAS, 1998). Seguindo esse raciocínio pode-se deduzir que a tarefa de um cientista social é pesquisar e fazer com que as pessoas entendam como certas formas de pensamento acerca de determinado objeto podem surgir pela visão entre o objeto e a representação que ele emana num contexto maior.

A natureza do serviço de resgate condiciona inúmeras interpretações acerca do que é em essência um socorrista, seu trabalho e o que a natureza de suas ações e de sua identidade laboral reflete para quem os percebe. Algo importante, neste aspecto, é entender como o próprio objeto se percebe a partir do que ele mesmo constrói como pensamento sobre si. Saber o que os profissionais pensam, sentem, aceitam ou rejeitam sobre sua identidade e realidade é parte imprescindível para a construção desse sujeito.

A perspectiva de quem desempenha a atividade é saliente para entender a realidade, porque mesmo que outros pesquisadores viessem a pesquisar tal área de trabalho, muitos iriam se sentir próximos dessa atividade pela enorme aceitabilidade que dispõem na sociedade como socorristas e bombeiros, e possivelmente, viriam a coadunar com as predisposições já ofertadas no âmbito da sociedade, e não entenderiam muitas das agruras também expressadas acerca do militarismo.

Minha posição no entendimento deste objeto de estudo, o trabalho de socorristas militares de Goiás e São Paulo é permeado por uma situação de proximidade, porque como pesquisadora, sou também bombeira socorrista e trabalhei no Batalhão de Salvamento em Emergência de Goiânia, por quase dez anos. Como socióloga, não estou sujeita a ficar presa em apenas um dilema. Intento neste trabalho, colocar o grupo profissional “socorrista” de frente a um espelho que projeta a imagem de si mesmo, com a perspectiva que cada trabalhador tem de si individualmente como profissional e posteriormente

verificá-la frente ao que a sociedade pensa e tem como conhecimento sobre eles. Consecutivamente, intentei elaborar pontos de intersecção que garantissem uma demonstração identitária configurada não na crítica de outro grupo, mas tendo como ponto de partida as falas dos próprios socorristas. Minha posição como observadora foi tentar efetuar um exame científico do objeto de forma mais desapaixonada, mais distanciada das caracterizações ressaltadas pelo senso comum, e muitas vezes enfatizada pela mídia: a de que estes trabalhadores são “heróis”.

A exigência de que eu fosse acadêmica para pesquisar uma área que não é muito aberta - atitude institucional explicável pela condição militar, que tem suas tarefas internas tidas como de caráter reservado - fruto do estágio social de especialização de atividades que temos atualmente, me favoreceu para entender muitas das situações em relação à rotina do trabalho e o desenvolvimento de uma percepção sociológica no campo da confrontação. Efetuando o trabalho comparativo, me deparei com situações de total desconhecimento institucional sobre essas rotinas de funcionamento e percepção da realidade de trabalho, principalmente durante o trabalho de campo realizado em São Paulo (SP) e o tempo em que fiquei alojada no quartel de Campinas (SP), durante a realização da bolsa sanduíche na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A intenção primordial do estudo foi tentar compreender se os bombeiros militares socorristas de resgate se identificam com a representação heróica que a sociedade tem deles ressaltando as características que os mesmos remetem a si. Para isso, com o objetivo de entender quais seriam as respostas diante de tal suposição optei por entender primeiramente como se deu a imagem social de herói em torno da profissão de bombeiros atualmente e quais elementos (risco, tipo de serviço, imagem social, divulgação midiática, etc) contribuíram para isso, seja num plano da natureza do trabalho realizado, seja nos incentivos sociais de representação que sobre eles foram firmados ao longo dos anos. Procurei ainda, realçar uma nova identidade de bombeiros surgida principalmente no Brasil a partir da década de 1990 com a introdução efetiva do serviço de resgate pré-hospitalar nas instituições de serviço militar de bombeiros: os próprios socorristas em questão.

A escolha pelos dois Batalhões de estudo, Goiás e São Paulo, se deu na tentativa de responder indagações acerca de diferenciações no funcionamento da atividade desses dois grupos de trabalhadores, precisei para isso, “saber de dentro como esses seres humanos vivenciam seus próprios grupos e outros, o que não se pode conhecer sem a participação e envolvimentos afetivos” (Elias, 1998, p. 126). Uma questão desafiadora, porque, ao mesmo tempo, tinha que manter separados meus dois papéis: de membro da corporação/grupo e de pesquisadora, o que respectivamente incide como grupo profissional de socorrismo e como socióloga.

Como a abordagem sobre o serviço de socorrista requer primeiramente um entendimento acerca de como funciona o sistema militar, neste caso, minha situação efetiva como pesquisadora e socorrista, em muito favoreceu para a realização da pesquisa, tendo em vista a facilidade para entender a vida de caserna, os jargões da área, de técnica do trabalho, de sentimentos em relação às imposições militares, e etc. Por outro lado, a identidade militar de bombeiros tem uma realidade não pesquisada durante muitos anos, exigindo de minha parte como pesquisadora, uma abordagem mais “distanciada” do objeto de estudo.

A escolha pela utilização de entrevistas com os trabalhadores tentou responder questões que academicamente ainda não foram trabalhadas, particularmente num ponto que relacionasse a questão do indivíduo profissional com aqueles com quem ele se relaciona: o trabalho de socorrismo, o sistema militar e a sociedade em geral. Isso demonstra que, como é um estudo que realiza uma análise de um contexto que trata também de seres sociais, não podemos esquecer que em sociedades como a nossa, as pessoas tendem a ser mais alienadas em abordagens de pesquisa que levam em conta mais os fatos para explicação de eventos ligados às ciências naturais do que sociais.

Existe, como Nobert Elias (1998) presume, um “envolvimento” até mesmo quando escolhemos o que pesquisar em qualquer área, em detrimento de outras opções de pesquisa. Este envolvimento, muitas vezes, é influenciado pelas necessidades específicas da comunidade à qual pertencemos. Nas ciências naturais, esse envolvimento é protegido por padrões profissionais estabelecidos e institucionalizados pelos pesquisadores.

Como pesquisadora, sempre me intrigou a forma como as pessoas me tratavam quando ficavam sabendo que eu era bombeira. A representação social dos bombeiros como seres diferenciados, como heróis sempre esteve atrelada a minha identidade particular em todos os grupos sociais aos quais eu frequentava, fosse à igreja, faculdade, família, contexto de amigos, todos ficavam surpresos com o fato de ser mulher, bombeira e ainda mais socorrista. Notava que essa situação também acontecia com os demais colegas de trabalho, numa frequência sempre positiva.

Como toda a vida social é uma inter-relação de pensamentos e ações que flutuam numa balança entre os polos de envolvimento e alienação, a questão principal do trabalho proposto e até da comunidade científica é o que está no *continuum* entre esses dois polos. O que realmente pode ser considerado sobre os socorristas não confere com as representações que os bombeiros têm de si. Mesmo sendo do senso comum, e por mais incabíveis que pareçam ser essas representações, elas perduram pela rotina da vida acabando em tornar-se verdade.

A questão de trabalhar com o significado social de bombeiros socorristas de forma a questionar o signo de herói tão enraizado, serviu excepcionalmente para que pudesse elencar mais sobre a identidade ocupacional e técnica desse profissional em detrimento da representação de herói. Foi um percurso que visou mostrar mais sobre a técnica e formação especializada do trabalhador, tentando diminuir formas mais envolvidas de visões sobre esses trabalhadores diante da realidade de suas tarefas. Essa atitude fez com que a partir das falas dos socorristas pudesse ser revista a representação que os trabalhadores têm deles mesmos. Isso foi possível, desenvolvendo estudos mais metódicos, pautados numa análise adequada dos depoimentos e por um caminho que apregou uma inversão da representação social que eles têm, levando apenas a consideração de uma capacidade de olhar para eles mesmos como profissionais *experts* na área de risco e no tratamento de acidentados e/ou emergências clínicas.

Raciocinando sobre o meio em que estava inserida pude criar um problema de discussão, o caminho percorrido para o exercício de tal capacidade permeou o exame de um processo crítico de tipo específico, que

pontuou o controle de minha emoção em meio a aspectos de situação crítica (ELIAS, 1998) de envolvimento político com minha própria profissão e de um novo olhar mais apurado acerca dos relatos que se levantavam nas entrevistas como algo não percebido por mim na interação com os dois ambientes de pesquisa.

A crítica como pesquisadora foi construída basicamente a partir da representação heroica, de indivíduos com habilidades especiais, idôneos, “mocinhos”, simbolicamente sensuais, e vocacionados para o exercício da profissão de bombeiros e socorrista. A indagação primária surgiu pela forma com que principalmente a televisão retrata esse profissional discutindo a identidade firmada em novelas, filmes, desenhos, seriados, músicas, revistas, jornais, reportagens televisivas e etc.

O auge de minha indagação como pesquisadora ocorria sempre, quando via na televisão o que os jornalistas e repórteres falavam a respeito dos bombeiros, de como eles eram respeitados e queridos pela população em geral, mas nunca era acentuada, a identidade deles como homens e mulheres, como seres de necessidades fisiológicas e psíquicas como os demais em qualquer atividade principalmente ligadas ao cuidado de outras pessoas. Intrigavam-me, nestes espaços de representação social e mídia, como eram rotulados seus comportamentos e atitudes em relação à corporação e à sociedade como um todo. Os exemplos mais emblemáticos dessas considerações televisivas foram os filmes: *Fahrenheit 451* (1966), *Tormenta de Fogo/Firestorm* (1998), *Rescue Me* (2004), *Brigada 49* (2004) e *Inferno em Berlim* (2007). Sem nos esquecer dos seriados: *Brigada 8* (1958), *Emergency Ward* (1972), e *Chicago Fire* (2012) – que atualmente carregam milhares de fãs. E numa realidade mais próxima as novelas brasileiras: *Celebridade* (2003) e *Chamas da vida* (2008) que aumentaram ainda mais as imagens no pensamento social referenciada aos bombeiros.

A partir de todas essas formas de descrição da atividade de bombeiros pela mídia, procurei de outro modo, rever essa descrição social dos bombeiros e particularmente dos socorristas. Procurei perceber a importância de existir um equilíbrio emocional da pessoa e o processo mais amplo que a envolve, denotando uma maior capacidade do profissional em se orientar pela técnica

recebida na socialização profissional. Deduzindo de maneira eficaz, que na atividade de bombeiros não se torna “difícil compreender que o conhecimento de qualquer ser individual específico depende do fundo de conhecimento disponível em sua sociedade” (Elias, 1998, pág. 175) e que este fundo de conhecimento, promove para que muitas das caracterizações acerca de um dado objeto possam vir a ser encaradas como a verdadeira para aqueles que a descrevem, mas não para aqueles que são descritos.

Todo o conhecimento desfrutado pela sociedade atual conserva em si uma determinada etapa de um longo processo de avanço do conhecimento desenvolvido de geração em geração. Não é fácil então, empreender a descrição da atividade de bombeiros socorristas, meu objeto de estudo, que conheço as dinâmicas e rotinas de trabalho, para aqueles que não conhecem tal atividade. Tal empreitada foi solucionada pela insistência de minha orientadora Telma que sempre me questionava a respeito do que eu explanava em meus textos. Muitas vezes ela se colocava com um olhar atento em nossas conversas procurando nivelar minha fala ao que as pessoas poderiam não entender, e me fazia repetidamente apresentar o que tinha aferido das interpretações dos socorristas e de nossa vivência militar.

Assim, o trabalho foi ganhando um perfil que possibilitou um pensar da atividade de bombeiros como parte da própria capacidade adquirida pelo fundo social de conhecimento contrastado durante anos pela sociedade e pelo grupo. A possibilidade ou não de se pensar sobre uma “manipulação silenciosa” do símbolo social da atividade de bombeiros como herói, é fruto de um aprendizado, e esse aprendizado foi adquirido primordialmente pela experiência como pesquisadora, oriunda da formação acadêmica nas ciências sociais e do desenvolvimento de um processo crítico de orientação sociológica. Capacidade esta, distinguida por um aprendizado e exercício em pesquisa que começou no segundo ano de academia, no curso de ciências sociais da Universidade federal de Goiás.

Se considerarmos que existe uma relação entre o desenvolvimento do conhecimento humano e os processos de civilização, verificamos que todos esses processos até mesmo de produção do pensamento padrão de sua época eram influenciados por afetos, desejos e medos próprios. O padrão coletivo de

conhecimento nas sociedades científicas possibilitou a discriminação entre sonho e realidade, feito a partir de um tempo muito longo de formação de conhecimento que forneceu um maior nível de controle emocional.

Na sociedade atual temos uma importante extensão do conhecimento real do mundo, assim, temos um importante controle sobre os perigos. Esse controle nos fornece por sua vez um padrão específico inato para reagir não só a perigos, mas, a pensamentos que em nosso cunho de aceitabilidade parece não corresponder à realidade que vivemos. Mesmo assim, acontece que “as questões do conhecimento são discutidas como se estivessem em um vácuo humano, ou seja, sem a referência aos seres humanos e sua personalidade” (Elias, 1998, p. 196).

O desencanto emocional é parte recorrente dos grandes avanços do conhecimento científico, é nesta perspectiva que coloco este trabalho de pesquisa, como algo que pode ir contra o que é concebido como socialmente verdadeiro em nossa sociedade. Desta forma, impacta a representação que os indivíduos têm de si como seres sociais e do lugar que ocupam no universo, da importância que têm como atores sociais e de uma conscientização do significado emocional originado pela experiência de mundo que eles têm.

São as mudanças na estrutura da sociedade, na forma de pensar, bem como, na personalidade dos indivíduos que garantem que uma ideia seja aceita pela opinião pública de uma sociedade. É o aceitar de uma visão de mundo, até mesmo contrária àquela emocionalmente difundida pela sociedade, mas que é própria de quem realiza e faz parte do objeto que promove o desencantamento e uma estrutura de avanço para garantirmos conhecimento. É a partir da instituição de um paradoxo como abordagem científica, numa visão até mesmo desencantadora sobre a representação social dos bombeiros. É pela promoção de um contra-senso que tem como maior questão de envolvimento, indivíduos não como apenas parte explicatória de um todo, mas, como seres em existência social e formadores desta realidade da qual participam.

3.1.1 Sobre o pensado

O modo como os membros individuais de um grupo vivenciam qualquer coisa que afete seus sentidos, o significado que isso tem para eles, dependem dos padrões de lidar com esses fenômenos que gradualmente se desenvolveram em suas sociedades, bem como de pensar e falar sobre eles (Elias, 2008, p.109).

A partir da constatação de Nobert Elias temos que o exercício do distanciamento realizado pelo cientista começa primeiramente quando, na busca por conhecimento, como pesquisador, coloca-se a possibilidade de formação de estudos que possam gerar conflitos com aquilo que é dado como conhecimento social existente e tido como verdade por uma sociedade. Essa atitude do pesquisador vem de outro modo favorecer processos de dilemas e assim, o exercício da ciência por vias que busquem até mesmo questionar utopias ou conhecimentos já predominantemente conservados numa relação de representação sobre um objeto.

Elias (1998) concebe a alienação como sendo um processo que permeia uma ação de indiferença frente a problemas políticos e sociais. O autor caracteriza o medo das pessoas e o perigo que as ronda, como elementos que influenciam para determinar o tipo de conhecimento e atividade científica desenvolvida em determinado período histórico. Ele apregoa que esse conhecimento, esse fundo social de conhecimento sobre as coisas e pessoas é fruto de um processo de relacionamento com os elementos medo e perigo, podendo ser circular e espiral, tendo momentos de maior envolvimento e maior alienação, dependendo do padrão e nível de consciência sobre um evento, seja ele natural ou social.

Pensar a questão de socorrismo, como uma atividade exercida pelo Estado, por militares, por profissionais tecnicamente capacitados, numa sociedade que é historicamente moderna, e que ainda percebe esses socorristas a partir de uma relação mítica de heroísmo, é inferir uma questão central de desconstrução e dessacralização dessa representação à sociedade. É tentar entender como e porque, essa conceituação ainda é frequentemente ressaltada, se nosso fundo social de conhecimento nos dá possibilidades para desenvolver outra concepção sobre esses trabalhadores.

É a exibição de um dilema científico que conflitua credos sociais antagônicos, entre como o trabalhador se vê e como os outros o veem, e tentar entender como a realidade é sentida e vivida por esses profissionais, principalmente na questão que envolve sua identidade individual, de grupo e social. Sem deixar de fomentar de maneira crítica o próprio estágio em que vivemos de uma sociedade de risco, de consumo e de desenvolvimento técnico exacerbado que contrasta com muitas das concepções sociais ainda sedimentadas em nosso fundo social de conhecimento.

A tentativa desta pesquisa com socorristas foi responder de maneira científica a essas suposições “míticas” por meio de uma diminuição dos dilemas que rodeiam de forma fantasiosa a atividade desses profissionais socorristas. Como os perigos são incontroláveis em nossa sociedade, e no atual estágio de desenvolvimento que estamos vivendo, a primeira suposição que pensamos, a respeito desta interpretação que a sociedade brasileira tem dos socorristas é que “os padrões sociais não só permitem, mas exigem grande envolvimento emocional, alta afetividade de pensamento, menor controle dos sentimentos sociais, tanto nas práticas sociais como nos meios de orientação a elas ligados” (Elias, 1998, p.241-242) e que fazem com que nos trabalhos de socorrismo, muitas vezes, os “impulsos humanos, emoções e afetos fortes” exerçam sobre os socorristas uma pressão para agir, para salvar.

A questão proeminente em realizar uma pesquisa como esta é vista pela própria dificuldade encontrada em sociedades como a brasileira, que possui um envolvimento maior da sociedade em relação aos socorristas, caracterizado não só pelo não conhecimento especializado da atividade em si, mas também pelo alto grau de perigo e medo que a atividade lida e que se figura o socorrismo. Neste ponto, observar a relação entre a sociedade e os socorristas, a identidade dos últimos pode parecer inquestionável, mas de outro modo as possibilidades de sugestões para representá-la não.

Para resolver estas “novas” formas de envolvimento geradas pela sociedade em torno dos socorristas, nada mais interessante que realizar um estudo sobre o que esses socorristas sentem, pensam e enfrentam em sua atividade. É uma proposta que resolve compreender uma resposta a partir do próprio trabalhador socorrista, mostrando-os de uma maneira que eles

normalmente não são vistos pelos outros e que para mim como pesquisadora e também socorrista, só foi possível afastando-me do objeto e de “mim mesma”. Meu objetivo principal foi apresentar uma realidade sobre os socorristas mais incisiva racionalmente, efetuando para isso pesquisa de campo em outro lugar que não conhecesse como foi feito em São Paulo.

Procurei evidenciar aqui uma compreensão mais ampla, histórica, social e profissional sobre os socorristas. É um passo para perceber os socorristas mais claramente, num âmbito de uma identidade mais ligada ao trabalho. É uma proposta que poderá ser capaz de fazer com que o sujeito, como pessoa, adquira conhecimento sobre si mesmo e transmita esse conhecimento à sociedade da qual faz parte, considerando em ênfase sua realidade de trabalho.

3.2 As vivências da jornada de trabalho

Como tratado anteriormente na segunda parte desta dissertação, pensar em racionalidade econômica na atividade de socorrismo é deveras inoportuno, pela propriedade natural da atividade que desempenham: salvar vidas. Isso não impossibilita, porém, de pensarmos nos trabalhadores socorristas numa outra questão relevante: seu tempo de trabalho. São as situações em que o socorrista está dentro do quartel, ou fora dele, nas horas que antecedem a entrada na escala de serviço, desde a preparação para a jornada, conferência de material e etc, situações essas que, se encontram além do tempo que compõe a jornada de trabalho (CARDOSO, 2008) e que não representam para eles ganho, nem mesmo para contabilizar como tempo de trabalho que aqui nos chama atenção para análise.

São as situações em que os socorristas ficam executando suas tarefas mesmo já tendo extinguido sua carga horária de trabalho, e que representaria nas outras categorias de trabalho “horas extras”, mas que nesta atividade, não são encaradas e nem contabilizadas, nem remuneradas, que chamamos a atenção neste trabalho como proposta de discussão.

São essas situações relevantes no campo do direito do trabalho e não conferidas como pressuposto nessa ocupação, ações relacionadas às vivências da jornada de trabalho do socorrista e de sua saúde que procuramos demonstrar. Ações individuais que repetidamente são encontradas no grupo, servindo como fonte de reprodução as idealizações e de outra forma de recusa a elas com a afirmação de uma identidade técnica a partir dos comportamentos laborais que influenciam a vivência social e particular do profissional socorrista.

São os aspectos socializados do trabalho, de promoção de atitudes que revivificam a norma dos procedimentos fora do quartel e dentro dele, e que não são pautadas somente pela influência do sistema militar, mas também numa cobrança social em razão da propriedade do trabalho e de um mandado social que se apresentam como motivo de pressão e estresse. Para conferir este íterim passaremos agora a problematizar os socorristas nos dois lócus de pesquisa a partir da descrição de suas realidades cotidianas em um antes, durante e depois da atividade.

Os profissionais socorristas, tanto em São Paulo quanto em Goiás, passam por uma rotina anterior ao trabalho cheia de “preparações” anteriores ao exercício do trabalho. Eles adotam medidas de economia de sono, de diminuição da participação em atividades sociais, como festas, barzinhos, etc; julgando ser este um comportamento adequado e natural para a boa execução de sua tarefa, principalmente a ser feita no dia que antecede sua escala de serviço. É a prerrogativa da importância social do trabalho que querendo ou não influencia na vida particular do socorrista.

Essas atitudes em relação ao propósito do trabalho é o exemplo mais significativo da produção de uma “ideologia da responsabilidade” nos serviços de bombeiros. Essa ideologia comportamental começa antes da execução da jornada e se prolonga após o seu término. É composta pela responsabilidade de privar-se individualmente para executar um bem a todos, e que conseqüentemente favorece para que seja elevado o nível de atuação e comprometimento da instituição com a sociedade.

Outra instância deste processo de preparação é a formação da “ideologia da expectativa”. Esta ideologia se pauta numa sistematização racional de possibilidades de acontecimentos que vão de uma proporção que envolve os acidentes mais graves durante a jornada, até mesmo a um número maior de eventos que justifique uma melhor preparação física e emocional. Não deixando de esquecer a possibilidade de atendimento a catástrofes.

Significativamente, as duas ideologias, responsabilidade e expectativa, somam para exercer sobre o trabalhador de resgate uma pressão social a partir do contexto de trabalho, que invade a vida pessoal e leva o profissional à carência de uma vida particular com um tempo maior para a execução até mesmo de “atividades para si” (GORZ, 2007).

O tempo em que os socorristas ficam no quartel à espera de ocorrências, pode ser considerado como um “tempo de descanso”, e funciona como uma “válvula de escape” a possíveis acontecimentos de extrema necessidade e estresse, que possam surgir. Esse “tempo de descanso” na verdade, não é um tempo de realmente descanso, explicando melhor, funciona como um tempo de descanso físico, mas não quer dizer que exista um descanso psicológico. Essa “válvula de escape” funciona como um arrefecimento da “situação de pressão”, pela qual os socorristas reclamam estar o tempo todo de jornada.

Eu trabalhei ontem à noite, na verdade eu trabalhei durante o dia também, trabalhei 24 horas ontem. Durante o dia a gente fez muita ocorrência. Na verdade, durante a tarde a gente ficou das duas horas da tarde até as seis em uma única ocorrência com um indivíduo drogado, que ficou enrolado lá no CAIS (Centro de Atendimento Imediato à Saúde). Eles não quiseram receber. Aí, a gente teve que encaminhar para um pronto socorro psiquiátrico. A gente ficou com esse indivíduo que deu trabalho a tarde inteira. Aí, à noite eu fui para outra viatura, para outro quartel. Trabalhei a noite inteira. Saí do quartel as seis e trinta, fui para minha casa. Às nove horas da manhã, tomei banho, vim para a faculdade e agora são 14:05 h e eu não dormi ainda, porque eu tenho outras necessidades a cumprir a não ser o quartel (Coxim, 27 anos).

A fala de Coxim, desmonta a possibilidade de uma “válvula de escape” na rotina de quartel que é quebrada muitas vezes pela ineficácia de operacionalização do sistema de saúde e também uma carga extenuante de ocorrências efetuadas pelos socorristas em seu período de jornada. O

entrevistado aponta outra problemática deste processo de intensificação de trabalho a não possibilidade de realizar suas atividades de cunho particular e segundo ele de importância: a faculdade. Maca Articulável vem somar outra perspectiva ao desgaste da jornada apontando que

por mais que você não faça muitas ocorrências você perde a qualidade de sono. É um tempo que você tira pra ficar exclusivamente no quartel. E fica naquela tensão no sobreaviso pensando no que vai acontecer daqui a pouco, vai tocar uma ocorrência, o que é que vai ser. Então você não fica relaxada nessas 24 horas (Maca articulável, 34 anos).

A pressão, sem dúvida, alguma é um dos condicionantes de cansaço tanto mental quanto físico. Ela funciona de outra forma como um estimulante à prontidão e atendimento às ocorrências. A pressão relatada pelos militares socorristas dentro do quartel chega a aproximar-se daquilo que Foucault descreve em *Vigiar e Punir*, de uma situação de ansiedade em que a disciplina funciona como “uma técnica de produção de corpos dóceis”, e no caso dos bombeiros militares pode ser interpretada como a prerrogativa de autoridade hierárquica. Estas autoridades utilizam de uma visão superior conduzindo um sistema de controle onde se tem o favorecimento de uma imposição às pessoas de alguns padrões de conduta estabelecidos por aqueles que detêm o poder e a formação do pensamento. Para estes não é necessário o uso da força para sua imposição, mas de uma pressão psicológica. Aqui a tortura é transferida do corpo para a alma, a partir de dois poderes presente no tipo de trabalho militar: a hierarquia e a disciplina.

Diante de tal situação, a relação de pressão “intra-quartel” favorece para que de outro lado, os militares socorristas se prontifiquem a atender ocorrências. Ser voluntário ao atendimento de ocorrências também é uma forma de distanciar do dilema encontrado dentro do quartel, que imprime uma relação distante de aceitação e reconhecimento encontrada nas relações de trabalho “extra-quartel”. Podemos considerar pelas falas que o reconhecimento encontrado fora do quartel distancia-se muito daquele conseguido pelos profissionais dentro do quartel.

Há várias formas de tempos dedicados ao trabalho para o quartel, mas que por ocorrerem fora da jornada de trabalho oficial, não são considerados

como tempo de trabalho em si. O tempo gasto na preparação física e psicológica pré-jornada, para fazer a barba, cuidar da farda, de transporte ao quartel e até mesmo a conferência de material nas viaturas no pátio do quartel, são exemplos explícitos de tempo de trabalho dedicado à atividade militar, mas que não são computados como tal.

São essas curiosidades da atividade de bombeiros socorristas que nos interessam quando propomos interpretar as noções de tempo e de espaço, jornada de trabalho e atividade “intra” e “extra-quartel”, que somadas levam a termo uma necessidade maior de sustentação desta maneira de conceber uma escala de serviço para esses socorristas e até mesmo a entender melhor o mecanismo de funcionamento daquilo que concebemos hoje a ser sua atividade de trabalho.

O que significa então trabalhar como socorrista? Quais representações do tempo de trabalho são construídas por esses trabalhadores? Como entender suas contestações em torno de uma jornada melhor de trabalho quando os próprios bombeiros desconhecem e não computam tempos de trabalho que julgam ser engajados ao indivíduo e a sua conduta, mas que são expressões da relação de posse do trabalho na vida particular?

São essas as nossas indagações e possivelmente críticas. Tendo como pressuposto que o ritmo de trabalho dos socorristas militares desconsidera necessidades básicas dos profissionais como comer, ir ao banheiro, tomar água, dormir, realizar atividades de cunho pessoal e afetivo. Essa vivência cotidiana com um ritmo acelerado de trabalho provoca um “impacto” nos trabalhadores, permanente uma vez que, na maioria das vezes, a dura jornada prolonga mais e mais o controle causando desconforto e doença nos trabalhadores com o passar dos anos.

Os trabalhadores com todas essas dificuldades da jornada de trabalho acentuadas criam estratégias individuais e coletivas para suportar a carga de desgaste em que estão expostos:

Eu já entro no serviço esperando uma ocorrência eu já sei que eu vou pegar uma ocorrência então eu já venho preparado. Durante o serviço, chega ali meia-noite, você já sabe que não vai pegar “aquele”... Mas quem trabalha a noite pega a ocorrência mais grave, então, agente já vem preparado para isso também (Óculos de proteção, 35 anos).

O período noturno é considerado pelos socorristas como mais propenso a efetuar ocorrências mais graves e a receber mais desgaste por parte de seus profissionais. Assim, eles precisam mais e mais retirar de seu tempo de descanso para compensar o período de labor com eficiência. A “preparação” invade a vida particular e as opções de exercício de uma vida social e até mesmo afetiva fora do ambiente de trabalho.

Ainda com essas estratégias de enfrentamento feitas durante a jornada, o resultado ao fim da jornada de trabalho acaba sendo sempre o estresse e o desânimo, que partindo para a vida particular, impedem que realizem atividades pessoais após as primeiras horas depois da escala de serviço penetrando de maneira direta e negativa sobre o tempo considerado “de folga” e “para si”:

E aí nas próximas 24 horas que são as primeiras da folga você está descansando, tentando tirar um pouco desse estresse. E nas próximas 24 horas que antecedem o serviço seguinte, agente está se preparando para o serviço seguinte, não dá para cansar muito, não dá pra fazer muita estripulia, por que você chega aqui, vão ser 24 horas e você nunca sabe como vão ser. Então, não dá pra fazer muita extravagância um dia antes. O período de folga eu acho pequeno em relação ao tempo trabalhado. Acaba sendo estressante (Maca articulável, 33 anos).

Desta parte, alguns socorristas relatam como seu trabalho influenciou sua vida particular apontando o surgimento de laços afetivos, fruto de um tempo considerado passado dentro do trabalho ou interligado com ele:

Bom eu sou casada e convivo a maior parte do tempo com meu marido que também é militar. Bom com a família, minha mãe, meus irmãos são as pessoas que eu vejo com mais frequência. (Maca Articulável, 33 anos).

Maca Articulável expressa suas identidades vindas a partir do trabalho: ser casada e ser militar. Essa acentuação de laços afetivos entre pessoas advindas do mesmo meio de trabalho é recorrente em atividades militares,

sejam pela influência da distinção entre as demais pessoas civis, seja pelo próprio entendimento acerca das formas diferenciadas do próprio trabalho militar, de formas de falar, como os jargões militares e/ou pelas influências das formas de “ser militar” e de distinção entre os demais grupos de trabalhadores.

Assim, são as diversas características da organização do trabalho que fundamentam distinções e sentimentos em torno do que o trabalho significa para cada um dos trabalhadores, tanto em relação ao tempo que eles destinam ao trabalho, quanto em relação ao tempo que eles consideram como fora do trabalho. Neste aspecto, após as primeiras experiências em relação ao trabalho de socorrismo e o “choque” da entrada no sistema militar, eles passam a considerar diferenças em termos do que significa o trabalho de socorrismo hoje e o que era antigamente, entre o que é realmente serviço de resgate e o que é apenas transporte ao hospital, sem efetuação de procedimentos de especialidade de primeiros socorros.

Deste modo, a concepção do trabalho considerado como norma e preceito de atividade, e aquele trabalho desenvolvido e executado na rotina são distintos em si e normalmente contraditórios em relação àquilo que é apregoado como “protocolo”, regido pela instituição de bombeiros e para aqueles que “fazem socorrismo”.

A gente chega, tenta sempre estar acalmando aquela vítima que está precisando da gente, pois o psicológico é tudo. Então, a gente tenta primeiro trabalhar em cima do psicológico da vítima, pra que a gente possa tentar acalmá-la o máximo possível, porque a partir desse momento que ela estiver mais calma, a gente tem uma maior facilidade para desenvolver o nosso serviço. Particularmente, no meu dia-a-dia eu procuro com as vítimas tratar somente do profissional. Às vezes a gente conversa um pouco com essa vítima para tentar dar um conforto maior para a mesma, pois, ela está passando por uma dificuldade ali naquele momento. Então, às vezes a gente brinca um pouco com a vítima, porém nunca deixando de respeitar a mesma. Algumas vezes eu já sofri algum assédio, porém somente verbal (Esteto, 32 anos).

Às vezes, quando a pessoa está mais nervosa você procura brincar um pouco pra tirar a mente dela daquele problema e ela ficar mais calma, mas basicamente é isso aí (Tala moldável, 34 anos).

Há evidentemente, segundo a exposição de Esteto, uma contradição de valores e condutas de protocolos de trabalho que esbarram em diferenciações do que seja atividade de resgate e o que não é atividade de resgate, que se enquadra mais em uma política institucional do que numa tarefa disciplinada e consistente para com a sociedade.

Há uma grande ressalva concernida aos relatos dos socorristas que empreendem uma nova vivência e representação do trabalho de socorrista. É a constatação de uma vivência do trabalho que a distancia de antigas formas protocoladas de atendimentos, e que influenciaram e ainda influenciam para uma nova significação do trabalho de socorrismo: como assistência social e não como resgate. Neste aspecto, Desa de São Paulo afirma:

Hoje o bombeiro é a menina dos olhos da polícia militar, é uma profissão que hoje ela tem 99% de aprovação pela população, porque o bombeiro não sai do quartel para prender, pra espancar, coagir, nenhuma dessas situações, o bombeiro só sai para socorrer, salvar, ou ajudar alguém que está em período, ou alguém que está necessitado de uma ajuda maior (DESA, 36 anos).

Essa configuração do serviço de resgate como de assistência social de outro lado, promove segundo os socorristas, uma intensificação da jornada de trabalho porque agora na execução do serviço de resgate passam a atender ocorrências que segundo eles, não são prioridades de urgência e emergência.

O negativo é o quê que está acontecendo, o negócio está sendo assim, um amontoado de ocorrências. A gente vê que não é uma coisa... O pessoal tá pegando, é número, é quantidade, eles querem quantidade, num quer mais a qualidade. A população está chamando para qualquer coisa, pra catar bêbado, que não tem nada e tá deitado em frente a uma loja, e tá em frente a uma banca de jornal. Então, a pessoa quer se ver livre daquele cidadão que tá embriagado e dormindo, aí chama o bombeiro. E aí eles mandam a gente ir pra essas ocorrências que não tem nada a ver. No caso aquilo que era pra gente fazer, aquilo que era nossa missão que é retirar pessoas de ferragens em vias de trânsito rápido, aquilo ali foi por água a baixo. É raramente, não raramente, mas pouco, tem ocorrências de ferragens. De pessoas presas em ferragens, é mais essas “ocorrecinhas” (fez sinal de aspas quando falou a palavra) bobas né, que não tem nada a ver com o bombeiro, que não é necessidade de bombeiro. E isso está sobrecarregando a tropa né, sobrecarrega a gente e deixa a gente sem motivação pra trabalhar (Ambú, 44 anos).

Na cidade de São Paulo nós temos vários problemas em relação ao resgate, o maior problema que a gente tem no resgate são as ocorrências que não são necessariamente atividades de socorro (Máscara, 34 anos).

Há um aumento do número de ocorrências, mas não se tem um aumento do número de trabalhadores ou mesmo um melhoramento na escala, que faça com que o socorrista possa desfrutar de um maior tempo de descanso pelas horas trabalhadas, ou diminua o tempo de exposição ao período de intensidade de trabalho observado na escala de serviço.

Acrescentado a essas dificuldades da jornada organizacional do trabalho de socorrismo somam-se a utilização da ideia da multitarefa, que serve para aumentar ainda mais o desgaste e a intensificação da jornada. São exemplos de multitarefas, a utilização dos socorristas na guarda do quartel, nas limpezas de ambientes internos das instituições militares, na preparação de alimentação e limpeza de viaturas, treinamento de novos militares no resgate, de estagiários de medicina, enfermagem, fisioterapia, educação física, cadetes, sargentos, soldados, pessoal de outras forças como policiais militares, exército e etc.

Outra mudança na organização do trabalho de socorrismo que intensificou a jornada de trabalho foi, em São Paulo, a introdução do revezamento de função entre socorristas, pessoal de incêndio e salvamento. Esse revezamento de função realizado atualmente em todo o Estado de São Paulo e em Goiás nas cidades do interior e região metropolitana de Goiânia, primeiramente foi implantado para que ocorresse um descanso quando o socorrista estivesse escalado no incêndio ou salvamento, atividades que têm uma menor solicitação para ocorrências. Mas isso não é percebido quando se aumentam também as ocorrências nestas atividades como os períodos de operações em enchentes e alagamentos, de estiagem, férias, finais de semana prolongados e festas de fim de ano. Nestes períodos todas as especialidades de trabalho dos bombeiros efetuam uma jornada de intensidade de jornada muito grande e conflituosa.

No decorrer dos anos, e com o aumento do número de ocorrências de resgate não foi mais possível isso acontecer com frequência, porque começaram a aparecer os primeiros focos de resistência ao trabalho de resgate, e sendo uma instituição militar aqueles que estavam em melhor posto hierárquico tinham prerrogativas para a escolha de onde trabalhar, e neste

aspecto, os “novinhos” eram sempre recrutados para o resgate, e os mais “antigos” ficavam escalados no incêndio ou salvamento que eram atividades menos desgastantes, fora dos períodos citados acima.

Atualmente, a situação de revezamento no Segundo Grupamento de Bombeiros da área norte da cidade de São Paulo é também uma intensificação do trabalho de incêndio e salvamento, visto que, quando não se têm viaturas disponíveis para o atendimento a ocorrências de resgate, deslocam-se viaturas de incêndio e salvamento para realizar os primeiros socorros e esperar pela chegada da viatura de resgate, para levar a vítima até o socorro especializado nos hospitais da região.

Pelo discurso da instituição, essa forma de atendimento visa a dar suporte primário de atendimento às vítimas, não deixando de realizar a tarefa de socorrismo. Mas a pergunta saliente nesta situação é a seguinte: será que realmente este é o caminho satisfatório para a prestação de um serviço de resgate? De um serviço que lida com vidas e necessita de um pessoal e viaturas exclusivas para sua prestação de serviço? Será que esta é realmente a forma eficaz de prestação de um serviço, quando todas as indicações mostram que não se têm nem número suficiente de viaturas, nem de pessoal para realizá-lo? Como ficariam todos os profissionais socorristas numa realidade de trabalho como essa que evidencia uma situação de exposição do trabalhador, a um trabalho cotidianamente intenso de serviço em setores e funções diferentes?

Parte desse estado situacional de desgaste laboral será exposto mais adiante, quando na vivência da jornada de trabalho tentamos realçar condições especiais da jornada, como o horário de trabalho noturno, com uma perda sensível do que é um tempo de não trabalho (Cardoso, 2008) para a atividade, que juntos somam para aumentar ainda mais o desgaste do profissional em prol da necessidade institucional e social do resgate de vida. Além disso, todos esses acontecimentos contribuem para a suposição de uma má qualidade do serviço oferecido, o que é extremamente importante a ser considerado.

3.2.1 A escala de serviço

Na fala de todos os trabalhadores que vivenciam a escala de serviço noturna foram apontados diversos pontos negativos. Os trabalhadores goianos enfatizaram que após o trabalho entram numa espécie de cansaço extremo que dificulta até mesmo o exercício de atividades sociais fora do trabalho como estudos, lazer e convivência familiar.

Os trabalhadores paulistas tiveram uma queixa maior em respeito à escala noturna de serviço, principalmente devido ao fato de que trabalham vinte e quatro horas ininterruptas, e o condicionamento físico e psíquico a partir das primeiras doze horas de serviço é totalmente diferenciado em relação às demais horas de serviço devido ao cansaço, que se torna mais acentuado ao anoitecer e durante o atendimento às ocorrências de madrugada.

Mas, independente de qualquer intenção positiva por parte das duas instituições de bombeiros em relação a uma melhoria na escala noturna, o fato é que atualmente todos os trabalhadores socorristas de ambos os estados em unanimidade consideram a escala de serviço, mesmo que por tempo pequeno como o revezamento de São Paulo, ou o benefício de Goiás de uma diminuição de horas trabalhadas como o sistema de escala de 12 horas de serviço por trinta e seis de folga, uma experiência negativa. Isso porque, no dia posterior ao trabalho os tempos sociais ficam totalmente confusos, impróprios, já que precisam dormir em horários totalmente diferentes daqueles tidos como normais, “criando um abismo muito grande entre os horários individuais e sociais” (Cardoso, 2008, p. 208).

O desgaste pós-jornada noturna é explicitado pela dificuldade recorrente que os trabalhadores encontram nas primeiras horas após a “passagem do serviço”. É um desgaste que compromete a realização de atividades “normais”, como cuidar dos filhos, frequentar atividades sociais, em família ou com amigos, e principalmente, para os estudantes realizar suas atividades acadêmicas.

Muitas pesquisas como a de Bucasio (2007) demonstram como é possível o desenvolvimento de doenças como a síndrome de burnout²⁶ em atividades de socorrismo que trabalham tanto com o físico, quanto o psíquico em seus serviços de atendimento a urgência e emergência, e deterioram a capacidade desses profissionais com o passar dos anos e com a diminuição das capacidades de cada um em efetuar o trabalho tanto físico, quanto psicologicamente.

Esse desgaste da escala noturna é sentido tanto no tempo de trabalho durante a escala de serviço quanto fora dela. É um desgaste que altera as primeiras vinte e quatro horas após o exercício de quem executa o trabalho, e também daqueles que estão à sua volta. É correto lembrar que não atinge somente os profissionais que executam trabalho noturno, mas que para esses, o grau de desenvolvimento da síndrome revela-se mais acentuado e fácil de ser percebido. Por esse fato muitos dos trabalhadores frisam seu tempo de não trabalho relacionando-o a alguns poucos dias destinados à realização de atividades sociais, que podem ser executadas em poucos finais de semana que não estão de serviço, nem participando de escalas extras. É a proeminência de uma vida social e afetiva sendo deteriorada pelo excesso de trabalho.

Outro agravante para o desgaste, principalmente encontrado entre os trabalhadores de resgate é a realização do “bico”, muitas vezes desenvolvido por conta própria assinalando uma precarização do setor de serviços dos bombeiros. O “bico” funciona segundo os socorristas, principalmente de São Paulo, como uma complementação da renda familiar. É ele que garante uma condição melhor para a realização de necessidades mesmo “básicas” de sobrevivência da família como alimentação, vestuário, educação e moradia. O “bico” é realizado, na maioria das vezes, como tentativa de arranjo entre o horário de folga do quartel e a atenção à família. Essa questão do bico é

²⁶ Resultado do acúmulo de tarefas, cobranças excessivas, perfeccionismo e foco no trabalho como fonte exclusiva de prazer que levam ao esgotamento físico e mental. A síndrome de burnout, ou esgotamento profissional, decorre de stress prolongado no trabalho. O termo em inglês significa estar chamuscado, queimado, calcinado por um fogo que se alastra como numa floresta. “É quando a casa cai”, resume o psiquiatra e clínico-geral Cyro Masci, autor do livro digital Bioestresse: Novos Caminhos para o Equilíbrio e a Saúde (Amazon).

interessante se observarmos que, na escala de serviço de Goiás, com doze horas de trabalho e trinta e seis de folga, o socorrista tende a todo final de semana estar trabalhando, como ficaria então sua relação social, com a família e melhor ainda, afetiva e de lazer?

No caso de São Paulo, cremos ser ainda pior, pois, como são vinte e quatro horas de serviço, durante o mês pelo menos dois finais de semana ficam comprometidos com o trabalho e principalmente com o descanso pós-trabalho. A interpretação de Máscara, 34 anos, aponta para essa constatação: “De lazer, no meu horário de folga eu faço bico”. A fala de Máscara ressalta a difícil situação entre a realização do trabalho principalmente noturno e seus demais tempos sociais com a família, namorada, amigos, estudos e realização de atividades que somam para um desenvolvimento de si e de suas particularidades como atividade física, frequentar cinemas, teatros, etc.

É a incidência daquilo que Cardoso (2008) critica acerca dos turnos de revezamento na *wolkswagem* brasileira:

O fato de trabalhar em turnos de revezamento implica dormir enquanto a maioria das pessoas está acordada. Isso não apenas altera a quantidade do tempo dedicado às outras atividades fora do local de trabalho, como interfere também na qualidade do tempo em que o trabalhador está disponível para as pessoas e para as outras atividades. Esse tempo atípico de trabalho não concorre apenas com o tempo a ser dedicado à família, mas também ao estudo (p. 210).

Em Goiás, existe a possibilidade de escolha entre os turnos diurno e noturno. A escolha do socorrista pelo turno da noite sempre está atrelada à possibilidade de realização de estudos de graduação em tempos integrais e também da possibilidade de execução dos “bicos”. É certo que a prerrogativa de escolha pelo turno de trabalho não deixa de passar pelo viés da condição hierárquica, ocorrendo que os mais “antigos” sempre têm a prevalência de escolha de turno perante os mais “novinhos”.

Em sua maioria, vemos que, mesmo com a possibilidade de escolha pelo trabalho noturno a resposta de todos aqueles que trabalham durante a noite partem de uma experiência negativa, que dificulta adaptações de alimentação, de sono e de horários em relação aos da família e dos amigos, fazendo com que o tempo de trabalho e descanso concorra com os demais

tempos sociais, tornando-se impossível acompanhá-los e sustentá-los. A escolha pela escala noturna não significa de maneira alguma uma busca por uma melhor remuneração, isso porque, em ambos os estados à questão do adicional noturno é de total desconhecimento dos trabalhadores como renda e ocorre por outro lado uma abdicação legal das corporações para o reconhecimento deste direito como observado até o final desta pesquisa. Existem rumores nos dois estados atualmente em se implantar a escala de 24 horas de trabalho por 72 horas de folga, mas não se tem movimentos engajados de forma incipiente.

É conclusivo que trabalhar no resgate ou em outras áreas de prestação de serviço dos bombeiros, principalmente à noite é consideravelmente ruim. Se trabalhar em outras áreas como a de incêndio e salvamento implica uma diminuição importante do ritmo de trabalho quando começa a noite, no resgate não ocorre tal situação. Nos finais de semana e na madrugada, existe um grande número de ocorrências de resgate envolvendo alcoolizados e acidentes de trânsito, não se esquecendo das ocorrências de agressões físicas e mau-súbito²⁷, que somam para inviabilizar um “suposto” período de descanso para esses socorristas.

Há outro agravante para esta situação nos socorristas em Goiás: a priorização do trabalho diurno em relação ao trabalho noturno. A explicação para tal escolha se dá entorno de uma “suposta” diminuição do número de viaturas e conseqüentemente de trabalhadores na linha de frente do serviço de resgate no período noturno. Esse acontecimento se dá como um “ideário institucional” que concerne o trabalho noturno estatisticamente com menor fluxo de ocorrências que o diurno, esquecendo é claro, de entender a dificuldade de alerta para o trabalho que o horário noturno por sua natureza impera uma extrema dificuldade de se manter acordado na madrugada e realizar o trabalho da mesma forma e qualidade quando efetuado durante o dia.

Assim Soro apresenta sua realidade de trabalho expondo com clareza esta situação de desgaste noturno:

²⁷ Ocorrências de crise epilética, pressão baixa, dor abdominal, cefaleia, fraqueza muscular, gripe, falta de ar, etc.

Acho que seria melhor se fosse doze por sessenta, por causa do final de semana, porque, no final de semana a gente trabalha a noite toda. No meio de semana é até tranquilo, trabalha pouco, mas, no final de semana...Iguar no final de semana passado, eu fiquei acordado quase a noite toda, sem parar. No outro dia a gente fica muito cansado. Chego sempre cansado em casa, tomo um banho e durmo. Geralmente é na hora do almoço que eu vou levantar e ainda fico numa moleza... à tarde também fico querendo descansar (...) A diferença que eu vejo é do tempo né... porque você trabalhar a noite como eu trabalho, você trabalha uma noite sim, uma noite não... é bem cansativo (Soro, 30 anos).

A fala de Soro retoma a discussão feita em capítulos anteriores sobre o aumento de estresse neste setor de serviço, que visa o cuidado de pessoas e o risco. Vemos neste relato que pela madrugada a simples execução da tarefa de atendimento a ocorrências já é considerado um fardo, ainda mais quando se acentua o fato desses trabalhadores terem que fazer outras tarefas, como ronda na madrugada, e efetuar o ensino do trabalho de resgate aos estagiários e “novinhos” durante o exercício de jornada. Não é só o serviço de socorrismo que implica desgaste, mas também, o exercício da multitarefa que agrava ainda mais as condições de sobrevivência atreladas ao trabalho militar.

Não poderia deixar de relatar as caracterizações positivas em relação ao trabalho noturno evidenciadas pelos socorristas como melhores condições climáticas e diminuição do número de carros e estresse no trânsito. Os socorristas dizem ser o trabalho noturno mais tranquilo neste sentido, mas, mais perigoso pelo aumento dos índices de vulnerabilidade aos meliantes. Outra qualidade apontada do serviço noturno é a existência de uma quantidade menor de oficiais, que têm por consequência, uma maior tranquilidade e liberdade dos profissionais dentro do quartel.

Apesar dos pontos positivos ressaltados pelos trabalhadores, a pretensão em voltar ao horário diurno é considerável e tida como interesse futuro entre todos os entrevistados de Goiás, que atualmente trabalham somente no horário noturno. Isso nos leva a pensar que o trabalho exclusivamente no horário da noite em Goiás, funciona como um período de “sacrifício” para atender a necessidades individuais de realização de estudos,

bico e etc, ou mesmo as imposições hierárquicas do quartel por serem “novinhos”.

3.2.2 A visão das “BFem’s”²⁸

Uma primeira observação a respeito das mulheres que trabalham no resgate refere-se à grande dificuldade que tive para alcançá-las e ouvi-las; mesmo sendo militar, bombeira e socorrista de resgate. Em Goiás consegui realizar apenas três entrevistas, pior ainda foi em São Paulo, que não consegui realizar nem uma entrevista. Outras tentativas de entrevista foram feitas a várias outras militares, mas apenas esse número reduzido de amostra se prontificou a colaborar com a pesquisa.

O número de entrevistas realizadas com mulheres na pesquisa representou cerca de 10% do total dos casos. Em parte, isso pode ser explicado pelo número reduzido de mulheres que trabalham nessa atividade, fazendo com que essa atividade seja consideravelmente uma atividade masculina. Nos dois batalhões estudados as mulheres que trabalham no resgate não chegam a representar nem 10% do efetivo operacional dos quartéis. Em Goiás atualmente dispomos de cerca de 7% de mulheres no número total e em São Paulo 3%.

A possível explicação para a ocorrência de um número tão pequeno de mulheres nas atividades militares, e principalmente de serviço operacional de socorrismo está assinalada pela recente inserção das mulheres neste tipo de trabalho, ocorrida no Estado de São Paulo a partir dos anos 1990 e em Goiás a partir de 2000. Colaborando com a essa história recente de mulheres no trabalho operacional de resgate, soma-se o agravo existente na fase de ingresso ao trabalho militar que, nos dois estados, pontua uma divisão entre homens e mulheres por vagas - cotas de inserção - sendo às mulheres reservadas apenas 10% das vagas nos eventuais concursos públicos.

Como as duas corporações de bombeiros ofereceram um tratamento desigual às mulheres em relação aos homens, ao impedir até décadas atrás, a

²⁸ Contração de Bombeiras Femininas no jargão militar de bombeiros.

inserção feminina na atividade, o trabalho feminino de resgate também teve em seus primeiros momentos uma resistência por parte dos homens que consideravam as mulheres inaptas para o exercício da atividade operacional não só de resgate, mas dos bombeiros como um todo.

Prova disso é que no setor operacional, foco da pesquisa de socorrismo, as mulheres chegam a representarem-se no trabalho com sendo a identidade da corporação “diferenciada”, e até mesmo rara, devido a seu reduzido número em relação à totalidade dos homens. É correto lembrar que, de acordo com pesquisas recentes sobre o perfil das profissionais bombeiras²⁹, evidenciou-se que a maioria delas estão lotadas em serviços administrativos e como pudemos observar nos dois estados, trabalhando como auxiliares administrativas, secretárias e atendentes de telefonia, tendendo fortemente à sua lotação em trabalhos “culturalmente feminizados”.

Outra justificativa para o encontro de um número reduzido de mulheres do serviço de resgate é a passagem pela gravidez. No período da gravidez desde o primeiro mês elas são retiradas do trabalho operacional e levadas ao trabalho de “expediente”. É a motivação da “segurança no trabalho”, pois, como é um serviço assentado na força braçal e num risco biológico muito grande, elas são endereçadas a trabalhar em áreas menos propensas a acidentes de trabalho, e o serviço burocrático é “sugestivamente” o mais cotado.

O ruim desta situação é que a maioria das mulheres que trabalham no resgate tem “certa indisponibilidade” ao expediente. Elas estão acostumadas com a liberdade do trabalho em escala, e a possibilidade exclusiva de distribuírem seu tempo de descanso até mesmo em “dias úteis” para afazeres domésticos, cuidados com os filhos, e etc. Em muitos casos a gravidez significa para as mulheres casadas com outros bombeiros, não só a saída de seu trabalho preferencial, mas abrir mão de horários de folga que coincidiam com os mesmos dos companheiros.

O casal de bombeiro deixa de ter os mesmos horários de folga, vindo os diferentes horários a concorrer entre si, e dificultar ainda mais a convivência social e familiar no horário de folga. Pontuamos isso em termos, principalmente

²⁹ Relatório da Presidência da República em marco/2013 sobre o perfil das mulheres que trabalham na segurança pública no Brasil.

quando observado os primeiros meses de gravidez, até que as mesmas possam ajustar os novos horários às necessidades da gravidez, do trabalho, da família e da vida conjugal.

Os estudos também são afetados, primeiramente porque se estas grávidas executam um curso integral e antes estavam trabalhando no período noturno, como elas poderiam agora continuar seus estudos e realizar serviço burocrático com escala de expediente? Ela passa em nome da gravidez e da cultura de locação das grávidas no trabalho a deixar sua vida social e de realização particular ser sacrificada, quer queira ou não, em função do trabalho, e da proposta de gravidez, principalmente em pós-graduações que ministram aulas no horário de expediente.

Há ainda, nas diversas situações dadas referentes à gravidez para uma socorrista de resgate, um desfavor, seja pela forma de vivência do trabalho que passa a ter, seja pela perda de seu espaço e tempo considerado por elas como tempo social e particular. Há também uma perda em relação à possibilidade de ascensão na carreira por concurso, principalmente o oficialato, isso acontece porque as matérias ministradas nos cursos também estão relacionadas à exigência de força física e elas querendo ou não, não podem ser realizadas grávidas, sendo assim, a gravidez para as militares também funciona como um impedimento, ou protelação à oportunidade de ascensão na carreira.

Outra forma interessante de perceber a condição da mulher quando trabalhando administrativamente é a possibilidade da vivência do trabalho sem tanta discriminação por parte dos outros homens. Isso acontece porque elas assumem na maioria das vezes, cargos de secretária ou auxiliares administrativas, e como os demais trabalhadores consideram ser essa uma função da “condição própria da mulher” e socialmente fortificada pelo grupo, no expediente, elas se desvencilham das investidas preconceituosas dos colegas com mais facilidade evitando assédios morais.

Neste contexto, Maca Articulável (30 anos) diz que: “A maior reclamação das mulheres é: se fazerem reconhecidas apenas no operacional, porque no administrativo parece estar justificada a situação feminina para o trabalho de

bombeiros de acordo com o sexo”. Observa-se aqui que a cultura do trabalho insere uma visão sexuada do trabalho, que exposta em contraposto ao que elas pensam muitas vezes, aparece demonstrada de forma sutil nas falas como a de Bandagem Triangular (28 anos) em respeito aos assédios sexuais sofridos no atendimento às ocorrências:

Em relação a assédio, eu já fui assediada por uma vítima. Na verdade não fui assediada diretamente, mas essa foi a que ficou mais gravada. Porque a vítima estava bêbada, dando um trabalho absurdo, aí ele virou pra mim e falou alguns palavrões. E só estava eu e ele no fundo da viatura e os outros meninos na frente levando para o hospital. Só que ele estava todo amarrado, contido, porque ele estava muito nervoso, mas aquilo me subiu um acesso de fúria tão grande, e eu me senti tão mal, principalmente por ser mulher, porque se fosse um homem lá ele não ia fazer essas cantadas. Depois dessa ocorrência eu fiquei bem estressada, que eu tive que dar um tempinho para poder me desintoxicar disso, por causa desses palavrões e tal, eu tirei uns dois dias de folga para ver se e dava uma relaxada porque eu fiquei um pouco estressada com tudo que o rapaz tinha falado.

A fala de Bandagem Triangular nos atina a um questionamento: essa visão é geral ou do grupo militar de bombeiros masculinos? Uma vez que segundo seu relato ela considera que se fosse um homem no lugar dela o cidadão não realizaria tais atos de desrespeito até mesmo com um homem fardado. Também no resgate, Maca Articulável nos conta que havia muita disputa entre as mulheres por vagas para trabalhar no resgate nos primeiros anos de inserção das mulheres neste tipo de serviço observado entre 2001 e 2002, fruto de uma suposta ideologia machista de restrição do serviço de resgate à mão-de-obra feminina muitas vezes pela condição física: “Tem que sempre ter muito jogo de cintura, muita força física para poder dar conta do serviço e ir sempre se aperfeiçoando até mais do que a maioria pelo fato de ser mulher.” (Maca Articulável, 30 anos).

Algo importante observado na pesquisa com mulheres contraposta a dos homens foi a existência de uma “reafirmação constante e necessária” nas falas, comportamentos e atitudes individuais das mulheres desenvolvidas por elas para que essa possam ser consideradas “profissionais” pelos outros socorristas. A fala intenciona a confecção de uma identidade laboral distintiva

não só em relação às mulheres que não são bombeiras, mas também, em relação às outras mulheres da corporação:

É tem que rebolar. Bom, fator ser mulher dentro de uma corporação militar que tem mulher há dez anos e agente aqui é minoria absoluta. Eu acho que é mais complicado do que para os homens. Numa relação constante eles cobram que você dê conta e você é mulher, mas você veio pra cá, então, tem que dar conta. Ao mesmo tempo parece que eles querem proteger. Fica uma relação muito confusa. Não pode deixar de se menininha, não pode deixar de ser mulher e ao mesmo tempo tem que superar as expectativas o tempo inteiro para poder ser aceita. Porque daqui um pouco a guarnição não vai querer uma mulher no quartel, não vão querer uma mulher na viatura e agente vai só perdendo espaço.

A fala de Maca Articulável também explicita as dificuldades vividas pelas mulheres no espaço masculino de quartel, mas numa situação dada, que vai além de apenas um estágio de adaptação, mas de construção de relações de trabalho com os demais colegas: a de perda de espaço que já é restrito no serviço operacional. Na fala é interessante observar a referência aos homens como “julgadores” do serviço delas, como se elas mesmas não fizessem do grupo técnico e regular deste campo, é como se a todo tempo na condição de mulher, operacional e socorrista estivessem as militares lutando para serem reconhecidas pelos demais colegas de trabalho e se fazerem uma “profissional” socorrista.

É mais interessante ressaltar que essas construções de grupo e individuais para se fazerem reconhecidas foram ressaltadas pelas socorristas “antigas” do resgate e que a tempos estão em exercício, e que diferentemente do conceito dado pelos colegas masculinos para o trabalho como uma reafirmação de sua significação como mulher, como parte do que são como pessoa a partir do serviço de resgate: “Das funções que o bombeiro exerce, é a atividade símbolo. Eu não me vejo bombeira trabalhando em outra área. Se fosse pra eu ficar atrás de uma mesa, eu não renderia tanto como hoje” (Bandagem triangular, 28 anos).

Essa perspectiva do trabalho militar feminino de socorrismo como “diferenciada” evidencia que, ao ultrapassar os muros do quartel, e entrando em contato com as “noções” que a sociedade tem dessas profissionais, a sociedade também se torna participante da construção dessa identidade

feminina militar de bombeiros socorristas, e também, contribuinte das significações dessa mulher “diferenciada”, que realiza atividades encaradas “socialmente como masculinas”.

Se considerarmos que todas as entrevistadas formaram um conjunto de militares graduadas (duas sargentos e uma cabo) e que suas falas demonstram uma realidade tendenciosamente “machista” colocada sobre elas, e que mesmo na condição de superior hierárquica o realizar bem do trabalho, para os próprios subordinados é fonte de extrema necessidade para também poder comandar as operações e tornar eficaz sua prerrogativa hierárquica.

A fala de Bandagem Triangular (28 anos) logo abaixo, nos revela que a presença da mulher no resgate tem uma importância, importância essa relacionada à função de uma mulher supostamente “sensível” mas “forte” para suportar as pressões de diversas formas observadas na atuação e cotidiano do trabalho de resgate:

Eu acho que é muito estressante, porque a gente trabalha como trânsito, trabalha com militarismo, que trata as pessoas mais como objetos do que como seres humanos. Você está na frente de uma farda e a farda às vezes toma a forma da sua pele e você tem que aguentar porque você é bombeiro, e às vezes a gente não suporta determinadas pressões.

Nos discursos de Maca Articulável, luva de Procedimento e Bandagem triangular, há em relevo o relato de vivências do trabalho pouco diferenciadas em termos de enfrentamento da realidade do trabalho comparadas com as relatadas pelos demais homens, a não ser nas questões que envolvem gênero, ademais as questões de risco e medo do trabalho que afligem os socorristas como apontado na primeira parte deste trabalho, não são importantes marcadores de diferenciação frente a realidade do trabalho fora do quartel.

Uma diferença importante observada no trabalho foi que, o nível educacional das socorristas de Goiás, é ligeiramente superior a da maioria dos homens nos dois ambientes de pesquisa. Elas possuem pós-graduações e estavam muitas delas estudando para outros concursos, ditos: “melhores”, “de maior remuneração”.

Do ponto de vista do “tempo de não-trabalho” (CARDOSO, 2008), as horas de folga das entrevistadas são divididas numa similaridade que evoca

entre todas, uma divisão do tempo de folga em cuidado da casa, de filhos, realização de estudos e descanso. O lazer é mais acentuado na fala das duas socorristas solteiras, já a casada com outro socorrista, demonstra que ela sempre realiza atividades de lazer juntamente com seu esposo e ligadas à presença de outros colegas de quartel, numa quantidade inferior que as solteiras.

Entretanto, apesar de existirem algumas diferenciações entre os discursos das socorristas casadas e solteiras em relação à vida social, existe uma aproximação dada principalmente, em relação ao sentimento quando no período de sua inserção no militarismo e de perceberem o período de treinamento, efetuado é claro, durante os primeiros meses de adaptação no Corpo de Bombeiros. Luva de Procedimento (28 anos) atesta: Puxado. Muito complicado. Pressão a todo o momento. Esforço físico e mental o dia inteiro durante seis meses. E neste sentido as demais julgam:

a minha turma foi a primeira de mulheres, então tem aquela questão de estar descobrindo novas coisas, a maioria nunca teve contato com militarismo. Para mim particularmente foi um mundo novo e foi bom, eu gostei da experiência. Apesar de ser muito jovem, eu não sabia muito bem o que eu queria da vida, não sabia nem se de repente esse era o concurso que eu ficaria, mas eu gostei... (Bandagem Triangular, 28 anos)

Há é uma adaptação mesmo. Você vem do mundo civil pro mundo militar, são regras diferentes, costumes diferentes. Junto com isso você tem que aprender a trabalhar, aprender uma profissão então é bem estressante. (Maca Articulável, 30 anos)

Já dentro do quartel, trabalhando como bombeiras, não foi fácil a vivência do trabalho num local onde quase toda a totalidade era, e ainda é constituída por homens, tanto em relação aos praças em hierarquia superior quanto aos pares. Como já vimos na discussão do primeiro capítulo a respeito das interpretações em torno da convivência e socialização secundária ocorrida na efetivação ao trabalho militar, para as mulheres o período de transição entre ser civil e ser militar foi vivenciada como uma fase de “desencantamento”(LOHMANN; VOTRE, 2008). Isso aconteceu porque as militares não sabiam realmente como era o convívio na caserna e nem como funcionavam suas regras. A expectativa primeira das mulheres em trabalhar no bombeiro, significava a possibilidade de realização de um sonho, o sonho de

conseguir um emprego qualificado e que garantia a segurança da estabilidade, já que o mercado de trabalho se encontrava passando por transformações e reduções do número de pessoas por área de trabalho e aumento do número de candidatas por postos de trabalho. Ir para o serviço de resgate significou para as mulheres um desafio ainda maior porque trabalhariam praticamente com homens.

Todas as socorristas relatam a atividade de resgate como sendo a sua primeira opção de trabalho dentro dos bombeiros e acentuam ser o socorrismo uma forma de “realização”. Elas relatam que tiveram problemas de adaptação quando de sua inserção no bombeiro e na função de socorrista. Passaram segundo suas falas por dois períodos de transição: o primeiro momento foi a entrada na corporação caracterizado pelo choque com o militarismo e com o regime imperioso da disciplina, principalmente com as cobranças de comportamento, de continências, permissões; e um segundo momento, caracterizado pela transição entre a saída do curso de formação militar e apresentação para o serviço de resgate, o encontro com o serviço operacional.

Fica evidente neste aspecto, que o trabalho feminino de resgate significa primeiramente uma identificação particular vinda antes da socialização secundária do trabalho por parte de algumas entrevistadas que eram da área da saúde. Grande parte dessa identificação com o trabalho de resgate pelas mulheres está no fato de realizarem ajuda ao próximo em ambientes de risco e perigo, de serem canais de diferenciação social por desempenharem atividades que no âmbito da atividade de bombeiros são ainda consideradas pela sociedade como masculinas. Elas até executam atividades relacionadas como, por exemplo, a enfermagem, mas mesmo assim dentro dos bombeiros e na função de socorristas são consideradas diferenciadas das demais.

Muitas das socorristas consideram que o exercício da atividade de resgate funciona como uma massagem ao ego, de ser diferente, de ter admiração principalmente da família, de amigos e principalmente dos homens. Essa admiração melhor observada segundo as socorristas por aqueles que não realizam a atividade de bombeiros, ou seja, os “paisanos”, é essencial para que ocorra de outro lado um incentivo talvez a permanência dessas mulheres neste serviço, mesmo que todas discurssem o trabalho como muito estressante.

Se o trabalho de resgate funciona muitas vezes como uma referência para as mulheres para aquilo que elas consideram como atualmente a maior identidade da profissão de bombeiros, garantir um espaço neste tipo de trabalho é mais que alcançar a distinção social e profissional, é alcançar dentro e fora do quartel um status de direito e reconhecimento, de honra e respeito social, dadas anteriormente apenas aos homens em suas carreiras vorazes.

Mesmo com a positividade da identidade profissional fora do quartel, dentro do quartel a liberdade da caserna não é vivenciada da mesma forma que os homens pelas mulheres. No caso das mulheres, entretanto, há uma dificuldade importante ressaltada que relata todo o incômodo de tensão pré-menstrual e como isso afeta o trabalho. Aliás, vale ressaltar que todas relataram ter problemas de saúde física e psicológica, pelo tempo de trabalho no serviço de resgate; algumas inclusive já até passaram por restrições médicas por problemas na coluna, insônia e etc.

É interessante observar que no discurso social coletivo das entrevistadas, transparecem duas dificuldades na realização do serviço de socorrismo pelas mulheres: uma delas é a realização de trabalho duro e pesado, socialmente chamado pelos bombeiros de “braçal”, outra é a resistência dos homens em relação à chegada das mulheres em seu espaço. Assim vemos que, além da dificuldade das trabalhadoras em realizar esse tipo de serviço, temos também a pressão por parte dos colegas e o preconceito exercendo outro tipo de “pressão no trabalho” ainda maior que o verificado nos homens.

3.3 As ocorrências...

A partir dos levantamentos de estudo, foi possível perceber, com relação à representação de herói, que existiam configurações de falas muito similares em relação ao que pensavam sobre a profissão, o que motivou a maioria desses sujeitos a escolherem tal atividade de trabalho, e sua trajetória até a execução da atividade de resgate. Algumas dessas configurações se aproximavam em torno do que os socorristas concebiam sobre a realidade do

trabalho, seu desempenho em outras atividades durante o período de escala como: serviço de guarda, limpeza de viaturas e equipamentos, limpeza das dependências dos quartéis, e o “suposto” trabalho de maqueiro realizado com as vítimas dentro dos hospitais.

Houve neste aspecto, um reforço de fala que na maioria das entrevistas apontou um maior desgaste desse trabalho quando comparado a outras áreas de serviço, dentro dos bombeiros, e de outras áreas da saúde. Especificamente por este motivo, existem diferenças internas de trabalho entre aqueles que trabalham no resgate e outros bombeiros que trabalham no incêndio, salvamento, mergulho, principalmente pelo número de ocorrências que atendem quando comparadas as outras áreas.

Em respeito às outras atividades da área da saúde foram elencadas primeiramente como fonte de maior desgaste funcional, o tipo de ambiente de atendimento gerado pela indefinição de um espaço físico ordenado e com condições de atendimento satisfatórias, onde o atendimento de socorro feito nas ruas e com diversas dificuldades vão desde o perigo de acidentes de trânsito envolvendo viaturas de resgate, até más condições climáticas, como chuva, frio, sol escaldante, o que não é notado num ambiente hospitalar que tem suas instalações organizadas e protetivas.

Foi possível observar ainda, definições e caracterizações sobre o local de trabalho, as políticas institucionais de cada Estado, assim como o uso ou não da farda fora do tempo de trabalho. Essas diferenciações colocaram duas importantes descobertas em termos da visão social e individual que se têm sobre os socorristas, e sua relação com a aceitabilidade e com a segurança de si. Goiás com sua política de separação em relação à Polícia Militar e o uso diferenciado da farda, tem uma descrição da ocupação e do uso da farda, como uma possibilidade de “abertura de portas”, de uma aceitabilidade social e profissional positiva em todos os lugares.

Já em São Paulo, devido à proximidade com a Polícia Militar e sua forma coercitiva, e em primazia, pela insegurança frente aos ataques empreendidos por grupos criminosos na capital e região metropolitana, a farda aparece primeiramente como um perigo e um risco à própria vida do militar. Secundariamente ela não significa uma aceitabilidade tão boa quanto a

ênfatisada em Goiás. O uso da farda em horário de folga pelos socorristas de São Paulo é inexistente, não sendo essa atitude apenas resultado deste período de ataques realizados aos militares no último ano, mas como uma estratégia já exercida há muitos anos pelos profissionais por motivo de segurança.

O trabalho noturno foi considerado pelos trabalhadores como sendo o pior período de trabalho. Descrições de como atender ocorrências na madrugada, no frio, com risco de sofrer atentados de marginais e passar por sonolência e insônia pós-trabalho, foram as principais situações da realidade do trabalho que apontam uma negatividade extrema no exercício do serviço. Foi necessário, no segundo capítulo, focalizar sobre o trabalho noturno para entender através das falas uma desorganização em termos de reconhecimento de direitos no campo do trabalho, da saúde ocupacional e em relação a outras atividades próximas a esta área de trabalho.

Com relação à indagação acerca da correspondência entre eles se identificarem ou não como heróis em São Paulo 60% dos entrevistados relataram não se identificarem como heróis, e em Goiás 53% se identificaram como heróis. Todavia, é possível perceber que no caso de Goiás as atividades desenvolvidas por eles e relatadas nas entrevistas não apontaram nenhum tipo de atitude particular, que traduzisse uma ação heroica, todas as descrições de suas capacidades, atendimentos e trabalho apontaram para tidas como próprias da atividade de socorrismo e, portanto, não suscetíveis de serem interpretadas como sendo extremas a uma ação que qualquer ser humano possa executar no plano da racionalização do trabalho e conhecimento técnico. Outro paradoxo que se verifica é que 67% dos socorristas de Goiás relataram que esta ocupação não era o que eles gostariam de exercer como trabalho profissional, e que este mesmo percentual intencionava fazer outro concurso para conseguir outro tipo de emprego que não fosse o de bombeiros.

Outro argumento que vale a pena registrar refere-se aos dados acerca da motivação profissional. Quando indagados sobre a opção pela profissão 60% dos entrevistados goianos responderam que buscavam estabilidade profissional, 47% dos entrevistados paulistas relataram que queriam ser

policiais militares e não bombeiros socorristas. Desta forma, há comprovada uma desmistificação da ideia vocacional do profissional bombeiro, que ajuda mais uma vez a descaracterizar a identidade de herói socialmente construída em contraste àquela que o profissional tem sobre si.

Acerca da identificação com o trabalho que realizam, 53% dos socorristas paulistas e 33% dos socorristas goianos revelaram estarem razoavelmente identificados com as atividades que desempenham. Os números retratam as insatisfações com relação às condições de trabalho, o que corrobora quando em São Paulo 60% dos entrevistados responderam que gostariam de mudar de profissão e 53% dos socorristas goianos também.

Sobre o que modificariam na profissão cerca da metade dos entrevistados, 50% nos dois estados apontaram mudanças necessárias no sistema hierárquico militar, verificando uma grande insatisfação em não serem reconhecidos dentro da corporação pelo trabalho que executam. Outros indícios de confronto com o sistema militar foram notados quando os socorristas descreveram ocorrer indeferimentos no reconhecimento de seus direitos trabalhistas ligados a área de prestação de serviço em saúde, o desgaste físico e psicológico por ser uma atividade penosa, ocasionado também pela multifunção desempenhada dentro do quartel como as rondas e faxinas. Somada a isso tivemos a carga horária intensa, a falta de equipamentos, de condições de trabalho, o excesso de responsabilidade e desconforto advindo do uso da farda. Sem contar a perda de identidade particular no sistema militar também ligada ao uso da farda de bombeiros.

Das reflexões realizadas em torno da jornada de trabalho 73% dos socorristas goianos e 53% dos paulistas, consideraram seu período de atuação em serviço desgastante e estressante, principalmente quando comparado a outras áreas da prestação de serviço à saúde, onde 78% do total de entrevistados nos dois estados confirmaram que realizavam serviços muito mais estressantes que os enfermeiros e médicos em função da realidade do trabalho insegura, vivida na rua e reforçada dentro do quartel pelo sistema militar e de resposta efetiva, com ênfase nos resultados.

Observando as entrevistas de forma grupal – totalizando as 30 entrevistas – a mídia foi considerada pelos profissionais como sendo a grande motivadora do reforço de representação social heroica dos bombeiros, cerca de 63% dos entrevistados ressaltaram essa perspectiva, que para eles contribui para o exercício de uma falácia e não reconhecimento de seus direitos como profissionais. Neste espaço de relação de trabalho e reconhecimento de direitos, o risco e o perigo, apareceram como pressuposto de existência para esta caracterização em 97% das considerações.

Finalmente, se iniciamos a análise a partir da caracterização que vem à mente de cada socorrista sobre o significado de sua profissão, terminamos em incitar para que eles descrevam como fazem para resolver suas questões de enfrentamento do trabalho em situações ditas, “péssimas”. Ainda que no decorrer de toda análise fiquem evidentes inter-relações diversas de uma identidade heroica, na última parte retomamos as considerações da totalidade dos entrevistados para tentar apreender, sobretudo qual o sentimento que têm em relação à atividade que desempenham, partindo não só de uma fala referente, mas da própria trajetória do indivíduo em relação ao passado e ao futuro dentro da corporação.

Procuramos levantar o que almejavam ser quando crianças em termo de profissão, o que sabiam sobre a profissão, o que sentiram ao entrar na profissão, o que querem fazer da vida em relação ao futuro profissional, e o que fariam hoje se não fossem bombeiros. Todos esses resultados foram efetuados separadamente em cada estado.

3.4 Os predicados dos socorristas goianos e paulistas

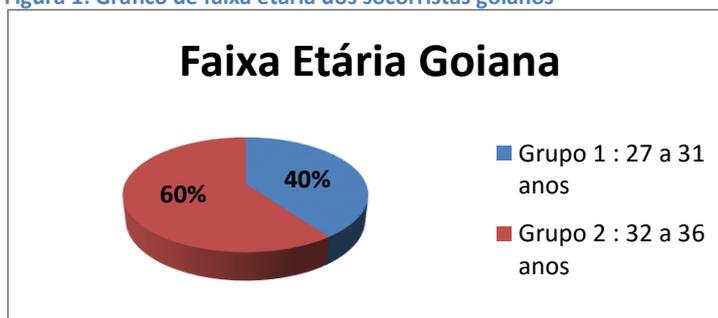
A característica mais acentuada que define uniformemente os socorristas goianos é a posse de título em nível superior. Dos 15 entrevistados, sete são graduados na área biológica, cinco são graduados na área de exatas e três na área de humanas. Dos entrevistados formados na área biológica 86% são formados em enfermagem e 14% em fisioterapia. Dos entrevistados formados na área de exatas, temos uma maior diversificação: 40% são

formados em estudos computacionais, 40% em áreas financeiras e 20% em engenharias. Dos entrevistados formados na área de humanidades tivemos três entrevistados sendo todos da área de direito.

Em São Paulo a característica mais acentuada que definiu uniformemente seus socorristas foi relacionada ao sexo, sobrepondo a existência de entrevistas somente com os socorristas de sexo masculino, uma vez que nenhuma das bombeiras operacionais de resgate se prontificou a nos ceder entrevista. Dos 15 entrevistados paulistas, seis são graduados e nove têm ensino médio. Dos graduados: dois são em engenharia civil; um em fisioterapia; um em história; um em administração de empresas e um em segurança pública.

Em relação à idade, os entrevistados goianos foram alocados em dois grupos de faixa etária para facilitação do entendimento dos dados. No Grupo etário 1, foram relacionados os entrevistados com idade entre 27 e 31 anos. No Grupo 2, foram relacionados os entrevistados com idade entre 32 e 36 anos, alcançando as seguintes porcentagens como observado no gráfico abaixo:

Figura 1: Gráfico de faixa etária dos socorristas goianos

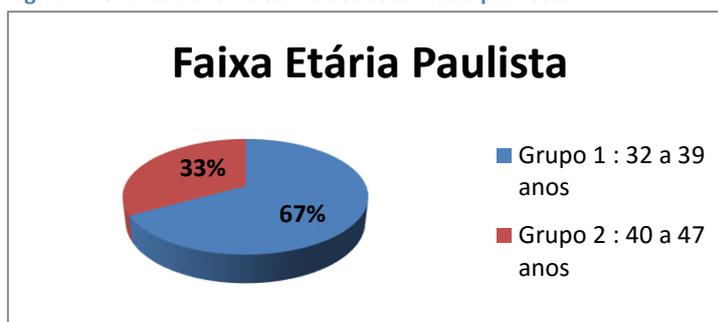


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Em relação às mulheres goianas, duas estão representadas no Grupo 1 e uma no Grupo 2. Os homens possuem 33% de seus entrevistados lotados no Grupo 1 (27 a 31 anos) e 67% no Grupo 2 (32 a 36 anos). Fica evidente que as mulheres são mais jovens na profissão em comparação aos homens, assumindo a atividade muito jovens; entre 18 e 20 anos de idade; não existindo, portanto, uma trajetória ocupacional anteriormente feita ao concurso de bombeiros. Para elas a realização do curso superior foi efetivada quando essas já estavam dentro da profissão.

A idade dos socorristas paulistas foi alocada também em dois grupos etários para facilitação do entendimento dos dados. No Grupo etário 1, foram relacionados os entrevistados com idade entre 32 e 39 anos. No Grupo 2, foram relacionados os entrevistados com idade entre 40 e 47 anos. Ocorrendo a seguinte distribuição:

Figura 2: Gráfico de faixa etária dos socorristas paulistas

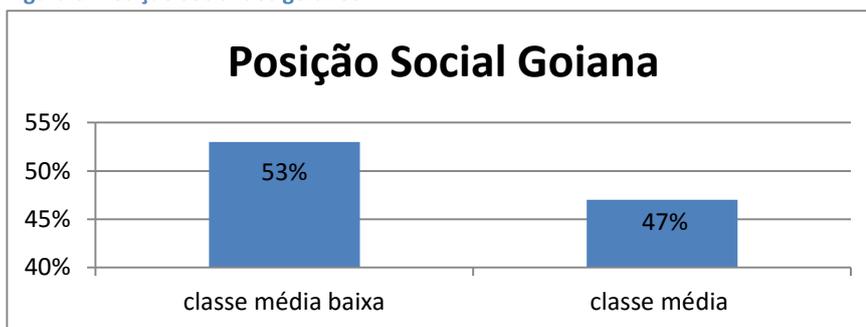


Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

O Grupo 1 paulista representou 67% dos entrevistados e o Grupo 2 representou 33%. Em contraste os dois lócus de pesquisa, Goiás e São Paulo possuem socorristas em sua maioria lotados num espectro etário entre 32 e 39 anos de idade, o que denota estarem na profissão já há algum tempo.

Em relação à posição social, os socorristas goianos consideraram-se:

Figura 3: Posição social dos goianos

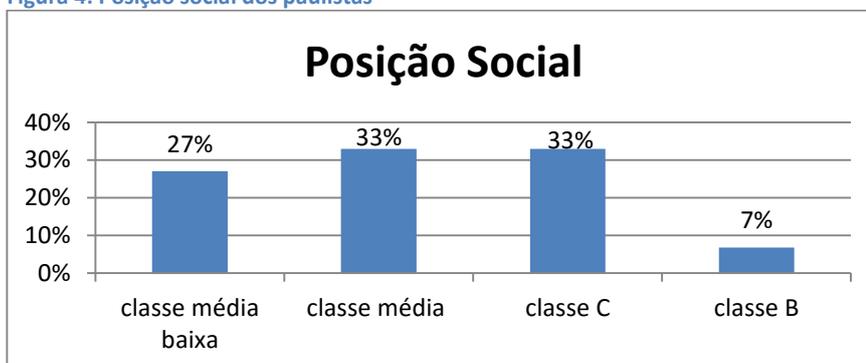


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Os socorristas goianos definiram-se como classe média baixa em 53% dos casos e classe média em 47% deles. Notou-se neste espaço que a aproximação nos relatos de consideração em sua posição social foram marcados por uma percepção de si que os coloca em patamar de similaridade

pela posição, hierarquia e importância de si. Em São Paulo a posição social³⁰ foi definida com variáveis diversas, respeitando aqui, todas as colocações dos participantes da pesquisa, não sendo necessário serem definidas categoricamente:

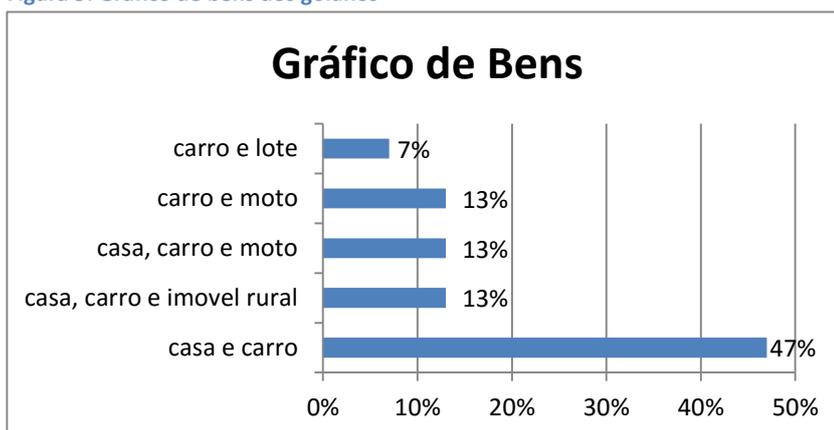
Figura 4: Posição social dos paulistas



Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

Encontramos 33% dos socorristas paulistas que se consideraram classe média, 33% consideraram-se pertencentes à classe C, 27% pertencentes à classe média baixa e 7% à classe B. Passando a categorizar a linha econômica procuramos relacionar os bens dos entrevistados. Neste espaço, o entendimento para a posição social dos socorristas goianos foi tecido pelo gráfico de bens que se segue abaixo:

Figura 5: Gráfico de bens dos goianos



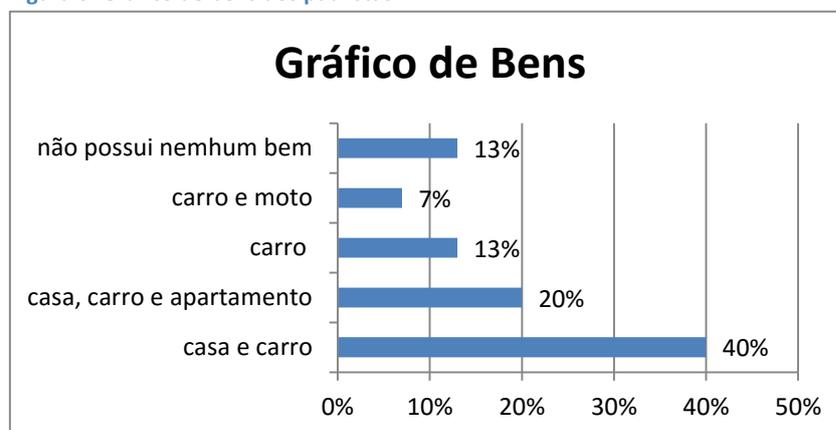
Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Em termos de posse, 13% relataram possuir casa, carro e imóvel rural; outros 13% relataram possuir uma casa, um carro e uma moto; e mais 13%

³⁰ Os socorristas paulistas enfatizaram mais a classe referendando a situação econômica a que pertencem e se sentem referendados.

informaram possuir um carro e uma moto; 7% dos entrevistados disseram ter um carro e um lote e por fim; 7% relataram serem proprietários apenas de um carro. Em São Paulo aferimos que:

Figura 6: Gráfico de bens dos paulistas



Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo

Elaboração: Da autora

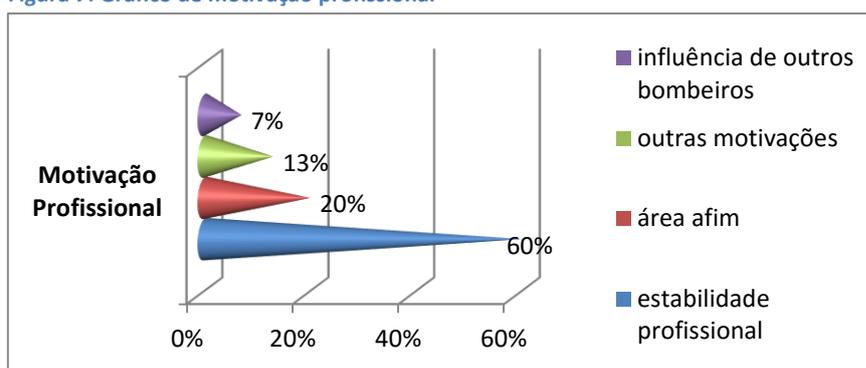
Dos bens relacionados como entendimento para a posição social dos socorristas paulistas, 40% disseram ter casa e carro, 20% relataram possuir casa, carro e apartamento; 13% relataram ter um carro; 13% informaram não possuir nenhum bem; 7% dos entrevistados disseram serem proprietários de um carro e de uma moto e por fim, 7% disseram serem donos de apenas uma casa. Analisando os dois lócus de pesquisa, pudemos perceber que ambos relataram possuir majoritariamente uma casa e um carro como posse de bens. As demais colocações são diferenciadas não permitindo uma aproximação concreta, o que não torna falha a observação, visto que, as proposições são abertas no momento de entrevista permitindo maior liberdade de expressão aos participantes.

Em relação à questão de estímulo à memória dos socorristas quando indagados sobre o que primeiramente eles lembravam quando se falava em bombeiros, os socorristas goianos em 80% dos casos estudados externaram características positivas e motivadoras do exercício da profissão como a ajuda a outras pessoas, responsabilidade, nobreza, salvar vidas, heroísmo, dedicação, altruísmo e gratificação. Nos outros 20%, as características positivas também prevalecem nas falas, mas há o acentuar de qualificações relacionadas à própria vivência de um socorrista como o risco ocupacional, o

cansaço, estresse, falta de sono e etc. Em São Paulo 86% dos casos responderam com características positivas e motivadoras do exercício da profissão, como a ajuda à outras pessoas, orgulho, nobreza, salvar vidas, alegria, satisfação, altruísmo e gratificação. Os 14% restantes citaram características negativas como o risco ocupacional, muito trabalho, e estresse. Há neste aspecto uma forte tendência nos dois estados a vivificar a profissão de bombeiros majoritariamente como uma atividade reconhecidamente satisfatória, mesmo que uma minoria nos dois estados tenda a expressar negatividades advindas da profissão.

Ressaltando esta situação de reconhecimento da atividade em contraste com as questões relacionadas à identidade, a motivação para a escolha da profissão descrita pelos socorristas goianos apontou que:

Figura 7: Gráfico de motivação profissional

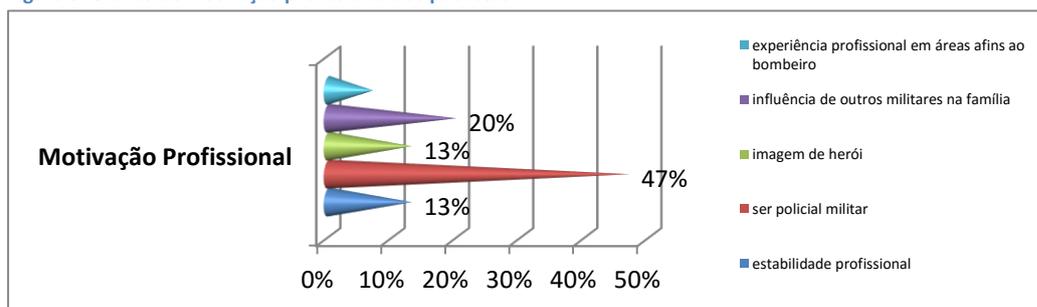


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás

Elaboração: Da autora

A estabilidade profissional foi em 60% dos casos a motivação para sua entrada na profissão, seguida de 20% dos profissionais que pontuaram já serem da área da saúde e interessados desde antes pelo serviço de resgate; 13% tinham outras motivações (financeira, acaso) e 7% afirmaram a influência de outros bombeiros. Em São Paulo tivemos as seguintes proporções:

Figura 8: Gráfico de motivação profissional dos paulistas



Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo

Elaboração: Da autora

Majoritariamente a motivação para a escolha da profissão pelos paulistanos foi o fato de que 47% deles queriam ser policiais militares, 20% tiveram influência de outros militares da família; 13% relataram a imagem de herói que a profissão tem; 13% a estabilidade profissional e 7% o fato de já trabalharem em áreas próximas ao bombeiro e sentirem-se interessados pelo serviço.

Nos dois estados, a estabilidade profissional aparece em pontos percentuais distantes. Em Goiás representou 60% das respostas e em São Paulo apenas 13%. Podemos observar a partir deste embate uma discrepância em relação ao fator identidade de trabalho dos bombeiros goianos que não ressaltaram como maioria as características próprias do serviço de bombeiros e/ou resgate, e ainda se acrescentarmos a este íterim o fato de que 47% dos socorristas paulistas queriam era ser policiais e não propriamente profissionais ligados ao serviço de bombeiros de resgate, a distância em relação à identidade laboral de bombeiros e sua relação motivacional nos dois estados nos levam a crer que não foi tida como primeira instância de idealização para a profissão.

Levando em conta este dado motivacional postulou-se tratar da identificação com o trabalho, onde apareceu-nos que todos os socorristas goianos mostraram-se identificados com o serviço de resgate, mas, quando levado em comparação o grau dessa identificação, numa escala variável de muito, razoável, pouca e nenhuma identificação, notou-se que: 67% pontuaram uma escala de muito identificados e 33% pontuaram razoavelmente identificados com o trabalho. Em São Paulo esta visão recebeu mais disparidade nas falas ocorrendo que: 53% pontuaram razoavelmente identificados com o trabalho, 33% pontuaram-se muito identificados, 7% pouco identificados e 7% relataram nenhuma identificação com o trabalho.

Aqui tivemos mais uma disparidade entre os dois estados. Mesmo que em Goiás, os socorristas estivessem mais distantes no início de carreira de uma identidade laboral verdadeiramente voltada para o serviço de bombeiros e de resgate como motivação profissional eles atualmente, em 67% dos casos, se sentem muito identificados com o trabalho que realizam. Já mais da metade dos socorristas paulistas (53%) se encontram razoavelmente identificados,

seguidos de 7% que se encontram pouco identificados e 7% que relataram nenhuma identificação com o trabalho. Somando esse distanciamento de identidade dos socorristas paulistas chegamos a um percentual de 67% de não identificação por três vias de suposições. Sem contar que em Goiás não se apresentam socorristas pouco identificados ou que não possuem nenhuma identidade para com o trabalho que executam.

Sobre a percepção do socorrista em relação ao fato de trabalhar no resgate numa escala de muito bom, bom, satisfatório e ruim, em Goiás tivemos em torno de 93% dos socorristas que consideraram ser o serviço de resgate muito bom e 7% consideraram o serviço de resgate uma atividade boa de trabalho. Neste aspecto, foram elencados alguns elementos positivos sublinhados nas falas com a seguinte frequência, podendo é claro, aparecer em uma mesma fala duas ou mais caracterizações positivas: seis ao fato de ajudar pessoas, quatro ao reconhecimento, três relacionadas ao trato com pessoas, três ao convívio de quartel, duas à experiência de serviço, uma sobre adrenalina e uma sobre escala de serviço. Os aspectos negativos foram sublinhados nas falas com a seguinte frequência: nove relataram a ideologia militar, sete o desgaste físico, sete o desgaste psicológico, dois o risco ocupacional, um a falta de equipamentos, e um o salário.

Em São Paulo a percepção do socorrista em relação ao fato de trabalhar no resgate pontuou que 40% dos socorristas entrevistados consideraram ser o serviço de resgate satisfatório, 33% consideraram o serviço de resgate uma atividade ruim, 13% consideraram o serviço de resgate muito bom e 13% consideraram bom. Neste aspecto, foram elencados alguns elementos positivos sublinhados nas falas com a seguinte frequência, podendo é claro, aparecer em uma mesma fala duas ou mais caracterizações positivas: dez falas acentuaram o fato de ajudar pessoas; quatro a experiência adquirida no serviço; e uma considerou a possibilidade de ficar fora do quartel por mais tempo. Os aspectos negativos foram sublinhados nas falas com a seguinte frequência: dez falas acentuaram os desgastes físicos; nove, o desgaste psicológico; nove, o fato de fazer ocorrência que foge da finalidade do serviço de urgência e emergência; seis, a falta de reconhecimento da corporação; quatro a carga horária; três a intensidade do trabalho; um a falta de material;

um a falta de apoio e respeito em hospitais; um o adotar de um comportamento indiferente (a pessoa se torna mais fria, menos sensível) e um não viu ponto positivo.

Em relação ao papel desempenhado dentro do resgate, em Goiás e também em São Paulo existe uma divisão nítida de funções em torno de duas competências: o socorrista que não realiza o serviço de pilotagem de viaturas, e o motorista de viatura que também atua nos socorros como terceiro socorrista e dirige a viatura. Dos entrevistados goianos, 80% são socorristas e 20% são motoristas. Em relação à graduação hierárquica deles onze são cabos, três sargentos e um é subtenente. Em São Paulo 67% são socorristas e 33% são motoristas. Em relação à graduação hierárquica dos entrevistados paulistas seis são soldados, cinco são cabos, três sargentos e um subtenente. Observamos que majoritariamente nos dois estados os entrevistados tem por si o papel de apenas socorrista.

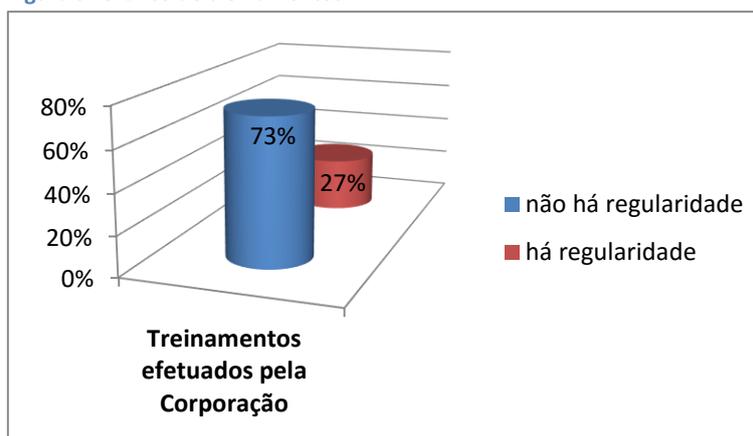
Quando perguntado aos socorristas qual seria o conhecimento necessário para desempenhar o papel que eles realizavam dentro do resgate, o total de entrevistas goianas apresentou a seguinte frequência de respostas: dez respostas corroboraram a ideia de apenas um curso especificamente reservado à área de socorrismo aplicado pela Corporação; após ter passado no concurso em nível médio; quatro respostas apresentaram necessidade apenas de nível médio; e duas respostas incitaram a necessidade de se ter um curso técnico em enfermagem.

Em São Paulo esta visão acerca do conhecimento necessário foi mais enxuta, ocorrendo que: quatorze dos quinze entrevistados apontaram a necessidade apenas de nível médio aliado ao curso especificamente reservado à área de pronto-socorrismo aplicado pela Corporação, e apenas um entrevistado citou a necessidade de se ter o curso técnico em enfermagem.

Nos dois estados apareceu-nos que o conhecimento técnico aplicado pela corporação é o mais importante para se efetuar bem o trabalho de resgate independente de cursos de formação em outras áreas da saúde. O nível superior também não aparece como prerrogativa nas falas dos socorristas estudados, uma vez que eles só denotam o ensino médio como requisito necessário e adequado para o trabalho.

Em respeito aos estudos desenvolvidos dentro da corporação, já que esses se mostraram mais importantes pelos socorristas para a efetividade do trabalho de resgate, perguntamos acerca das seções de treinamento ou qualificação regularmente aplicada pela corporação, e os socorristas goianos e paulistas apresentaram para suas respostas o mesmo índice de porcentagem:

Figura 9: Gráfico de treinamentos

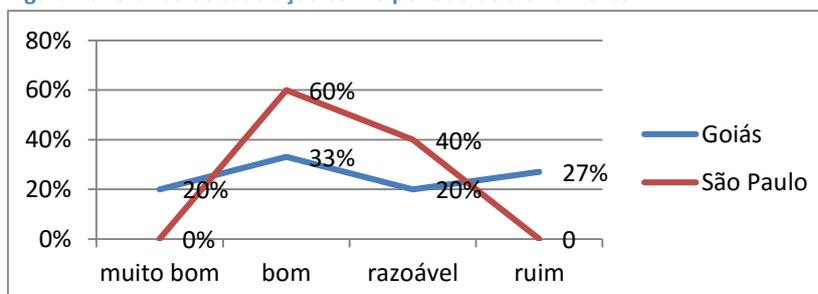


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e São Paulo
Elaboração: Da autora

Em 73% dos casos eles afirmaram não haver regularidade nos treinamentos e qualificações aplicadas pela corporação, e 27% deles responderam que sim. Há aqui uma discrepância nos discursos informando que o que os socorristas consideram como meio eficaz de conhecimento para a promoção de um bom trabalho é pouco viabilizado pelas instituições.

Neste espaço de discussão acerca do conhecimento especializado de bombeiros e buscando relacionar as diferenças a respeito da percepção entre os dois "tipos" de socorristas procuramos ressaltar como foi o período de treinamento e os socorristas o qualificaram na seguinte forma:

Figura 10: Gráfico de satisfação com o período de treinamento

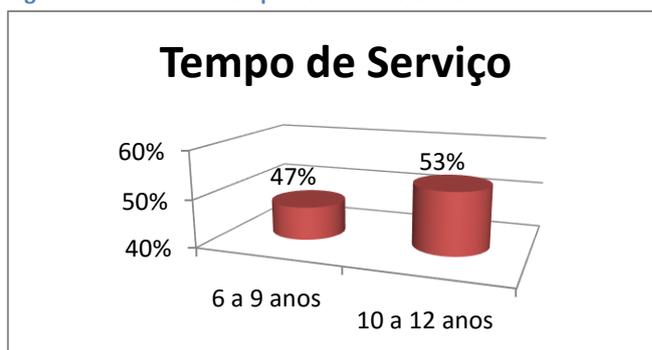


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

A escala goiana alcançou um pico de 33% no campo do bom, contra 27% do campo do ruim, seguidos de 20% muito bom e 20% razoável, ficando estatisticamente balanceada. Em São Paulo esta escala de satisfação deu-se da seguinte forma: um pico de 60% no campo do razoável e 40% no campo do bom, indicando que os socorristas paulistas ficaram mais satisfeitos com seu período de treinamento que os socorristas goianos.

Em relação ao tempo de experiência no trabalho, em Goiás tivemos:

Figura 11: Gráfico de tempo de trabalho em Goiás



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Um percentual de 47% dos socorristas goianos está numa escala entre seis e nove anos de serviço e 53% deles entre dez e doze anos de serviço. Já em São Paulo o tempo de serviço mostrou-se num espectro mais extenso do que o observado em Goiás:

Figura 12: Gráfico de tempo de serviço paulista



Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

Tivemos que 67% dos socorristas paulistas estão numa escala entre quatro e onze anos de serviço e 33% entre doze e dezenove anos de serviço. Com este bom tempo de experiência apenas no resgate, observado nos dois

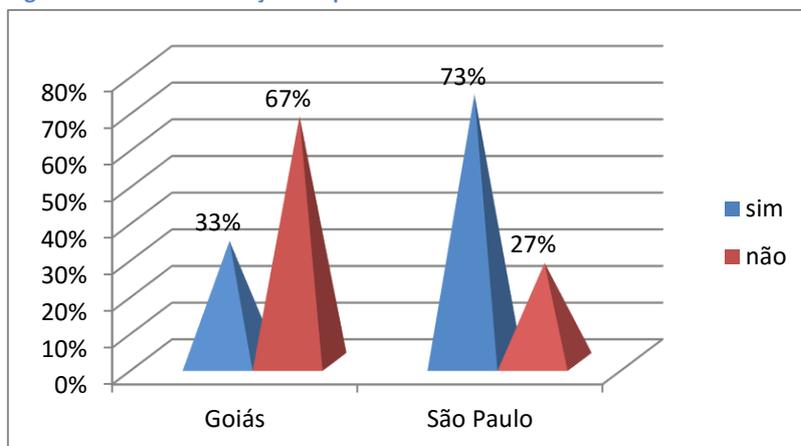
estados, foi lhes perguntado se eles se realizavam dentro da profissão e em Goiás todos (100%) os socorristas disseram gostar do que faziam, mas deixaram claro que: sete, dos quinze casos estudados, pretendem mudar de profissão, três querem maior reconhecimento financeiro, três querem maior descanso e reconhecimento, um quer subir de posto (virar oficial e deixar de fazer o serviço de resgate) e um quer uma melhor escala de serviço.

Em São Paulo a situação foi um pouco mais discursiva, apontando 67% dos entrevistados que disseram gostar do que faziam; 27% não gostavam e 6% gostavam em partes, mas todos deixaram claro em frequência no total dos quinze entrevistados que: dez não gostam da ideologia militar; três acham o serviço desgastante; um quer maior reconhecimento financeiro; e um não gosta do tipo de serviço que presta; preferindo executar o serviço de salvamento.

Notamos que no estado de Goiás os socorristas se realizam com a profissão, mas, estão projetados a galgar outros postos de trabalho bem distantes da área de socorrismo. Em São Paulo a maioria também disse gostar do que faziam, mas elucidaram em cerca de quase um terço que não gostam do que fazem e de maneira negativa relacionando essa característica expressamente a ideologia militar.

Procurando estabelecer um ponto mais íntimo acerca da identificação com a profissão dos socorristas foi lhes perguntado se esta ocupação era o que eles gostariam de fazer na vida e em comparação nos dois estados eles afirmaram que:

Figura 13: Gráfico de volição ocupacional

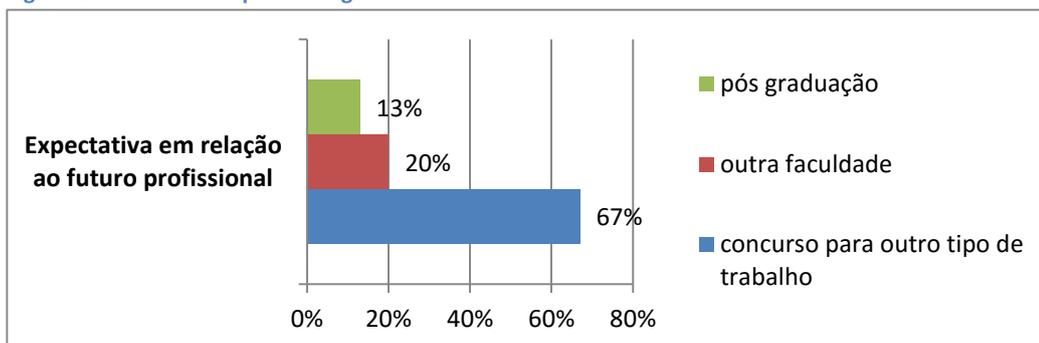


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

As respostas provieram a formar uma oposição forte entre os estados estudados. Em Goiás 67% dos socorristas responderam que não era isto o que queriam fazer na vida e 33% responderam que sim. Em São Paulo 73% dos socorristas responderam que sim, era isto o que eles queriam fazer na vida; e 27% responderam que não. Esta oposição de respostas assume estratégias pontuais já questionadas anteriormente quando notamos acima que, o que levou os socorristas goianos ao trabalho de bombeiros de resgate foi à estabilidade profissional e não a própria identidade do trabalho em questão. Em São Paulo encontramos agora um destaque em meio as anteriores definições sobre sua realização e também entrada neste tipo de trabalho, já que como eles mesmos pontuaram, no início estavam mais propensos a assumir a atividade de policiais militares e não de bombeiros militares. Um adendo para esta situação é o fato de os socorristas paulistas estarem a mais tempo de serviço no resgate e possivelmente mais propensos a se aposentarem em menos tempo.

Diante disso, lhes foi indagado o que eles pensavam em fazer nos próximos anos em relação à vida profissional, onde os goianos apontaram as seguintes situações:

Figura 14: Gráfico de expectativa goiano

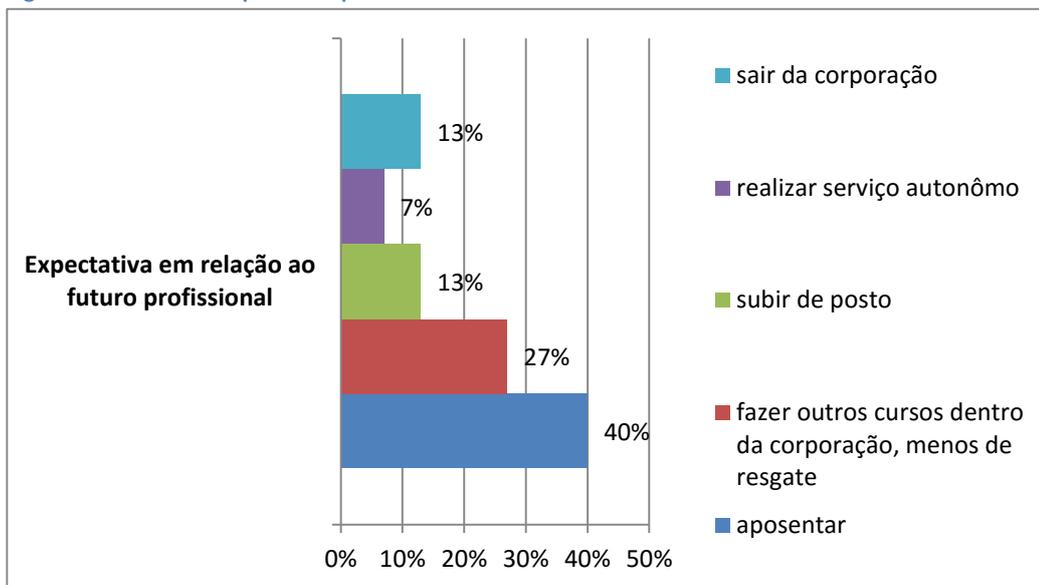


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás

Elaboração: Da autora

Observamos que 67% dos socorristas goianos estão almejando para o futuro um concurso para outro emprego, 20% outra faculdade, 13% uma pós-graduação. Em São Paulo a situação em relação às respostas foi bastante diferente da perspectiva goiana onde:

Figura 15: Gráfico de expectativa paulista

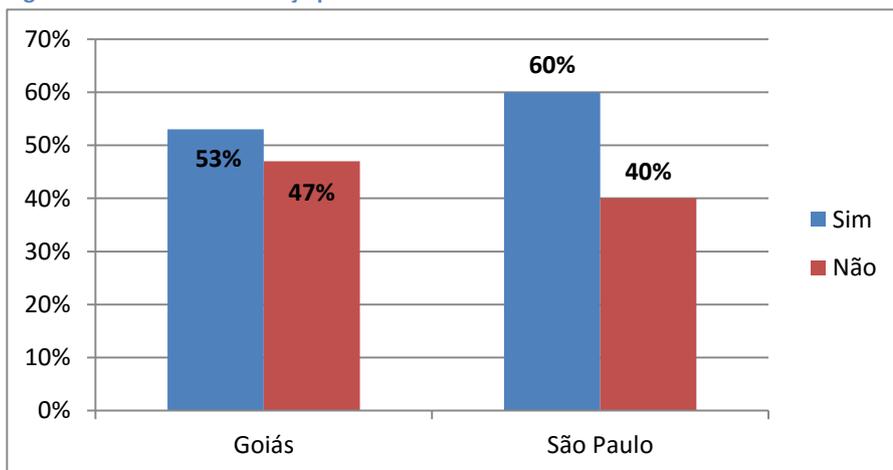


Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

A aposentadoria apareceu-nos com 40% do percentual de expectativa em relação ao futuro, seguido de 27% que conjecturam fazer outros cursos dentro da corporação, menos de resgate; 13% que querem subir de posto, acrescentando a estes mais 13% que querem sair da corporação e 7% que desejam realizar serviços autônomos.

Diante destas diversas pretensões perguntei-lhes sobre a possibilidade de mudarem de profissão e em aproximação nos dois estados tivemos a seguinte percentagem:

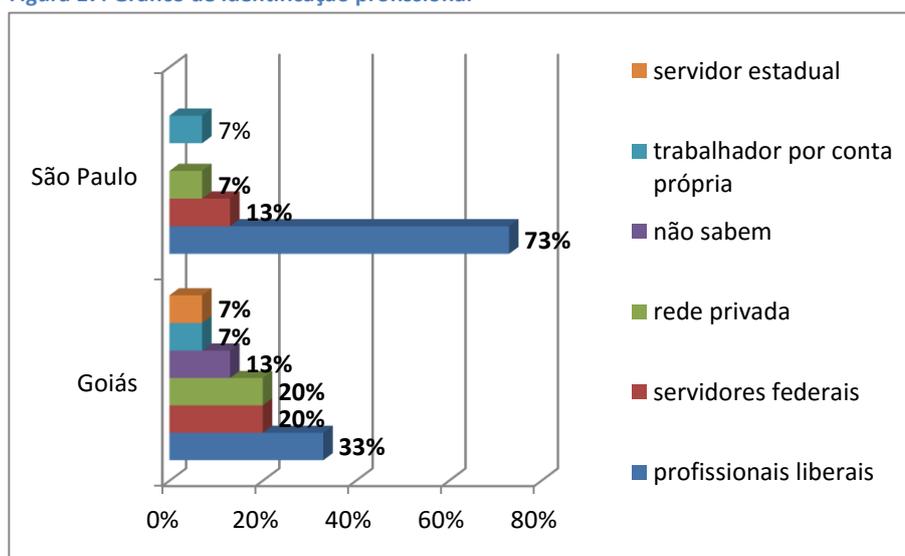
Figura 16: Gráfico de mudança profissional



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

Em Goiás 53% dos socorristas responderam que desejam sim mudar de profissão e 47% disseram que não. Em São Paulo 60% responderam que sim e os outros 40% disseram que não. Nos dois estados a vontade de realizar outras atividades está acima das pretensões habituais para aqueles que sociologicamente conceituamos como identificados com o trabalho. Analisando este viés de interpretação perguntamos o que eles fariam hoje se não fossem socorristas e em cada estado eles apontaram que:

Figura 17: Gráfico de identificação profissional



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

Os goianos disseram em 33% dos casos estudados que seriam profissionais liberais, 20% seriam servidores federais, 20% trabalhariam em empregos da rede privada, 13% não sabem o que iriam fazer da vida, 7% seriam servidor estadual e 7% trabalhador por conta própria. Já os paulistas afirmaram que não sendo socorristas hoje, seriam em 73% profissionais liberais, 13% seriam servidores públicos e 7% trabalhariam em empregos da rede privada e 7% trabalhadores por conta própria.

Os paulistas majoritariamente também afirmaram, em 73% dos casos que seriam profissionais liberais, 13% servidores federais, 7% trabalhadores por conta própria e mais 7% trabalhadores da rede privada. Notamos em ambos os estados que nenhum socorrista cogitou a efetivação em outro órgão militar. Esta interpretação é interessante para ressaltar a adversidade

anteriormente descrita em relação à ideologia militar descrita pelos socorristas nos dois estados estudados.

Procurando ressaltar a visão que os socorristas tinham de seu campo de trabalho, perguntei o que modificariam na profissão de bombeiros e especialmente na função de socorrista, ocorreram várias respostas seguindo a seguinte frequência para os socorristas goianos:

Tabela 1: Possibilidades de mudanças para os goianos

Possibilidades de Mudanças	Frequências das respostas
O sistema militar	6
O salário	2
A infraestrutura da organização	3
A escala de serviço	3
A organização burocrática	3
O nível instrucional	1
O plano de carreira	1
A visão da corporação com relação ao profissional de resgate	1

Fonte: [Corpo de Bombeiros Militar de Goiás](#)

Elaboração: Da autora

Os socorristas paulistas foram mais categóricos apontando várias expectativas de mudança:

Tabela 2: Possibilidades de mudanças para os paulistas

Possibilidades de Mudanças	Frequências das respostas
O sistema militar	7
A separação institucional da Polícia Militar	6
A escala de serviço	4
As condições de trabalho	4
A qualificação profissional	4
A restrição do trabalho do socorrista a apenas atendimento de ocorrências	4
Um melhor planejamento da organização burocrática	2
Uma melhor seleção do atendimento às ocorrências	1
A restrição do atendimento de resgate a somente trauma	1
A diminuição na demanda de ocorrências	1
A passagem do serviço de resgate ao SAMU	1
Uma melhor assistência aos aposentados	1

Fonte: [Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo](#)

Elaboração: Da autora

Nos dois estados as frequências destinadas à mudança no tipo de sistema gerencial militar são majoritárias. Isto demonstra que a afinidade com o sistema militar é de longe o critério mais aferido positivamente pelos socorristas

quando pensam sua identificação relacional com o trabalho de resgate dentro dos bombeiros. Tal situação ainda é mais discrepante quando observamos as frequências destinadas a expressar dificuldades vindas do tipo de serviço e da própria forma como os profissionais se sentem respeitados pela instituição nas mais variadas formas de recebimento de pecúnia, aposentadoria, relação com outros integrantes da cadeia de serviço, desgastes extra-quartéis e organização das decisões burocráticas.

3.5 O trabalho e suas prerrogativas de execução

Buscando como pesquisadoras ser mais enfáticas a respeito destas situações internas de burocracia militar, procuramos realçar as descrições sobre um dia comum de trabalho, onde os socorristas goianos relataram que 67% deles costumavam acordar entre quatro e seis horas da manhã, e 33% deles a partir das seis horas da manhã para assumir um serviço entre 06h30min horas da manhã a 07h00min horas. Dos socorristas que efetuam o trabalho noturno, 93% afirmaram sair de suas casas entre 14h00min e 16h00min, e 7% a partir das 17h00min para assumir o serviço que começa às 18h00min.

Em São Paulo a situação descrita acerca de um dia comum de trabalho não evidenciou os horários de trajeto casa-trabalho, mas pudemos supor que se tratando da maior e mais populosa capital do país o espaço de tempo configurado entre casa-trabalho é bem superior que o encontrado entre os bombeiros, principalmente porque como em Goiás, muitos dos socorristas não moram na mesma cidade em que trabalham.

Em São Paulo os discursos dos socorristas pautaram-se no que eles faziam quando assumiam o serviço de manhã e as tarefas apregoadas durante o tempo de jornada de trabalho começando pela conferência de material e posteriormente a execução da atividade física. Todos os discursos indicaram variáveis de estresse e repetitividade no trabalho de acordo com a seguinte frequência:

Tabela 3: Ações cotidianas de trabalho dos socorristas paulistas

Ações em um dia comum de trabalho	Frequências das respostas
A conferência de material e viaturas	9
A não possibilidade de dormir	8
As instruções militares e de resgate	8
A não possibilidade de efetuar as refeições	7
O grande número de atendimentos	5
A educação física militar	5
O atendimento de ocorrências não urgentes, nem emergentes	3
O caos do trânsito	3

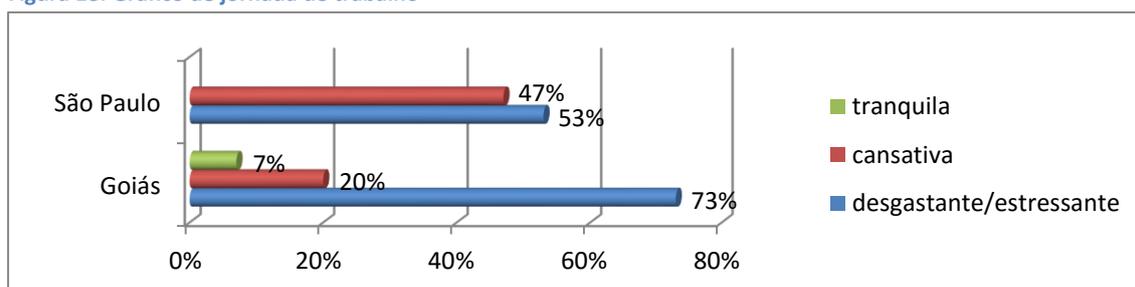
Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo

Elaboração: Da autora

Notamos a partir da tabela 3 que as respostas envolvendo características próprias da interação de trabalho como conferências, instruções e educação física militar aparecem como pressupostos essenciais para a execução de trabalho de socorrista. Notamos também, que as variáveis negativas em relação ao momento de trabalho são expostas pela incapacidade de realizar necessidades fisiológicas como comer, dormir frente a um grande número de atendimentos realizados que não os deixam executarem estas atividades. Outro agravante é a relação que os socorristas paulistas definem como sendo o caos do trânsito e um grave problema institucional que incita o atendimento de muitas ocorrências que não são caracterizadas como de urgência e emergência as quais estão treinados a executarem e sendo peritos para isso. Todos esses acontecimentos durante um dia comum de trabalho ajudam a aumentar o nível e carga de estresse segundo esses socorristas.

Assim, observado as relações de estresse em um dia comum de trabalho procurou-se observar a opinião dos socorristas acerca das relações trabalhistas, incidindo especialmente na representação que eles tinham de como era sua jornada de trabalho.

Figura 18: Gráfico de jornada de trabalho



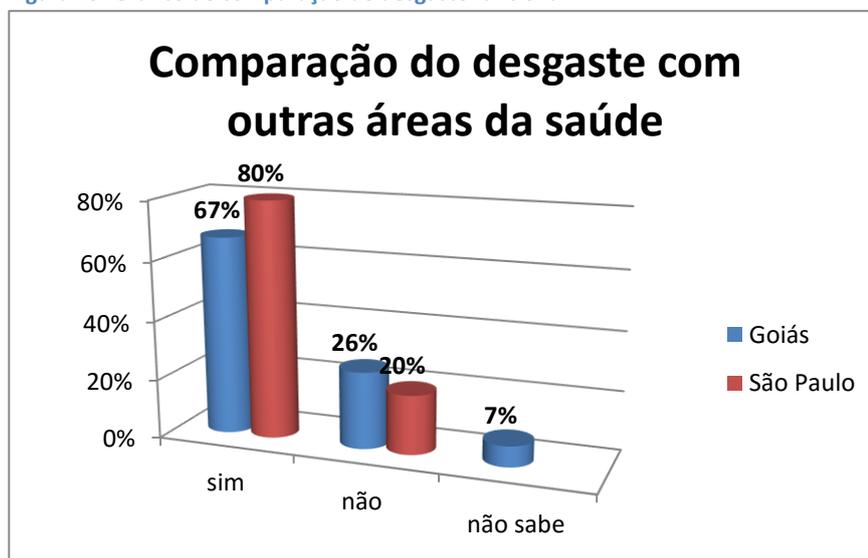
Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo

Elaboração: Da autora

Notamos a partir do gráfico 18 que os goianos afirmaram ser a jornada em 73% dos casos desgastante e estressante, 20% ser cansativa e 7% tranquila. Já os paulistas não consideraram em nenhuma fala a jornada de trabalho como tranquila, eles a consideraram em 53% dos casos como desgastante/estressante e 47% como cansativa. Notamos ainda que, uma maioria significativa em somatória nos dois estados estudados 93% em Goiás e 100% em São Paulo deram caracterizações para a jornada de trabalho como propensas a efetuar causas de doenças em seus militares. A visibilidade sugestivamente atraída para o polo negativo de conceituação da jornada de trabalho paulista deve-se a acontecimentos rotineiros encontrados durante um dia comum de trabalho como exposto acima na Tabela 3, e que não podem ser de maneira alguma separados das relações de trabalho encontradas em Goiás, mesmo que em uma proporção menos acentuada.

Procurando entender esta relação de cansaço, estresse e desgaste do socorrista; objetamos cunhar se estes socorristas consideravam existir um desgaste maior da atividade de socorrismo quando comparada a outras áreas de atendimento à saúde, e eles apontaram que:

Figura 19: Gráfico de comparação de desgaste funcional



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

No espectro goiano 67% dos socorristas concordaram que sim, 27% que não e 6% não souberam responder. Em São Paulo 80% concordaram que sim e 20% que não. Notamos que a ampla maioria nos estados estudados acredita

existir realmente um maior desgaste da atividade de socorrista quando comparada a outras atividades de saúde como enfermeiros, etc. Nas falas dos socorristas que consideraram que existe “sim”, a frequência de elementos exibidos como causadores de tal desgaste foram:

Tabela 4: Causas de desgaste no socorrismo

Causas de desgaste	Goiás	São Paulo
O espaço e natureza do trabalho (rua)	4	6
O tipo de escala	4	3
O exercício da multifunção	2	6
O militarismo	2	4
A falta de reconhecimento de direitos trabalhistas	2	-
O risco da profissão	1	3
A falta de pessoal/bombeiros	-	2
A falta de um revezamento eficaz	-	2
A falta de pessoal e materiais nos hospitais	-	1
O trabalho no fim de semana e feriado	-	1
A falta de pagamento pelas horas extras trabalhadas	-	1
A falta de tempo para executar bem as atividades	-	1
A falta de tempo de descanso durante a escala de serviço	-	1

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo

Elaboração: Da autora

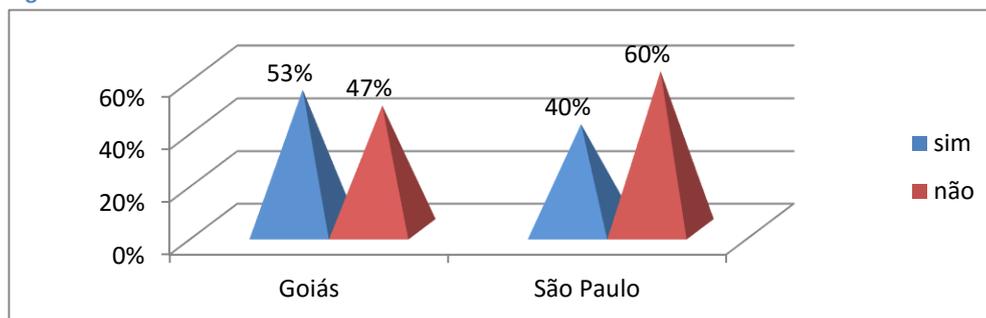
Ponderamos a partir da Tabela 4 que o “pentágono” majoritário de causas de desgaste dos socorristas gira em torno da própria natureza do trabalho de socorrismo situado no ambiente de rua, do exercício da multifunção, do tipo de escala, do militarismo e do risco profissional. Ainda que os socorristas apontem diversas formas de descaso em relação aos seus direitos como profissionais e até mesmo como seres humanos, as falas coadunam em diversos momentos pontuando pelo menos um desses cinco aspectos que influenciam para ocorrer uma falta de capacidade para realizar bem o trabalho.

Quando perguntado, diante desses percalços de trabalho se o serviço de resgate coopera para uma aceitação pública da profissão de bombeiros a cada dia, todos responderam que sim em Goiás. Em São Paulo, 93% responderam que sim e 7% responderam que não. A justificativa para a resposta negativa na situação do Corpo de Bombeiros Militar de São Paulo é confeccionada segundo os socorristas, pela ligação com a imagem do Policial Militar, já que em São Paulo bombeiro e polícia militar são integrados. Assim, a mídia muitas

vezes degrada a imagem do policial que também reflete na imagem da corporação de bombeiros por pertencerem à mesma instituição.

Observando mais intimamente a relação da identidade de herói também exacerbada pela mídia em relação aos bombeiros, quando perguntado aos socorristas se eles já haviam se sentido heróis realizando algum serviço de resgate eles afirmaram que:

Figura 20: Gráfico do sentimento de herói



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

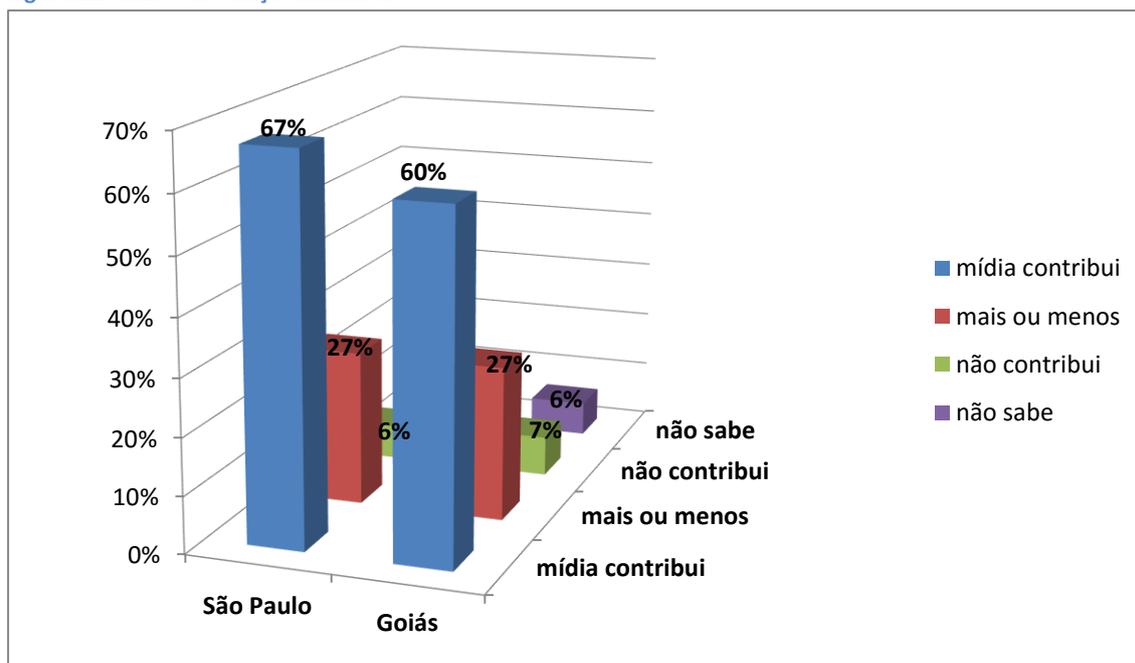
Atinamos que em Goiás 53% dos socorristas estudados afirmaram que sim, se sentiram heróis realizando alguma ocorrência e 47% disseram que não. Em São Paulo vemos ocorrer uma oposição das falas onde 60% responderam que não e 40% disseram que sim. Aqui podemos evidenciar que os socorristas paulistas podem estar mais propensos a ter um pensamento exclusivamente técnico de sua profissão não sendo, portanto, correto com base nestes aspectos determinar que os socorristas de Goiás não pensem assim, mas que estes últimos estão mais predispostos a desenvolver um sentimento de ligação ao trabalho pelo reconhecimento de si como um ator heroico.

Diante desta situação de heroísmo, foi lhes perguntado sobre a possibilidade de ter acontecido numa situação de trabalho o reconhecimento deste profissional como herói, e 100% deles relataram alguma ocorrência que tenha acontecido tal fato em ambos os estados. As descrições de tais ocorrências não apontaram nenhum tipo de atitude particular que veiculasse uma atitude heroica que fosse considerada fora do âmbito do serviço de bombeiros socorristas, todas apontaram para atitudes de trabalho que são próprias da atividade de socorrista, como manobras de pronto-atendimento a traumas, de execução de tarefas rotineiras da profissão (como ajudar alguém

no hospital empurrando a maca), ser mais afetuoso com a vítima, buscar solução de problemas no espaço de ocorrência. Apenas duas ocorrências relatadas em São Paulo ofereceram fatos diferenciados em torno da caracterização de herói: uma, a tentativa de salvar uma vida presa nas ferragens de um carro após acidente de trânsito em rodovia, sem o referido militar estar de serviço ordinário e sozinho, sem materiais específicos para tal função; e outra, realizando um parto sem também estar de serviço, sozinho e sem os materiais necessários para atender a situação de emergência.

Este heroísmo transfigurado pela mídia principalmente em torno da atividade de resgate e por meio de uma exaltação creditada por seus meios de comunicação, segundo os socorristas contribui para o reconhecimento do serviço de resgate nas seguintes proporções:

Figura 21: Gráfico de relação midiática



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo
Elaboração: Da autora

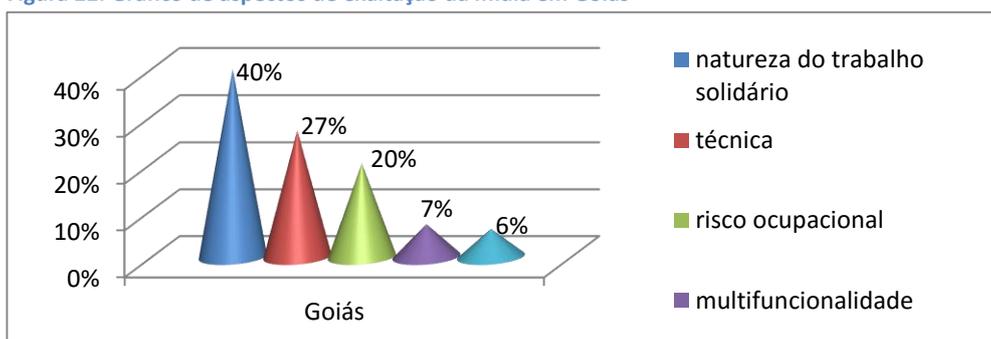
Os socorristas goianos revelaram em cerca de 60% dos casos que a mídia contribui realmente para a exaltação da atividade de bombeiros, 27% responderam que mais ou menos, dependendo do caso; 7% responderam que não e 6% não soube responder. Os socorristas paulistas responderam que em 67% a mídia contribui sim para a exaltação da atividade de bombeiros; 27% responderam que mais ou menos, dependendo do caso; 6% responderam que

não. As proporções em contraste são muito próximas nos dois lócus de pesquisa, realçando que majoritariamente a mídia contribui para a aceitação e reconhecimento da atividade de resgate.

Sobre a questão de contribuir em partes para ser exaltado e em partes para não ser exaltado, os socorristas goianos informaram para tal probabilidade a situação de se fazer bem ou não o trabalho. Segundo eles, “se o trabalho é bem realizado tem aceitação da mídia, se não, ela é a primeira a criticar negativamente a instituição de bombeiros como um todo” (Esteto, 30 anos). Já os socorristas paulistas relataram a falta de conhecimento sobre o trabalho exercido pelo bombeiro como explicação para às vezes a mídia falar bem ou mal da corporação.

Sobre a mídia incitar a relação com o perigo como forma de garantir a aceitação pública dos socorristas, os goianos afirmaram em 100% dos casos que essa atitude da mídia contribui para que a sociedade fundamente seu conhecimento sobre o profissional de bombeiros. Para os paulistas 93% afirmaram que essa atitude contribui para a formação dessa identidade e 7% disseram que não, que ela não contribui. As causas apontadas para esse fato; mídia *versus* identidade do serviço de resgate possuem algumas performances que, segundo os socorristas de Goiás apresentam os seguintes aspectos:

Figura 22: Gráfico de aspectos de exaltação da mídia em Goiás

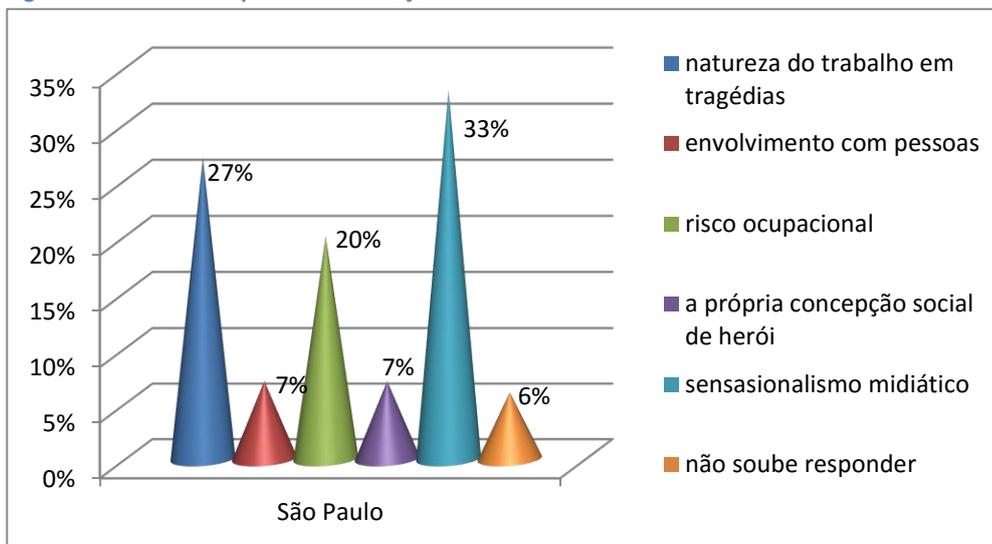


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás

Elaboração: Da autora

Em 40% dos casos a identidade passada pela mídia aparece como própria da natureza do trabalho, 27% pela distinção social do trabalho/técnica, 20% pelo risco ocupacional, 7% à multifuncionalidade, 6% pelo sensacionalismo midiático. Em São Paulo tivemos outras representações desta questão:

Figura 23: Gráfico de aspectos de exaltação da mídia em São Paulo

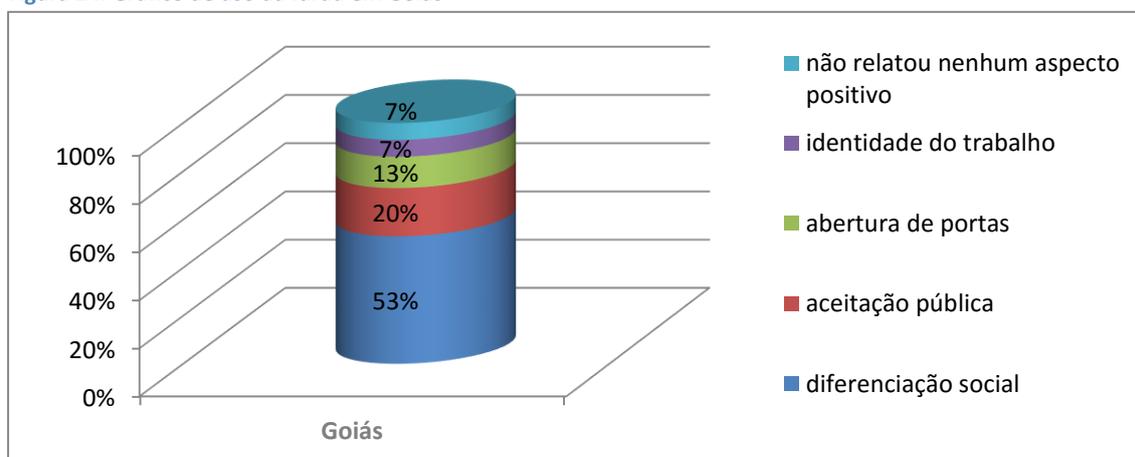


Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

Os socorristas paulistas apontaram que em 33% dos casos isso se deve ao sensacionalismo midiático, 27% à natureza do trabalho feito em tragédias, 20% ao risco ocupacional da profissão, 7% à própria concepção social de herói, 7% ao envolvimento que se tem com as pessoas pelo tipo de trabalho e 6% não souberam responder.

Sabemos que uma das facetas desta identidade de herói também perpassa o próprio uso do uniforme militar dos bombeiros que sendo parte imprescindível deste reconhecimento tem seus aspectos positivos relatados pelos socorristas:

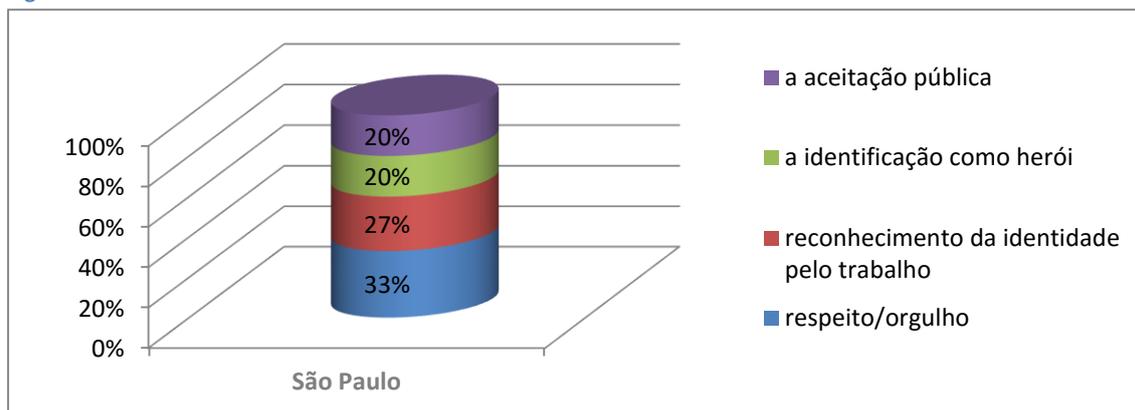
Figura 24: Gráfico de uso da farda em Goiás



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Em Goiás, de forma positiva a diferenciação social apareceu em 53% dos casos, em 20% a aceitação pública, em 13% a abertura de portas promovidas por seu uso, em 7% o reconhecimento da identidade do trabalho e em 6% os socorristas não relataram nenhum aspecto positivo. Em São Paulo tivemos outras designações para o uso positivo do fardamento:

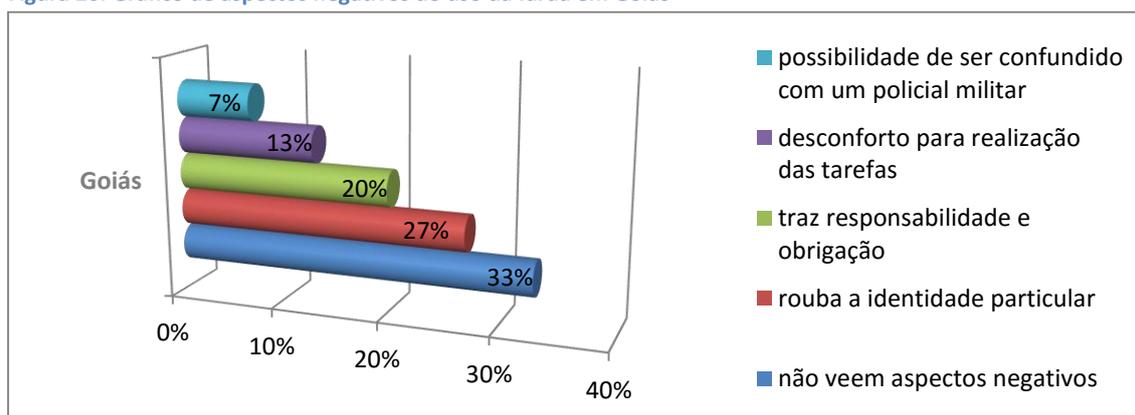
Figura 25: Gráfico de uso da farda em São Paulo



Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

Os socorristas paulistas opinaram que em 33% a farda é motivo de respeito/orgulho, 27% ela é tida como fator de reconhecimento social a partir do trabalho, 20% confeccionaram a identidade de herói e 20% a aceitação pública com seu uso. Já em relação aos aspectos negativos do uso da farda, em Goiás tivemos:

Figura 26: Gráfico de aspectos negativos do uso da farda em Goiás

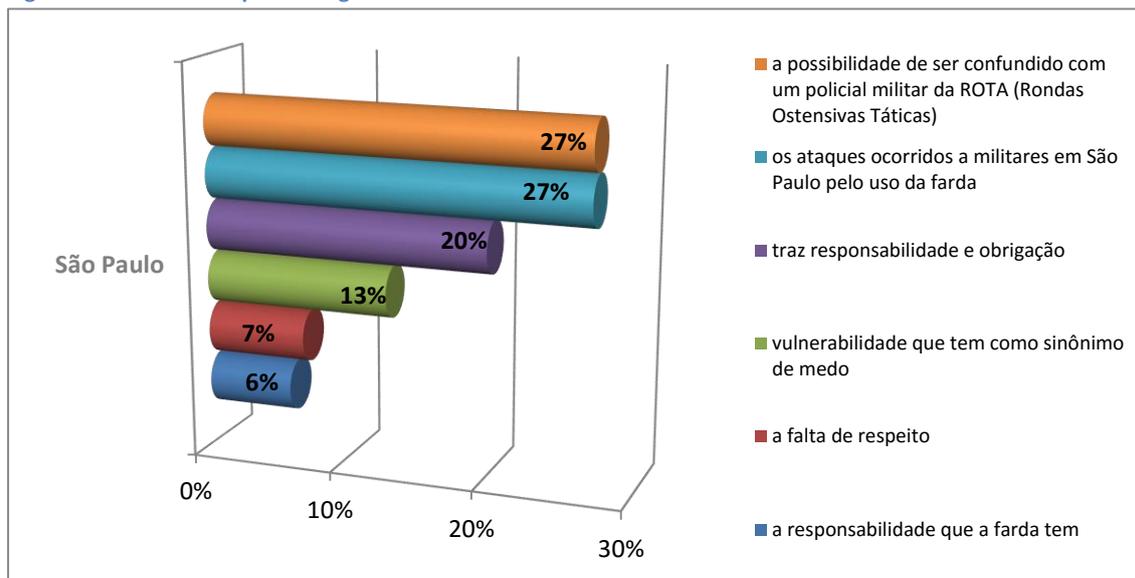


Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Os índices em Goiás apontaram que 33% dos entrevistados não veem pontos negativos no uso do fardamento, 27% relataram que a farda rouba a identidade particular; 20% ressaltaram a responsabilidade e obrigação que a

farda traz; 13% descreveram o desconforto para a realização das tarefas e 7% a possibilidade de ser confundido com um policial militar. Em São Paulo, as respostas foram em certo aspecto no mesmo sentido que as de Goiás levando em conta a especificidade institucional e o momento característico de atentados em que estavam passando na conjuntura de pesquisa, como mostra o quadro abaixo:

Figura 27: Gráfico de aspectos negativos do uso da farda em São Paulo



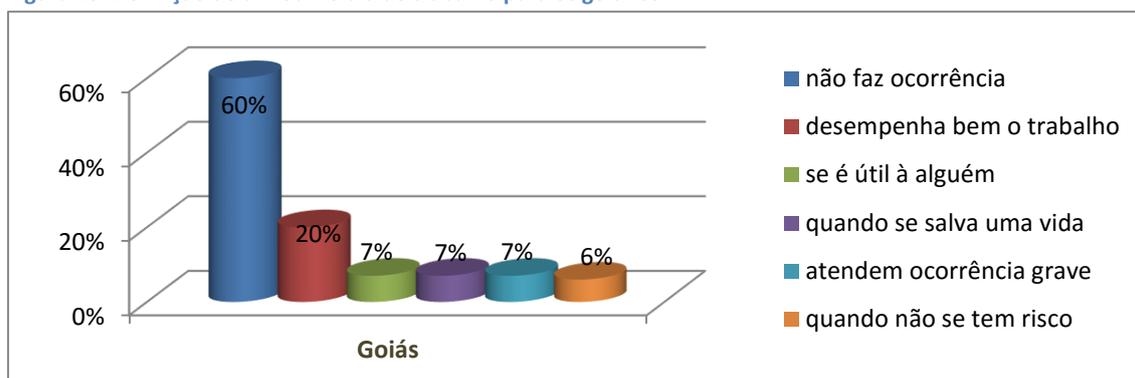
Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo

Elaboração: Da autora

Para os socorristas paulistas o medo de usar a farda em 27% das opiniões, acontece quando, existe a possibilidade de como bombeiro ser confundido com um policial militar da ROTA (Rondas Ostensivas Táticas), e na mesma proporção, 27% dos entrevistados, tem medo de andar fardado por medo dos ataques de criminosos do PCC (Primeiro Comando da Capital) aos militares em serviço, ou em horário de folga, em trajetos para casa e trabalho usando o fardamento. Numa ideia negativa do uso da farda, outros 20% relataram a responsabilidade e obrigação que se tem quando a usa, seguidos de 13% que consideraram a vulnerabilidade da pessoa a intempéries dos mais diversos quando se está fardada, até mesmo por meio de atentados de criminosos. De forma particular, 7% dos socorristas consideraram a falta de respeito que as pessoas têm com quem está fardado e 6% que ressaltaram o sentimento de responsabilidade que se instaura no indivíduo quando se usa a farda.

Diante das afirmações negativas acerca da primeira instância de identidade laboral que é o uniforme, a farda militar de bombeiros em Goiás e policial militar em São Paulo, procuramos observar nos relatos o que porventura viria a ser um ótimo dia de trabalho. Assim, para os socorristas goianos; eles descreveram:

Figura 28: Definição de um ótimo dia de trabalho para os goianos



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
Elaboração: Da autora

Quando não se faz ocorrência, é a resposta da maior parte dos entrevistados com cerca de 60% dos casos, pois segundo eles, assim ninguém sofre nenhuma desgraça. Mais abaixo na escala, 20% afirmaram quando conseguem desempenhar bem o trabalho, 7% quando se tornam útil à alguém; 7% quando o socorrista consegue salvar uma vida; mais 7% quando atendem uma ocorrência grave e 6% quando o dia de trabalho é exercido sem risco ocupacional. Já em São Paulo, as respostas foram descritas de forma próxima aos socorristas de Goiás só que elencando outras considerações pertinentes, como mostra a tabela de frequência abaixo:

Tabela 5: Frequência de um dia bom de trabalho para os paulistas

Causas de um bom dia de trabalho	Frequência
Não faz ocorrência porque assim ninguém sofre desgraça	6
Quando consegue desempenhar bem o trabalho/ser útil a alguém	4
Quando o socorrista consegue ajudar as pessoas	2
Quando não há acidentes de trabalho	1
Quando se tem uma noite de trabalho tranquila	1
Sem problemas nas ocorrências	1
Sem problemas nos hospitais	1
Quando consegue voltar bem para casa	1

Fonte: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo
Elaboração: Da autora

De novo os socorristas paulistas enfatizam a mesma situação: Não atender ocorrências significa que outras pessoas não estão sofrendo. Esta situação ajuntada à idealização de ser útil a alguém e ajudar as pessoas é a forma mais evidente do que venha a ser um bom dia de trabalho para os socorristas. A definição seria um dia em que eles conseguem fazer o bem a alguém que realmente precise, mas eles não desejam que precisem deles. Ainda que apareça nas falas alguns direcionamentos em relação ao que eles consideram como negativo durante um dia de trabalho como: incidências de acidentes, problemas nas ocorrências e hospitais, como ter uma noite tranquila e uma volta para casa sem transtornos. Todos esses aspectos são bem menos elucidados nas falas que os primeiros em relação ao servir e ajudar as outras pessoas, a pensar no outro e em sua segurança.

Passamos agora a observar o que eles consideraram como um péssimo dia de trabalho, onde muitas das falas apresentaram mais de um elemento considerado, sendo necessário apreendê-las em forma de frequência em comparação nos dois estados:

Tabela 6: Aspectos de um péssimo dia de trabalho

Fatos Negativos	Goiás	São Paulo
Atendimento a muitas ocorrências	9	3
Trabalhar com quem não tem afinidade	3	-
Incidência de morte	2	1
Atritos com pessoas (vítimas, curiosos, superiores hierárquicos)	1	-
Condições climáticas	1	-
Falta de comprometimento de outros profissionais da saúde	1	-
Falta de equipamentos	1	-
Impossibilidade de realizar necessidades fisiológicas	1	-
Tensão pré-menstrual	1	-
Militarismo/serviços de quartel	-	2
Não desempenhar bem o trabalho	-	2
Quando ocorre algum acidente de trabalho	-	2
Falta de triagem nas ocorrências pela central de atendimento	-	2
Falta de respeito dentro da corporação	-	1
Presença de criança envolvida nas ocorrências	-	1
Quando não dorme	-	1
Quando não consegue alimentar	-	1

Fonte: **Corpo de Bombeiros Militar de Goiás e de São Paulo**

Elaboração: Da autora

Em Goiás nove falas apontaram o atendimento a muitas ocorrências, que somado a mais três falas paulistas representou uma incidência de 40% do percentual de aspecto negativo em um dia de trabalho. Três falas apontaram à realidade de trabalhar com alguém que não tem afinidade; seguida de mais duas falas que em Goiás apontaram a incidência de morte; e em uma em São Paulo. Duas falas em Goiás apontaram a falta de equipamentos; uma, a falta de comprometimento profissional de outros trabalhadores da saúde envolvidos no atendimento à vítima; uma, as condições climáticas; outra, a falta de condições fisiológicas; mais uma, os atritos com vítimas/curiosos/superiores hierárquicos/outros profissionais e por fim, uma que ressaltou uma característica de gênero, o problema com a tensão pré-menstrual.

Nas elucidações feitas em São Paulo, duas falas ressaltaram o militarismo/serviços de quartel; duas, o não desempenhar bem o trabalho; duas, quando ocorre algum acidente de trabalho; duas, a falta de triagem nas ocorrências pela central de atendimento; uma, a falta de respeito dentro da corporação, uma, a presença de criança nas ocorrências, uma, evidencia de óbito, uma, quando não dorme e outra quando não se consegue alimentar.

Observamos que novamente, os discursos dos socorristas nos dois estados tem um caráter próximo de delação das vivências cotidianas de interação laboral, de desgaste de jornada, de desrespeito e também da experiência emocional de lidar com a vida e o sofrimento do outro. O não realizar muitas ocorrências vem na contramão do que se apregoa ser a racionalidade dos setores de serviços atuais que

trata-se, portanto, não de trabalhos, mas de funções pelas quais os “funcionários” são pagos pelo tempo de sua presença. Mais vale pessoal em excesso, a maioria desocupada, que um efetivo reduzido que, em caso de imprevisto ou de incidente grave, não seria suficiente para cumprir a tarefa. Sem dúvida pode-se arguir que a importância desse efetivo foi de qualquer modo determinada por um cálculo, respondendo, portanto a uma racionalidade econômica (...) devem ser pagos independente de seu rendimento (...) devem agir por dever, no interesse do sistema ou da população, não no da corporação, nem de si mesmos (Gorz, 2007, p.140-141).

O não atender ocorrências significa pensar não só em si, em não trabalhar, mas também no outro que necessita de ajuda, de uma ajuda de urgência e emergência, sendo que esta ajuda intimamente ligada à luta em favor da própria vida.

Considerações Finais

Para realizar algumas reflexões finais, nada mais cabível que, resgatar algumas de nossas inquietações iniciais: A motivação para realizar tal atividade de bombeiros é vocacionada? Eles realmente se identificam com o que fazem? O risco e o perigo são fatores importantes para a representação social sobre os bombeiros? A mídia exerce papel importante para a significação social dos bombeiros de resgate? Os bombeiros socorristas se veem como heróis?

As ponderações efetuadas nesta dissertação apontaram que de fato, o profissional socorrista de resgate bombeiro militar vive um importante dilema: o dilema de ter que responder ao que se espera dele como profissional, a partir de uma representação social que o identifica como herói por um lado, e por outro, conviver cotidianamente com a dura realidade imposta pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho.

No que se refere à pressão social de resposta às demandas de serviço, elas também funcionam como empecilho a categorização deste profissional como alguém suscetível de direitos em torno de necessidades básicas como ser humano. Observando as pressões internas da profissão como militar, notamos que o socorrista encontra-se impossibilitado de reivindicar melhores condições de trabalho frente às demandas sociais muitas vezes pela conduta de vida militar que pautada na hierarquia e disciplina, cerceia muitas das capacidades individuais e de organização de grupo na luta por melhorias.

A realidade destes socorristas permite exemplificar um caminho diverso das atuais pesquisas sobre bombeiros onde:

A insatisfação, embora implicitamente designada em numerosos trabalhos, foi, na verdade, bem pouco estudada. Se nos referirmos aos trabalhos sobre este assunto constataremos que a maioria dos autores interessa-se mais pela questão da satisfação da motivação do que pela insatisfação (Dejours, 1988, p. 48).

A partir desta constatação observamos que o profissional militar de resgate confronta-se com duas situações distintas, o reconhecimento profissional positivo por parte da sociedade e a invisibilidade dentro dos

quartéis imposta pela hierarquia militar, onde esses são lotados numa graduação inferiorizada dentro da organização, na situação de praças – elementos executores – e não oficiais – elementos de poder e mando.

A última parte de nossa dissertação mostrou-se frutífera em tornar a identidade deste profissional a partir dele mesmo e de sua trajetória de vida. Observamos que os socorristas goianos não tiveram como primeiro aporte a identidade de trabalho “militar socorrista”, mas sim a estabilidade profissional que pontuou 60% de suas intenções. Em São Paulo, a discrepância evidenciou-se quando aferimos que a maioria dos socorristas queria ser policial militar e não bombeiro, representando 47% das perspectivas estudadas em campo. Este resultado contrário a suposições vocacionadas para o trabalho empreendeu que

essas “representações ativas” estruturam os discursos dos indivíduos sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário, à interiorização de receitas, à incorporação de um programa, em suma, à aquisição de um saber legítimo que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma “identidade reconhecida”. (DUBAR, 2005, p. 129).

E arraigou o que muitos dos socorristas que como Cilibrim, pensam sobre sua relação com o trabalho baseada em uma trajetória de vida e suas perspectivas em relação ao futuro:

Visão de segurança... o que eu estou tentando é manter minha segurança, talvez seja na parte de estar estudando, buscando uma coisa melhor, estar sempre correndo atrás para quando chegar mais para frente, quando tiver perto de aposentar, ter uma tranquilidade maior. Poder passear com meus filhos, poder sei lá... ficar mais tranquilo, talvez seja por isso que a gente corra bastante agora, para ter tranquilidade depois, segurança (Cilibrim, 36 anos).

A fala de Cilibrim consegue remeter um sentimento em relação ao trabalho que concatena com a relevante questão da identidade individualizatória, caracterizada por Ulrich Beck (2010) evidenciada em alguns pontos de referência aos acontecimentos surgidos no Brasil ultimamente, e acertadamente na profissão de bombeiros, onde as condições pessoais de desemprego são encaradas como “um destino pessoal” e não como um destino coletivo de uma classe que vive do trabalho assalariado, mas de uma

“normalização” da condição extrema de desemprego, de um fracasso pessoal. Por isso ter uma estabilidade e manter-se em competição no mercado de trabalho é tão importante, ainda mais quando se consegue entrar em uma profissão reconhecida como a de bombeiros. Os socorristas tiveram por este aspecto, a união de uma necessidade de trabalho, de sustento, de estabilidade, a uma identidade social de pertencimento pelo trabalho e pela dignidade e sentido de existência que ele ofertou.

Partindo para um grau maior de identificação com a profissão de socorrista de bombeiros após a inserção no serviço, tivemos que 67% dos socorristas goianos estão muito identificados com o que fazem. Mostrando que o trabalho significa um patamar de pertencimento social e reconhecimento positivo. Em São Paulo, 53% encontraram-se razoavelmente identificados. Esta relação um pouco discrepante em São Paulo pontuou bem, aquilo que Dubar conceitua como sendo os primeiros passos de uma construção de identidade posterior, que pode vir a ser discrepante em ambientes passíveis de serem comparados, mas que tendem a elucidar a experiência, como pressuposto de verdade, para uma realidade vivida em dado momento:

(...) a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições (Dubar, 2005, p. 136).

Por isso a escolha pela profissão e a identificação com ela após a inserção em suas práticas laborais não podem ser vistas como semelhantes em todos os casos, mas, como reveladoras de situações de interação entre sujeitos e instituições. Assim, a relação como o risco e perigo na experiência laboral, muitas vezes enfatizada pela mídia, sugestivamente apareceu-nos como fonte desencadeadora desses signos de representação social positiva dos socorristas, sendo comprovada tal suposição em 100% dos socorristas goianos e 93% dos socorristas paulistas.

Acrescentando a este íterim relacional de identidade para com o trabalho de risco e perigo, a percepção dos socorristas acerca de como se veem como profissionais em relação à identidade apregoada pela mídia e

sociedade como sendo heróis, a pesquisa mostrou que, em São Paulo 60% dos socorristas declararam alguma experiência de trabalho em que se sentiram heróis. Em Goiás 53% deles também responderam que sim, alcançando uma média grupal de mais de cinquenta por cento dos entrevistados. Mas notamos que esta relação não permitiu elucidar uma definição exata de sua identidade, pois, segundo eles a especialização do socorrista de resgate é fruto de um processo histórico, movido pela necessidade da população em ter um serviço de atendimento de urgência e emergência de qualidade frente aos novos tipos de acidentes e traumas ocorridos nas grandes capitais brasileiras que administrativamente foi primeiramente marcado pela necessidade social de defesa a vida, sendo uma atividade essencial à sociedade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adriana Conrado de. Avaliação da implantação e do desenvolvimento do sistema público municipal de atendimento pré-hospitalar móvel na cidade do Recife. Recife: Centro de Pesquisa Ageu Magalhães, 2007. (Dissertação de Mestrado)

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*. Campinas: UNESP: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, cap. 3, p.107-152, 2003.

BECK, Carmem Lúcia Colomé. Da banalização do sofrimento à sua re-significação ética na organização do trabalho. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC; 2000. (tese de doutorado)

BECK, Ulrich. *A sociedade de risco: uma a outra modernidade*. São Paulo, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. In: MICELLI, Sergio (Org.). São Paulo, Perspectiva, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). *Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional / Secretaria Nacional de Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BUCASIO, Erika de Paiva. "Burnout em equipes de resgate e salvamento do Corpo de Bombeiros Militares do município de Rio de Janeiro". Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado)

CASTEL, Robert. A sociedade salarial. In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro. Vozes, 1998, p. 415-493.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Cortez, 1988, 3ª edição, p. 96-118.

DIAS, Adriano Rogério Navarro. *Características das Vítimas de Colisão Automotivas Presas entre as Ferragens e Seu Atendimento na Fase Pré-*

Hospitalar. São Paulo: Faculdade de Medicina. Universidade Federal de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

DUBAR, Claude. *A socialização* construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo, Martins Fontes 2005.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARIA, David Gaspar Ribeiro de. *O profissional de segurança pública - desempenho de seu papel num cenário stressante, de violência e de riscos: um estudo exploratório*. São Paulo: IPUS. Universidade de São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIDSON, Eliot. *O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo. USP, 1986, p.07-129.

GONZALES, Rosa Maria Bracini; BECK, Carmem Lúcia Colomé; DONADUZZI, JoanitaCechin and STEKEL, Lílian Medianeira Coelho. *O estado de alerta: um exploratório com o corpo de bombeiros*. *Esc. AnnaNery* [online].2006, vol.10, n.3, pp. 370-377.ISSN 1414-8145. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000300003>

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho*. Busca do Sentido Crítica da razão econômica. São Paulo, Annablume, 2007.

JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (Org.). *Asrepresentações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p.17-44, 2001.

LIMA, Eduardo de Paula and ASSUNÇÃO, Ada Ávila. *Prevalência e fatores associados ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em profissionais de emergência: uma revisão sistemática da literatura*. *Rev. bras. epidemiol.* [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 217-230. ISSN 1415-790X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2011000200004>.

LOBO, Carlos Eduardo Riberi. *O Corpo de Bombeiros em São Paulo, 1970 - 1955. Modernização, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado)

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo, Editora Contexto, 2008.

MOSCOVICI, Serge. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, p.45-66, 2001.

MURTA, Sheila Giardini and TROCCOLI, Bartholomeu Tôrres. Stress ocupacional em bombeiros: efeitos de intervenção baseada em avaliação de necessidades. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2007, vol.24, n.1, pp. 41-51. ISSN 0103-166X.

NATIVIDADE, Michelle Regina da. Vidas em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.3, pp. 411-420. ISSN 0102-7182.

PINHEIRO, Alessandra de Fátima Vasconcelos. Efeitos da Magnitude das Consequências, do Monitoramento e de Histórias Pré-Experimentais Sobre o Seguimento de Regras. Belém: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, 2008. (Dissertação de Mestrado)

SAMPAIO, Alexandre Argôlo Méssa. O processo de retração das instituições estatais – o paradoxo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SOERENSEN, Andrea Alves. Acidentes ocupacionais com ênfase ao risco biológico em profissionais do Atendimento Pré-Hospitalar móvel. Ribeirão Preto: Faculdade de Enfermagem. Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

SOUSA, Millena Nóbrega Campos de; FIORINI, Ana Cláudia and GUZMAN, Michelle Barna. Incômodo causado pelo ruído a uma população de bombeiros. *Rev. soc. bras. fonoaudiol.* [online]. 2009, vol.14, n.4, pp. 508-514. ISSN 1982-0232.

TOASSI, A. J. Heróis da Fumaça: Um estudo sobre os sentidos do trabalho para profissionais bombeiros. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Dissertação de Mestrado)

Anexos

ANEXO A –Roteiro de entrevista da pesquisa

Cadastro

Nome:

Endereço:

e-mail:

Idade:

Escolaridade:

Bens:

Posição social (segundo a opinião do informante):

Questão estímulo à memória.

O que vem na sua memória quando se trata da sua profissão?

Questões em relação à identidade

Motivação.O que levou você a escolher esta ocupação (profissão)?

Identidade e trabalho.Você se identifica com o que faz?

Duas dimensões: atribuição (o que os outros ou as instituições dizem) e incorporação (reconhecimento subjetivo). O que você acha de trabalhar no resgate?

Quais são os aspectos positivos e negativos de trabalhar no resgate?

“Como o indivíduo se apresenta”. Poderia descrever o que você faz? Qual o seu papel dentro do resgate?

Conhecimentos necessários à profissão. Qual formação é necessária para desempenhar o seu papel dentro do resgate? Cursos, atualizações etc.

Como foi o período de treinamento? Há sessões de treinamento ou qualificação (cursos etc.) regularmente aplicadas pela corporação?

Há quanto tempo trabalha no resgate?

Realização/orgulho do que faz e profissão.Você se realiza dentro da profissão? Esta ocupação é o que você gostaria de fazer na vida? Se não, o que gostaria de ser?

Perspectivas em relação ao futuro. “O que você pretende fazer nos próximos anos, em relação à cursos, vida profissional etc.” Você gostaria de mudar de profissão”?

O que você faria hoje se não fosse bombeiro?

Visão que tem do seu campo.Como você descreveria a profissão de bombeiros, e o que você modificaria nessa profissão?

Poderia descrever um dia comum de trabalho?

Poderia descrever o seu dia hoje, desde quando acordou até este instante?

Fale sobre seus amigos, sua comunidade, com quem anda, o que costuma fazer fora das atividades de trabalho, quais são seus hábitos.

Questões em relação a interações

Vítimas:

Que tipo de diálogo ocorre durante o atendimento às vítimas?(há assuntos sobre vida pessoal, assédio/sexualidade, uma visão de segurança, etc)

Que tipo de comportamento a corporação pede para você ter perante a vítima?

Você lembra ter vivido alguma situação diferente/ incomum no atendimento a uma vítima? (assédio, reconhecimento exacerbado pelo serviço prestado, abuso de autoridade, etc)

Não- militares:

Como é sua relação com os seus colegas não militares? Como eles te tratam no horário trabalho e como eles te tratam fora da do horário de trabalho?

Você acha que as tarefas que exerce na corporação fazem com que as pessoas lhe vejam de maneira diferente? Por quê?

Relações trabalhistas

Como é a jornada de trabalho?

Existe um desgaste maior em suas relações de trabalho comparada com outras atividades do campo da saúde?

Você considera que o exercício deste tipo de serviço coopera para uma aceitação pública maior a cada dia?

Você já se sentiu um herói realizando esse tipo de trabalho?

Conte para mim um salvamento, uma operação em que você se sentiu um herói ou em que você tenha sido considerado um herói.

Relações de Serviço

Você acha que os meios de comunicação contribuem para uma exaltação do profissional de bombeiros?

A relação com o perigo é um fator importante para isso? Por quê?

Questões sobre estratégias de enfrentamento?

O que você acha de usar esse uniforme? (Aspectos positivos e negativos)

O que faz para atender as expectativas e exigências da corporação?

O que é um ótimo dia de trabalho para você? Pedir para descrever um ótimo dia de trabalho, o que acontece nesses dias.

O que é um péssimo dia de trabalho para você? Pedir para narrar situações que julga desagradável e o que a pessoa faz para contornar essas situações, que podem ocorrer em relação às vítimas, mas também em relação a colegas ou superiores hierárquicos.